

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

LUCINEIDE SANTOS SILVA

**A MEMÓRIA DO TRABALHO:
*RIO DE CONTAS SEGUNDO MARVIN HARRIS***

Vitória da Conquista - Ba
Fevereiro de 2011

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

LUCINEIDE SANTOS SILVA

**A MEMÓRIA DO TRABALHO:
*RIO DE CONTAS SEGUNDO MARVIN HARRIS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof^o. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida.

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

Vitória da Conquista - Ba
Fevereiro de 2011

Si381m	<p>Silva, Lucineide Santos</p> <p>A memória do trabalho: Rio de Contas segundo Marvin Harris. Lucineide Santos Silva; orientador José Rubens Mascarenhas de Almeida, co-orientadora Ana Elizabeth Santos Alves- - Vitória da Conquista, 2011. 101 f.</p> <p>Dissertação (mestrado - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011.</p> <p>1. Memória 2. Trabalho 3. Rio de Contas. I. Almeida, José Rubens Mascarenhas de. II. Alves, Ana Elizabeth Santos. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título.</p>
--------	---

Título em inglês: The memory of the work: Rio de Contas according to Marvin Harris

Palavras-chaves em inglês: Memory; Labor; Columbia Project; Marvin Harris; Rio de Contas.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof^o. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (orientador); Prof^a. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (co-orientadora); Prof^a. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (membro titular); Prof^o. Dr. José Claudinei Lombardi (membro titular); Prof^a. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (suplente); Prof^a. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli (suplente).

Data da Defesa: 03 de fevereiro de 2011.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E
SOCIEDADE**

BANCA EXAMINADORA



Prof^o. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida (Uesb)
(Orientador)



Prof^a. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (Uesb)
(Co-orientadora)



Prof^a. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (Uesb)



Prof^o. Dr. José Claudinei Lombardi (Unicamp)

Suplentes

Prof^a. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Uesb)

Prof^a. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli (Unicamp)

Local e Data da Defesa de Dissertação: Vitória da Conquista, 03 de fevereiro de 2011

Resultado: Aprovada

“Os Trabalhadores não tem nada a perder se não suas correntes. Tem o mundo a ganhar.”

O Manifesto Comunista

Dedico

a Isaac Souto e Lucinda Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, mas, afinal, o que significa? Simplesmente proferir a palavra “obrigada”. Sim, é isso, mas é muito mais que isso. Agradecer é o reconhecimento demonstrado pelo apoio e apreço que as pessoas dedicam a você e para o seu crescimento pessoal e intelectual. Cada gesto, cada palavra de incentivo que as pessoas realizam por você, traz transformações significativas em sua vida e seu cotidiano. Assim, não poderia deixar de proferir os meus agradecimentos por mais uma meta cumprida. Entretanto, desde já, peço perdão pelas omissões, pois, infelizmente, não será possível a lembrança da infindável lista dos que me acompanharam e colaboraram neste processo.

Inicialmente, um especial agradecimento à Coordenação do Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, Prof^ª. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, e Prof^ª. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães. São, definitivamente mentoras intelectuais deste projeto de mestrado, pois pensam, elaboram, buscam as estratégias para que as metas sejam realizadas. É admirável como cada uma, do seu jeito, media os passos que norteiam esta realidade. Digo, sinceramente, que as admiro.

Agradeço aos meus orientadores: Prof^º. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida e Prof^ª. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves, que com perspicácia e habilidade souberam interpretar as minhas inquietações e nortear os princípios e critérios fundamentais para a realização de uma pesquisa que visa dar respostas instigantes a uma determinada problemática. A vasta experiência intelectual que meus orientadores possuem, foi, sem sombra de dúvida, forte antídoto ao incentivo para com uma orientanda, marinheira de primeira viagem. Digo-lhes sinceramente, aprendi muito com vocês.

Agradeço à Banca de Qualificação, Prof^ª. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Prof^ª. Dra. Maria Aparecida Silva Sousa, que com larga experiência intelectual leram minha proposta de pesquisa e trouxeram contribuições valiosíssimas para a completude do trabalho.

À família: pai, mãe, as meninas (minhas irmãs) e os meninos (meus irmãos), minha querida prima Vanusa, meus queridos tios Domingos e Vitória, que me receberam em Campinas. Os meus sinceros agradecimentos pelas relações de afeto incondicional. Com eles, foi possível dividir o peso da responsabilidade no sentido de aparar as arestas nos momentos difíceis. Agradeço a André Caíres pelo seu empenho e habilidade em traduzir uma considerável parte do livro de Marvin Harris.

Um agradecimento especial aos amigos Ruy Medeiros, Baixo, Carlos Alberto Maia, Hamilton Britto, Gilberto Gonçalves, Eduardo Meira, Jorge Oliver que com grandeza e paciência contribuíram para a realização desta pesquisa, através dos diálogos formais e informais, da disponibilidade de material intelectual e por serem meus grandes amigos. A todos os(as) companheiros (as) da Oposição Operária que compartilhamos juntos a problemática da classe trabalhadora.

Eu jamais posso me esquecer do Prof^o. Dr. Edson Silva de Farias: com sua intelectualidade ímpar nos fez passear pela trilhas da memória, enfatizando sua marca indelével no cotidiano e na vida das pessoas. E, também, dos professores que ministraram nossas aulas.

Um sincero obrigado à Prof^a. Dra. Marineide Maria Silva que me acolheu de braços abertos para a experiência do Tirocínio e me passou uma série de experiências e dinâmicas de como lidar com o ensino docente.

Em Campinas, tenho que agradecer de modo especial à Prof^a. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini e Prof^a. Dra. Ediógenes Aragão Santos, pelos momentos de debates que nos proporcionaram e ao Prof^o. Dr. José Claudinei Lombardi pelo contato que fizemos no período.

Aos colegas de curso, pelo aconchego caloroso, por tantas alegrias e pela contribuição ao debates nas aulas proferidas. Que turma é essa? Que carinhosa!

A você Dani, no momento de sufoco você esteve lá.

Agradeço aos funcionários do Mestrado e da UNICAMP que nos acolheu com tanto calor humano e sempre estiveram aptos a trabalhar com eficiência e contribuir em muito para o andamento da proposta.

Dos limites que perpassam esse trabalho assumo total e irrestrita responsabilidade, pois todos que citei e muitos que não foram citados se empenharam para a superação desses.

RESUMO

A pesquisa pretende investigar de que modo os estudos produzidos por Marvin Harris em seu livro *Town & Country in Brazil: a socio-anthropological study of a small Brazilian town*, publicado em 1956, recuperaram a memória do trabalho em Rio de Contas, no contexto histórico dos anos 1950; quais interlocuções foram construídas em torno do Trabalho pelos estudos de comunidade e nas histórias contadas pelos sujeitos históricos, resgatando *a priori* a participação do Projeto Columbia no Brasil nos anos 1950 e seus desdobramentos para o conjunto da sociedade. A pesquisa de Harris faz parte de sua contribuição para os estudos de comunidade promovidos pelo Projeto Columbia realizados no Brasil nos anos 1950 com parceria entre a Universidade de Columbia dos Estados Unidos em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. A investigação parte do princípio de que a região em estudo foi marcada em todas as instâncias pelo seu passado de mineração, cujo trabalho deixou suas marcas incrustadas nos monumentos, casas, armazéns, vendas, botequins, lojas, fábricas, estradas, ruas, igrejas, na criatividade do artesanato e nas manifestações subjetivas das relações sociais presentes nos anos 1950, evidenciando suas “memórias subterrâneas”. Buscar na preciosidade das letras de Harris é um achado arqueológico, pois seu livro representa trazer à tona os resquícios da memória do trabalho que nessa região tão fortemente cravou seus signos. Para dar conta dessa tarefa, fez-se necessário discutir categorias como Memória e Trabalho, buscando analisá-las à luz do materialismo histórico e assim, transpor essa análise nas traçadas linhas de Harris, tendo em vista contribuir para o resgate da memória do trabalho em Rio de Contas.

PALAVRAS-CHAVE:

Memória; Trabalho; Rio de Contas.

ABSTRACT

The research aims to investigate how the studies produced by Marvin Harris in his book *Town & Country in Brazil: a socio-anthropological study of a small Brazilian town*, published in 1956, recovered labor memory in Rio de Contas, in the historical context of the 1950's; which interlocutions were built around Labor by the community studies and stories told by historical subjects, recovering *a priori* the participation of Columbia Project in Brazil in the 1950's and its implications for society as a whole. Harris's research is part of his contribution to the community studies promoted by Columbia Project and held in Brazil in the 1950's with partnership between Columbia University in the United States in an agreement with the Department of Education of the State of Bahia and the Foundation for the Advancement of Science. The investigation starts from the principle that the studied area was marked in all instances by its mining past, whose work left their marks embedded in monuments, houses, warehouses, *vendas*, *botequins*, shops, factories, roads, streets, churches, in the creative handicraft and in the subjective manifestations of social relations present in the 1950's, showing their "underground memories". Searching in the preciousness of Harris' words is an archaeological find, because his book means bringing out the remnants of labor memory which so strongly carved its signs in this region. In order to accomplish this task, it was necessary to discuss categories such as Memory and Labor and try to analyze them on the basis of the historical materialism and thus incorporate this analysis in Harris' drawn lines, aiming to contribute to the recovery of labor memory in Rio de Contas.

KEYWORDS:

Memory; Labor; Rio de Contas.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Sistematização para Estudos de Comunidade.....	51
TABELA 02 - Especialização das Ocupações.....	65
TABELA 3 - Distribuição de Ocupações	66
TABELA 4 - Trabalho na Oficina de Sr. Otacílio	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A MEMÓRIA ENTRE A TRADIÇÃO ORAL E ESCRITA	21
2.1 Tradição oral e escrita: duas faces de uma mesma moeda	21
2.2 As interfaces da memória	26
2.3 Memória: percursos e percalços.....	28
2.4 Memória: lembrança e esquecimento, um construto social.....	31
2.5 As memórias subterrâneas e a cisão entre a aparência e a essência	32
3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO.....	35
4 O BRASIL E A BAHIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA MUNDIAL	44
4.2 Rio de Contas: base da pesquisa do Projeto Columbia.....	49
4.2.1 O Projeto Columbia e os Estudos de Comunidade.....	53
5 A MEMÓRIA DO TRABALHO SEGUNDO MARVIN HARRIS	60
5.1 O autor e sua obra	60
5.2 Rio de Contas: primeiras impressões do antropólogo estadunidense.....	64
5.3 A economia e as relações de produção.....	67
5.4 As ocupações	70
5.4.1 A produção artesanal	81
5.5 Lojas, vendas e armazéns: as portas do comércio	83
5.6 As expectativas em torno do ouro	85
5.7 A memória do trabalho no campo.....	86
5.7.1 Sobre as fazendas.....	88
5.7.2 A produção agrícola nos povoados.....	90
5.7.3 A memória dos trabalhadores migrantes	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
6.1 Os trabalhadores e os resquícios da memória	97
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

O nosso interesse em compreender a natureza do conhecimento acerca da categoria Trabalho e das relações de produção na sociedade capitalista surgiu basicamente a partir de 1999, na prática profissional e na nossa participação no Sindicato dos Professores Municipais de Vitória da Conquista, BA, no contexto de lutas históricas dos professores. Naquela oportunidade, travamos uma série de debates com o poder público, com a base dos professores e com a comunidade, em que foi oportuno realizarmos vários eventos que contemplavam a temática em questão. Essa experiência nos possibilitou perceber as contradições impostas ao mundo moderno pelo sistema capitalista, nos estimulando ao aprofundamento de estudos em torno da categoria *trabalho*, sobretudo, a partir das duas últimas décadas do século XX, em que novas formas de gestão e organização da produção foram pensadas na direção de impor uma nova configuração às relações de trabalho, envolvendo o conjunto da sociedade.

Ingressamos no curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, sendo possível debruçar nos estudos, levando, ao seu final, à realização de uma pesquisa sobre as relações de trabalho no campo educacional, mais precisamente, no curso de Geografia, observando seus reflexos materializados nas relações do cotidiano da escola e dos professores. Essa pesquisa trouxe resultados que suscitaram o desejo de continuar o debate, sobretudo porque vivíamos no início do século XXI um momento propício para compreender quais concepções forjavam a nova realidade que se avizinhava. Com esse propósito, ingressamos no Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação, do Museu Pedagógico. Em parte, graças ao trabalho no grupo de pesquisa e, recentemente, o Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade está sendo possível aprofundar estudos a respeito da temática.

O Museu Pedagógico, com a finalidade de ampliar sua trajetória de estudos, está desenvolvendo um projeto de pesquisa em parceria com professores da UNICAMP e da UNEB, cujo objetivo é revisitar o “Programa de Ciências Sociais do Estado da Bahia – Columbia *University*” no intuito de disponibilizar fontes documentais que retratam as ideias norteadoras acerca da educação na Bahia e no Brasil, a partir dos anos de 1950.

Esta dissertação busca aprofundar o debate sobre a categoria *trabalho* a partir do levantamento bibliográfico realizado pela equipe de pesquisadores envolvida nos estudos em torno do Projeto Columbia, articulado por Anísio Teixeira, em 1950, com estreita colaboração

de um número significativo de intelectuais brasileiros e orientação metodológica de matriz estadunidense, especialmente, no período iniciado após a Segunda Guerra e que perdurou até a década de 1960.

Dessa forma, a presente pesquisa pretende investigar de que modo os estudos produzidos por Marvin Harris em seu livro *Town & Country in Brazil: a socio-anthropological study of a small Brazilian town*¹, publicado em 1956, recuperaram a memória do trabalho em Rio de Contas no contexto histórico dos anos 1950. Quais interlocuções foram construídas em torno do trabalho pelos estudos de comunidade e nas histórias contadas pelos sujeitos históricos, resgatando *a priori* a participação do Projeto Columbia no Brasil nos anos 1950 e seus desdobramentos para o conjunto da sociedade.

O projeto em discussão foi fruto de um convênio idealizado por Anísio Teixeira durante o governo de Octávio Mangabeira, contando com a participação de Thales de Azevedo (da Universidade da Bahia), do professor Luis Antonio Costa Pinto (da Universidade do Brasil) e do professor Charles Wagley (da Universidade de Columbia), como também dos doutorandos Marvin Harris, Harry W. Hutchinson e Benjamim Zimmerman (da Universidade de Columbia), pesquisadores responsáveis pelos estudos de comunidade. Conforme explicam Wagley, Azevedo e Costa Pinto (1950, p. 7),

O estado da Bahia-Brasil, em cooperação com o Departamento de Antropologia da Columbia University, de New York, está realizando um extenso programa de pesquisas nos campos da antropologia social e da sociologia. A pesquisa de campo começou em julho de 1950 e continuará em 1951. Uma finalidade fundamental desta pesquisa é fornecer uma base objetiva para o planejamento dos programas de educação e saúde pública nas zonas rurais do Estado.

O desenvolvimento desse projeto abrangeu três regiões de estudo: o recôncavo, o sertão do nordeste e o planalto central (AZEVEDO, s/d; CONSORTE, 1999). A preocupação central do projeto era resgatar, por meio da diversidade de cada uma das regiões, a realidade local, a história e as razões responsáveis em termos econômicos e culturais, tendo a categoria *desenvolvimento* como chave da análise, ou seja, “proporcionar aos administradores um conhecimento objetivo da vida rural contemporânea e das tendências para mudança” (WAGLEY, AZEVEDO e COSTA PINTO, 1950, p. 20). A intenção do governo, naquele momento, era promover a inserção das relações capitalistas de produção no Estado, por meio

¹ A tradução do livro de Marvin Harris, uma parte foi traduzida por Simon Mayo e as outras partes foram traduções livres.

de políticas públicas que adviriam dos resultados das atividades científicas realizadas pela equipe do Projeto.

Em cada uma dessas regiões foram escolhidas duas comunidades: uma representando o pólo da tradição, e a outra, a mudança. Os estudos das regiões foram realizados segundo o método de pesquisa dos estudos de comunidade, presente no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. Tais estudos surgiram, naquele momento, como um método inovador, permitindo a investigação de

pedaços da sociedade – as comunidades – como se fossem aldeias indígenas, utilizando métodos de observação participante, documentação censitária, histórias de vida, entrevistas dirigidas, formulando um retrato multidimensional da vida social e integrando o estudo das manifestações culturais à análise de seu substrato social e econômico (DURHAM, 2004, p. 21).

A proposta do Projeto Columbia era elaborar análises comparativas de diferentes localidades (comunidades) a partir da categoria *desenvolvimento*, fato observado, conforme Castro (2001), nas preocupações da investigação realizada por Harris (1956) em Rio de Contas, com respeito à densidade demográfica, atividades produtivas, à infra-estrutura local (eletricidade, estradas, transporte, hospitais, escolas, etc.), e o acesso, por parte de visitantes, a essas localidades.

Para conhecer a realidade do Estado, segundo Wagley, Azevedo e Costa Pinto, seria necessário debruçar-se sobre um vasto campo empírico e, assim, perceber até que ponto essas regiões estavam se adequando à ideia de um Brasil modernizado, desenvolvido, industrializado (CONSORTE, 1999). Naquela ocasião, as mudanças estavam sendo anunciadas conforme as transformações ocorridas com o fim da Segunda Guerra Mundial, dentre as quais o processo de redemocratização do país e as mudanças econômicas oriundas da implantação do avanço da industrialização e do capitalismo. Essas preocupações traduziam, nos anos 1950, a sensação coletiva de uma transição entre uma sociedade “atrasada” e desigual para uma sociedade industrializada e urbanizada. Implicava compreender o Brasil no descompasso temporal e espacial, produzindo a imagem de “dois Brasis”: uma parte da sociedade brasileira continuaria a se mover por formas de vida tradicional, regionalista, construídas segundo critérios rígidos de participação familiar, por sexo, parentesco, prestígio local; e outra parte desta sociedade já era considerada membro da modernidade (SADER e PAOLI, 2004).

As regiões do Brasil eram vistas como expressão de um mundo dual, o qual se explicaria por suas características modernas ou pelo seu arcaísmo (segundo o tipo de povoamento ou atividade econômica). Confrontam-se “o velho representado pelo imobilismo do interior (o sertão da pecuária, do latifúndio, do coronelismo, do agrarismo tradicional), e o novo, representado pelo litoral que se vincula à indústria, ao grande comércio, às formas avançadas de civilização, ao dinamismo”, caracterizado pelo descompasso nas práticas espaciais (LINHARES e SILVA, 1981, p. 42).

O município de Rio de Contas, local escolhido pelo Projeto Columbia, destaca-se enquanto uma região eminentemente agrária. Pereira (1940) atribuía ao município características muito peculiares que lhe possibilitava tornar-se um espaço de articulação, inicialmente, para a sobrevivência de povos negros com o cultivo de subsistência, mais tarde por conta da construção de estradas para encurtar as distâncias entre Goiás e Bahia e, posteriormente, para a exploração de mineração na região (século XVIII).

Assim, o que move o desenvolvimento desta pesquisa perpassa uma análise do livro *Town & Country in Brazil*, de autoria do antropólogo estadunidense Harris, tendo como foco central as temáticas da Memória e do Trabalho, na expectativa de compreender a concepção de trabalho presente, e que implicações materiais ocasionaram, em Rio de Contas, observando essas questões a partir da contribuição do livro e da memória narrada pelos seus sujeitos históricos. Nesse sentido, essa obra foi tomada como principal fonte documental, buscando dialogar com outras produções que contribuem do ponto de vista do contexto histórico, para a análise das categorias aqui referenciadas. Sendo assim, procuramos reconstruir a memória do trabalho dos anos 1950 no município de Rio de Contas, a partir dos estudos feitos por Marvin Harris, tendo como foco central as relações de produção capitalistas.

A hipótese que norteia este estudo parte do princípio de que os dados colhidos por Harris pressupõem uma espécie de solidariedade entre os sujeitos históricos para o desenvolvimento econômico da sociedade. Uma solidariedade, no entanto, que não aponta a contradição capital/trabalho. Essa relação pode ser observada, claramente, quando descreve episódios em que as relações de trabalho estão altamente fragmentadas e desarticuladas para seu fim. Assim, é pertinente a análise fundada nas categorias aqui eleitas, pois que elas apontam as contradições que permeiam as relações de produção do período, procurando articular o estudo a partir das categorias mais simples às mais complexas, formando um todo estruturado e hierarquizado.

Para dar conta do objeto, numa perspectiva crítica do contexto dos anos 1950, tomamos por método o materialismo histórico e, sob tal prisma, interpretamos as fontes

documentais do período, à luz das informações contidas no citado livro de Harris. Nessa ótica, concebemos a produção do conhecimento como um processo que metamorfoseia o real concreto com o real pensado, partindo da transitoriedade das ideias dos contrários que, ao mesmo tempo em que nega, afirma, que separa, relaciona, exclui, inclui. Entendemos, juntamente com Lukacs (1976), que estes são princípios básicos sem os quais a aplicação do método não é possível, visto que a categoria *totalidade* é central para interpretar o mundo. Esta categoria, na construção do conhecimento, justapõe as partes com o todo, numa relação dialética. A totalidade, enquanto categoria analítica permite visualizar o sujeito histórico numa posição central no processo, levando em consideração as demais variantes.

Entendemos o materialismo histórico na mesma ótica de Mehring (1977), que o vê não como um procedimento fechado, rematado por uma verdade definitiva, mas como um método científico para a investigação dos processos de desenvolvimento humano.

Tomamos como aporte teórico o debate em torno das categorias *memória* e *trabalho*. A primeira está, nesta pesquisa, no centro dos estudos sobre o trabalho, como um dispositivo que marca os registros de subjetivação calcados nas exigências objetivas, concretas da vida humana. Nesse sentido, entendemos que, sob o capitalismo, a Memória do Trabalho está dominada pelo capital, não sendo possível a sua realização (acumulação e reprodução) sem a ação de seus agentes sociais, ou seja, as classes em disputa.

A memória se internaliza a partir de uma construção social, com forte expressão no trabalho e, conseqüentemente, na racionalidade humana, objetivando sua ideação no tempo e espaço. Nesse processo, esses elementos sofrem modificações, recolocando a discussão do trabalho na ordem do dia. Assim entendendo, a memória está no campo da ação dos sujeitos históricos que agem de forma objetiva, no exercício de uma atividade prática. Pollak (1989), ao cunhar o termo “memórias subterrâneas”, enfatiza a necessidade de pautar as lutas históricas dos atores sociais que buscam reconstruir sua memória “não oficial”, construída socialmente entre conflitos e disputas para a transformação da realidade. Com elas (as memórias subterrâneas), o autor trouxe ao âmago do debate a importância crucial de se criar formas de resistência a um passado obscuro.

Colocar a categoria *trabalho* como um dos pontos cruciais desta pesquisa não leva em conta apenas o fato de ela ocupar o centro dos debates acadêmicos atualmente, sobretudo nas ciências sociais. Elegemo-la por entendermos que ela dá conta das inúmeras transformações ocorridas no interior das relações de produção no Brasil e no mundo no século XX e suas relações com a classe trabalhadora, o processo de transfiguração do trabalho. Concordando

com Marx (2006), que o trabalho é uma categoria central para explicar as relações imbricadas na sociedade capitalista.

Desse modo, faz-se inequivocamente necessária a recuperação da Memória do Trabalho em Rio de Contas, o que tentamos fazer através da interpretação dos arquivos documentais da cidade e da história oral, buscando detectar os feitos históricos que, gradativamente, deram feição à cidade de Rio de Contas, terra inóspita e impenetrável que se tornou fonte de riqueza e ganhou a atenção do mundo, pela sua extrema capacidade de emergir mananciais de diversificados tipos de minérios, e posteriormente a imensa brota de artistas com potencial incalculável de criação em todos os ramos da cultura e do artesanato, a partir de uma construção social que se expressa na racionalidade humana objetivada e elaborada no e pelo trabalho, no tempo e no espaço, sofrendo modificações e observando as transformações ocorridas historicamente. Com isso, entendemos como necessário um mergulho na citada obra de Harris.

O nosso recorte temporal está delimitado em meados do século XX, mais precisamente na década de 1950, período correspondente à recomposição capitalista do pós-Segunda Guerra Mundial e, não coincidentemente, da elaboração do Projeto Columbia. Este projeto, no auge de suas pesquisas empíricas no Brasil, foi embalado por produções teóricas que pensavam um sentido de progresso e de desenvolvimento do país buscando prepará-lo para integrar-se ao espaço capitalista mundial de forma condizente com a então fase de desenvolvimento capitalista, o que implica dizer, a nova recomposição sistêmica, agora sob o imperial-capitalismo estadunidense.

Perseguindo essa trajetória, realizamos um levantamento bibliográfico no qual, de início, detectamos alguns trabalhos da professora e antropóloga Consorte (relatos, entrevistas etc.), nas quais descreve a sua participação como auxiliar de pesquisa nos estudos realizados por Harris durante a execução do Projeto Columbia. Ao longo de vários meses, ela trabalhou na coleta de dados socioeconômicos e culturais da vida cotidiana das pessoas desse município. Tais publicações foram o resultado dessas suas experiências e hoje nos serve de importantes fontes de pesquisa.

Por sua vez, a pesquisa desenvolvida por Harris, posteriormente transformada em livro, foi fruto e parte integrante do Projeto Columbia. No estudo realizado no município de Rio de Contas entre 1950 e 1951, o autor aponta, de modo implícito, a presença marcante das relações de produção em todas as esferas: social, política, cultural e econômica. Resgata a história do lugar, enfatizando questões da vida das pessoas, seu passado, suas crenças, suas

condições materiais, suas possibilidades de articulação com outros espaços – por meio da cultura e do comércio – e de sua origem aurífera, seu aspecto geográfico.

O município de Rio de Contas é reconhecido como o pólo de tradição, um lugar isolado, sempre comparado com outra cidade da região, Vila Nova (Livramento do Brumado), lócus com maior capacidade de transformação e adequação ao desenvolvimento por que passava o Brasil dos anos 1950. Segundo Harris (1956), essa suposta inadequação à mudança se tornaria um entrave para o desenvolvimento de Rio de Contas, particularmente no que diz respeito à articulação com outros espaços. Minas Velhas foi o nome com que Harris se referia a Rio de Contas em seu livro, mas como sabemos que ao longo do tempo histórico o município de Rio de Contas recebeu vários nomes até chegar ao atual, doravante nos referiremos ao município com o seu nome atual, Rio de Contas. Apenas nas citações originais da obra de Harris usaremos o termo Minas Velhas. Cabe salientar que o termo Minas Velhas, utilizado por Marvin Harris, foi em pregado como nome fictício dessa localidade, pois foi adotado em conformidade com a praxe desses estudos. AZEVEDO (1956, p.164)

A pesquisa que agora apresentamos nos possibilitou mergulhar na produção teórica do Brasil dos anos 1950 e conhecer de perto o que representou para o Brasil o Projeto Columbia, colocando o município de Rio de Contas como um dos berços de sua investigação. Nesse sentido, para melhor entender as relações de trabalho em Rio de Contas, focalizamos, fundamentalmente, sua economia local e as relações de trabalho nos anos 1950 e 1951, aplicando-lhe categorias materialistas que, pensamos, contribuem para a sua compreensão.

Assim, apresentamos nossa pesquisa estruturada em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos uma discussão teórica em torno da memória, numa perspectiva mais geral, marcada por um frutuoso debate de um tema que, historicamente, percorreu caminhos tortuosos e oficializou registros seletivos. Rio de Contas dos anos 1950 não ficou à margem dessa realidade. Sua memória emerge do esquecimento. Nesse lugar foi apagada a memória do trabalho. Juntamente com ela, apagou-se a memória dos risos, da conversa informal na varanda ao fim da tarde, das reticências, dos gemidos, das queixas, da resistência e da luta dos trabalhadores que viveram e construíram esse lugar, cujo cotidiano foi marcado por contradições e desigualdades sociais, o que nos reporta à expressão “memórias subterrâneas” como significado da essência a ser arrancada dos fundos da história. Harris (1956) já apontava, à época do Projeto Columbia, que as desigualdades sociais eram algo premente na região.

O segundo capítulo introduz a categoria *trabalho* sob a perspectiva do materialismo histórico. Essa escolha nos remeteu à leitura de textos marxianos, como *O Capital*, nos quais

buscamos inspiração para definir importantes categorias sem as quais seria impossível o entendimento da totalidade dialética que envolve o objeto de pesquisa como mercadoria, alienação e fetiche.

Articulando o eixo teórico do livro de Harris com a matriz epistemológica supracitada, no terceiro capítulo situamos o Brasil e a Bahia no contexto dos anos 1950, dando enfoque para o seu papel no processo de desenvolvimento capitalista e dos planos de inserção da periferia capitalista no processo de acumulação internacional, com vista a compreender o Projeto Columbia e seus estudos de comunidade numa ótica a mais ampla possível, tendo como recorte, sempre, a cidade de Rio de Contas, uma das bases da pesquisa do Projeto.

No último capítulo, uma análise sobre o livro de Harris, com ênfase nos estudos de comunidade promovidos pelo Projeto Columbia. Nas considerações finais, uma breve síntese enfocando a importância dessa pesquisa para os estudos de comunidade do Projeto Columbia.

2 A MEMÓRIA ENTRE A TRADIÇÃO ORAL E ESCRITA

A memória tornou-se crucial para se compreender o significado da vida humana, apontando, inicialmente, em sua trajetória, a conservação de informações, remetendo-nos para um conjunto de funções psíquicas que, segundo Le Goff (2003) permitiu atualizar impressões e informações passadas, abarcando áreas afins, sobretudo com o surgimento da psiquiatria, que possibilitou o estudo da amnésia. Foram os filósofos que deram uma nova abordagem à memória, prescrevendo-lhe uma relação substancial ao entendimento da vida humana.

Ao estreitarem-se as relações da memória com a sociedade, foi possível ampliar seu significado no sentido de validar seu papel como categoria na construção do conhecimento. Entretanto, esse fenômeno multimodal, com características multidisciplinares, tem sua construção social a partir das mudanças na forma da linguagem, fato que, certamente, não se deu de forma linear e homogênea. O seu legado carregado de desejos, vontades, nos faz compreender que o surgimento da tradição oral não se deu num passe de mágica, mas submeteu-se a vários caminhos que apontam avanços e limites no percurso dessa transição. Contudo, cabe indagar em que medida a memória interfere nas transformações sociais no que diz respeito à aquisição do aprendizado através da linguagem e das condições materiais no curso da história; em que medida foi possível compreender os registros como partícipes do processo de mediação da memória e como peça importante na construção do conhecimento.

2.1 Tradição oral e sociedade com escrita: duas faces de uma mesma moeda

A necessidade de o homem registrar suas vivências e lembranças surgiu em tempos remotos. Desde os princípios da humanidade existem indícios de formas de registros diversos que narram aspectos importantes da vida dos homens. Nos primórdios da existência humana, as inscrições rupestres das paredes internas das cavernas registraram uma herança crucial da experiência dos nossos antepassados.

Dessa perspectiva, é interessante entender que a memória surge em contexto de mudanças de paradigmas em diversos campos do conhecimento, os quais reivindicam a valorização das manifestações de cultura, religiosidade, localidade, a vida do cotidiano e a oralidade. À memória cumpre o papel de resgatar a história do homem, feita e registrada sob vários mecanismos. Sempre existiu e existe algo a contar: em cavernas, oralmente, no papel, nos códices ou através de uma tela de computador. Entretanto, esse processo não se deu de

forma linear e obscura. O exercício de recordar e esquecer tanto no caráter individual como de forma coletiva foi uma

[...] forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.13).

História e memória são construtos sociais e se processam num campo de disputas. Memória, para os gregos antigos, era Mnemosyne, filha de Urano (o céu) e Gaia (a Terra). Com Zeus, Mnemosyne gerou nove filhas, as musas, responsáveis pela inspiração, entre elas Clio, a musa da história. A memória, nessa concepção, tem a força da natureza, sendo elemento forte e presente nos entrelaçamentos entre cultura e natureza.

Nas sociedades de tradição oral não há necessidade de memorização integral, palavra por palavra, mas o comportamento narrativo como papel mnemônico tem a função de atualizar o passado. A reprodução

[...] mnemônica palavra a palavra está ligada à escrita, as sociedades sem escrita, excetuando certas práticas de memorização das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas. (LE GOFF, 2003, p.15).

Assim sendo, a principal concordância nas narrativas são os limites contados da terra cultivada em cada família ou grupo. Mas, lembra Le Goff (2003), a atividade mnésica fora da escrita é uma constante não só nas sociedades sem escrita, como nas que a possuem e demonstra que a memória coletiva é fundamental para entender esse processo. Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva aponta como primeiro domínio a cristalização da existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem. Recordar e manter viva a tradição eram elementos fundamentais para a existência desses povos. Nesse sentido, havia uma espécie de divisão social na qual alguns indivíduos se especializavam nas atividades relativas à memória. Eram os homens-memória – genealogistas, guardiães dos códigos reais, historiadores da corte, tradicionalistas – que cumpriam o papel de guardar a memória da sociedade e, conseqüentemente, a coesão do grupo. Thompson (1992), fazendo alusão às pesquisas de Jan Vanzina, diz que cada um desses homens-memória era responsável por um tipo de tradição e tinha que se lembrar das listas dos reis e das rainhas-mães, de acontecimentos mais importantes e dos segredos de cada dinastia. Eles repetiam orgulhosamente: “sem nós, os

nomes dos reis se desvaneceriam no esquecimento, nós somos a memória da humanidade” (THOMPSON, 1992, p. 47).

Assim, a memória estava vinculada às relações de poder. No entanto, apesar de aparentemente haver uma consolidação da memória de grupos ligados ao poder estabelecido, tinha presença marcante a figura dos portadores-de-tradição das aldeias que transmitiam e contribuíam para a perpetuação da tradição. Ainda segundo Thompson (1992), Jan Vanzina relaciona uma série de longos relatos orais que os *griot* da África faziam sobre seus ancestrais. Esse estudioso da tradição oral de povos africanos nos oferece alguns elementos para pensar a relação entre a tradição oral e a memória e, posteriormente, está sob a interferência da escrita.

Nas sociedades orais, a tradição é transmitida através da comunicação pessoal, das trocas que vão acompanhando o processo de esquecimento ou da transformação de fatos do vivido deixados de ser necessários ou pertinentes à cultura local. Ao contrário das sociedades com escrita, cujo passado tem maiores dificuldades de ser modificado e é considerado distante, separado do vivido, a oralidade permite um refazer constante do passado a ponto de não separá-lo do presente. Muitos dos relatos foram comprovados através de pesquisas oficiais. Na Grécia antiga se encontra a confirmação das descrições e relatos da tradição oral através de monumentos, armaduras obsoletas, listas de nomes de cidades abandonadas, preservadas oralmente por seiscentos anos, até que circulassem as primeiras versões escritas da *Ilíada*. Isso tem sido confirmado pelos estudos clássicos e pela arqueologia (THOMPSON, 1992, p. 50).

Entretanto, no processo de transição da tradição oral para as sociedades letradas, deu-se uma mudança radical no papel do historiador oral. Mudou-se a mentalidade entre muitos historiadores na forma de fazer pesquisa, havendo certa negligência em ir a campo e resgatar os relatos dos guardiões da memória da história viva. Isso certamente reforça o que Thompson diz:

O genealogista de hoje trabalha em reservado silêncio no gabinete de um arquivo. A memória foi rebaixada do status de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado. As pessoas ainda se lembram de rituais, nomes, canções, histórias, habilidades: mas agora é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o futuro [...]. (1992, p. 50).

A memória coletiva sofre certo deslocamento, pois as tradições orais públicas e de maior prestígio têm se mostrado mais vulneráveis e, contraditoriamente, são as reminiscências

de caráter pessoal e tradições particulares da família e das minorias perseguidas que entram em evidência, sem contar com o descrédito que sofre a originalidade dessas fontes para a produção do trabalho científico. Isso é evidenciado nas comunidades africanas.

Nesse sentido, há uma desvalorização da memória, pois que recua para o plano pessoal, tornando-se fonte de conhecimento privado. O que no passado era uma forma de consolidar e perpetuar a vida dos grupos, das aldeias, dos grandes feitos, torna-se um obstáculo para o empreendimento e para a consolidação da ciência. Para Fentress e Wichkam (1992), deu-se um processo de desvalorização da memória como fonte de conhecimento na sociedade ocidental na medida em que cresceu a dominação do paradigma textual do conhecimento, o que diluiu seu caráter de preservação da coletividade e de adjunção da prática à teoria.

Na medida em que a sociedade desenvolveu suas formas de comunicação através da escrita, houve um processo de institucionalização da memória. Para os autores citados, houve uma espécie de congelamento da memória, ou seja, a escrita alterou a relação com as palavras, fixou as ideias, roubou-lhe o movimento. Para Thompson (1992) e Le Goff (2003), entretanto, ao voltarmos aos estudos do passado, é possível perceber que os registros surgiram como suporte da linguagem e da materialização das relações e, nesse sentido, tradição oral e mundo letrado caminham *pari passu* num processo de completude do conhecimento. O mesmo exemplo das sociedades africanas pode ser citado.

E, nesse aspecto, a história oficial positivista contribuiu para tornar latente a fissura dessa relação e pôs a memória no campo das faculdades mentais e da formalidade racional. Memorizar passou a não mais significar trazer à tona a vida, resistir, recordar, preservar, mas, sobretudo esquecer, monumentalizar ou transformar em “lugares de memória” (NORA, 1993).

Thompson (1992) destaca historiadores e suas posturas diante da nova forma de se conceber a história, ressaltando o papel da memória. Destaque para Michelet que, como grande historiador popular, evidencia, de forma notável, a tradição oral, mostrando uma capacidade ímpar de fazer mediações entre o bom uso de documentos e a tradição oral, ao historicizar a Revolução Francesa pelo prisma de um método impressionante. A memória, em Michelet, é vista como um processo complexo no qual toda a consciência é midiaticizada por ela. A prática desse historiador é evidenciada na seguinte ponderação:

Minha investigação entre documentos vivos ensinou-me muita coisa que não se encontra em nossas estatísticas [...]. Dificilmente se dará crédito à massa de informação que consegui obter desse modo e que não se encontra em nenhum livro. (MICHELET *apud* THOMPSON, 1992, p.72).

Segundo Thompson (1992), Michelet cumpriu um papel importante no resgate da memória, pois conseguiu romper com a frieza dos gabinetes da academia e enalteceu a tradição oral como fonte inaudita para a apropriação do conhecimento, além de influenciar muitos historiadores de sua época.

No campo da sociologia, pensar a memória na perspectiva da transformação da sociedade é ainda muito mais notório. Halbwachs, sociólogo pertencente à escola de Durkheim, tornou-se pioneiro em suas formulações acerca da memória coletiva. Afirmava ele que toda memória se estrutura em identidades de grupos e que as recordações dos indivíduos são essencialmente memórias de grupo e que a memória do indivíduo é um produto provavelmente único de determinada intersecção de grupos (HALBWACHS, 1990).

Nos últimos quinze anos cresceu o interesse pelo assunto, sobretudo graças à expansão da história oral nos Estados Unidos, com trabalhos pioneiros sobre a vida e o cotidiano, culminando, nos anos 1970, com as pesquisas e os trabalhos da Etno-História de tradição oral como as análises de Jan Vanzina sobre comunidades africanas. Vale ressaltar que houve uma reação conservadora contra os avanços do materialismo histórico que hegemonizava a academia, e que ficou conhecido na História como “nova história”.

Mesmo com toda a expectativa de se encarar a história oral em nova perspectiva de profundidade e entrelaçamento com a memória, tais historiadores parecem relutar em destacá-la, preferindo tratar a memória como um conjunto de documentos que devem estar dentro da cabeça das pessoas. Há certo receio de não serem legitimados em seus trabalhos, juntamente com o perigo da reificação. Segundo Fretress e Wichkam (1992), há uma tensão nessas relações. Para Thomson (2002), tais tensões colocam a memória como alvo principal das querelas e disputas históricas, pois, para os historiadores, ela não era uma fonte histórica confiável, pela sua distorção, deterioração física e pela nostalgia da velhice, por uma série de fatores que concorreriam para o esvaziamento da profissão de historiador oral. Entretanto, no decorrer do tempo, a história oral foi tomando significado em detrimento de outros aspectos relacionados a fontes e métodos de pesquisa. Essa ânsia em buscar aparar as arestas do passado em relação à história oral acabou por negligenciar os motivos que levavam as pessoas a construir suas memórias, explorando os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual.

Na atualidade, não é possível dissociar a busca do conhecimento científico em movimentos que expressam uma dicotomia de entendimento a partir de um viés de disputas meramente acadêmicas. Os ramos da história diretamente baseados na memória, e, sobretudo a história oral, foram reconhecidos cientificamente. Frisch ensaia uma solução para esse dilema ao defender “uma autoridade compartilhada” na história oral e “projetos que assumam seriamente a tarefa de envolver as pessoas na exploração do significado de lembrar, no que fazer com as memórias para torná-las ativas e vivas, e não meros objetos para colecionar e classificar” (*apud* THOMSON, 2002, p. 71).

Creio que, com essas idéias, pode-se iniciar um debate acerca das questões evocadas aqui e que são pertinentes hoje. Como alerta Le Goff (2003), a memória tornou-se elemento essencial para a identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Está posto o debate.

2.2 As interfaces da memória

O crescente interesse pela memória tem suscitado um debate acirrado no mundo acadêmico, sobretudo entre historiadores e estudiosos da memória. Isso decorre da herança historiográfica da França que, a partir dos anos 1970, calcou suas pesquisas na história das mentalidades, com enfoque para a história oral, abordando aspectos da vida em família, do cotidiano, da cultura, dos costumes, de uma determinada localidade e da religiosidade dos grupos humanos. Dessa produção, podemos citar *Memória Coletiva*, de Halbwachs (1990); *História e Memória*, de Le Goff (2003); *Entre Memória e História*, de Nora (1993), entre outros. São vários os autores que abraçaram essa empreitada, visto que foi difundida mundialmente. Ao mesmo tempo, no entanto, foi alvo de grande descaso e fragilidade teórica.

Neste nosso esforço de pensar o conceito de memória, julgamos necessária uma revisita às ideias de Halbwachs que, em 1925, elaborou uma espécie de sociologia em sua análise, em que enfatizava a memória individual como parte de uma memória coletiva. Entendendo que todas as lembranças são construídas no interior de um grupo, ele se referia à existência de uma “intuição sensível”. Haveria, na base de toda lembrança, um chamado a um estado de consciência puramente individual para distingui-lo das percepções em que entram elementos do pensamento social. Por conseguinte, Halbwachs afirma que tal sentimento de persuasão é o que garante a coesão no grupo, sendo a unidade coletiva um espaço de conflitos e influências entre uns e outros. Aponta ele que as lembranças podem, a partir dessa vivência

em grupo, ser reconstruídas ou simuladas pelas possibilidades de criação de representações do passado, assentadas na percepção de outras pessoas.

Em Halbwachs (1990), não há memória que seja “imaginação pura e simples”, ou representação histórica que tenhamos construído e que nos seja exterior. Em outras palavras, todo esse processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito, sendo que o suporte em que se firma a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica. Nesse aspecto, o autor assevera que a memória se apoia sobre o passado vivido, permitindo a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o passado apreendido pela história escrita.

É pertinente, no entanto, ressaltar as concepções de história e de memória do autor para se compreender o caráter da oposição história/memória que o mesmo faz. Para ele, a memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural. Quanto à memória de um indivíduo ou de um país, está na base de uma formulação, de uma identidade em que implica a continuidade de características marcantes. Por conseguinte, a história está pautada na síntese dos grandes acontecimentos da história de uma nação e faz das memórias coletivas apenas detalhes, sucessivas somas e não é considerado, do ponto de vista de nenhum grupo real e vivo, que os acontecimentos, lugares, períodos estão longe de apresentarem a mesma importância. Segundo Halbwachs (1990), a história escrita passou por mudanças significativas que refletiram diretamente sobre a memória, faltando a percepção dos indivíduos. Questiona ele a própria noção de tempo fixo ao defender a existência de temporalidades múltiplas e objetivadas, devendo as fontes, escritas e orais, serem analisadas criticamente.

Assim, é possível admitir que, tanto em Halbwachs como em Nora, é perceptível uma oposição entre história e memória. Em Halbwachs (2004, p. 85) “a história começa somente onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito”. Para Nora (1993), houve uma espécie de “filtramento” da memória pela história que acabou tornando objeto da história, arrancando-lhe o que sobrou do vivido no calor da tradição.

Nora então assevera que

se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.(NORA, 1993, p. 9).

2.3 Memória: percursos e percalços

No calor dessas discussões, é pertinente destacar as contribuições de Nora ao entender que a memória se transformou em “lugares de memória”, sintetizada na sua célebre frase: “Fala-se muito de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 1). Inicialmente, sua produção teórica pautava-se no debate acerca da história institucionalizada e seu novo papel no âmbito das mudanças estruturais da sociedade moderna. Nora buscou explicar o significado do fenômeno da aceleração da história no mundo moderno no contexto do desencadeamento das profundas transformações no tocante à memória. Para ele, a “curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da história” (1993, p. 07). Entendemos, então, que, na concepção de Nora, o avanço da modernidade (e das tecnologias que emergiram consigo) trouxe novas exigências nas relações, na forma de lidar com o passado e o conteúdo. Nessa perspectiva, a paixão pelo presente nos impõe uma ruptura com o passado, puxando, a reboque, uma memória esfacelada e desfigurada, em ritmo de petrificação: “há lugares de memória porque não há meios de memória” (NORA, 1993, p.07).

O mundo moderno imprimiu rupturas com o passado impondo uma nova perspectiva no tratamento da memória, atribuindo valores à cultura. Essa memória que, no passado das sociedades primitivas, estava resguardada e caminhava lado a lado, representando a continuidade das relações do cotidiano, hoje se ossifica e se emudece nos “lugares de memória”. Salienta Nora que a necessidade de consagrar os lugares deu-se devido ao distanciamento da habitação e do exercício da memória. O esquecimento se tornou o “carma” da sociedade atual, sobretudo no que se refere às lembranças que deixaram sequelas cujos reflexos respingam, insistentemente, nas mentes avivadas que promoveram a crueldade e a carnificina do passado. Resgatar a memória significa se comprometer, criar laços de

afetividade, vínculos com a história, trazer à tona os resquícios impregnados na esteira da vida e colocá-los na ordem do dia.

Assim, fez-se a institucionalização da memória para promover o recrudescimento do passado. Dessa forma, Nora (1993) resgata os lugares de memória como necessários para a apreensão da realidade longínqua de forma enviesada. Quaisquer vestígios, símbolos, trilhas, fazem parte da política de recobrar a “memória” e não a memória propriamente dita. De forma poética, mas com caráter denunciativo, Nora traça a contraposição entre memória e história, mostrando sua contradição para dizer que a memória se tornou institucionalizada e moldada ao bel prazer das determinações estruturais, o que fez com que a modernidade pagasse seu preço ao colocá-la no patamar do esquecimento e no degrau inferior dos paradigmas de mudanças, ou seja, quando se resgata o passado no contexto da oficialidade, imputa-se à memória uma supressão com o vivido. Os museus, as medalhas, as datas patrióticas comemorativas, os monumentos, os arquivos, estão imbuídos do enigma do fetiche que apresentam uma relação em si e não transfiguram sua realidade concreta, não se apresentam em sua totalidade. Cabe ao pesquisador a perspicácia de desvendá-los a partir dos “lugares de memória”, transpor sua aparência e trazê-los à luz da racionalidade científica e, sobretudo, resgatar as memórias que ficaram sem registro, na esteira dos interesses dos grupos sociais que a vivenciaram.

Segundo Halbwachs (1990), essa memória é coletiva. Mesmo em se tratando de memórias que foram construídas no âmago da subjetividade só são passíveis de concreticidade a partir de sua referência grupal observando seus costumes, crenças, linguagem etc. Essa memória se faz numa construção histórica que se configura a partir dos interesses dos grupos sociais em questão. Para tanto, o ato de resgatar a memória não se dá de forma linear, mas confere-lhe, muitas vezes, o selo do esquecimento, o que permite a escolha daquilo que, de fato, se deve lembrar. Nesse aspecto, a memória posta crava a busca da legitimação dos interesses em disputa. Daí, então, é possível afirmar que, para Halbwachs (1990), a nação é a forma mais acabada de um grupo, resgatada na sua inteireza, e tornada memória nacional. Fato bastante observado na França, em que vários expoentes históricos, influenciados pela concepção durkheimiana, lograram evidenciar numa memória coletiva.

No entanto, na visão de Nora, a busca de inovar a concepção de história levou, a reboque, a memória enquanto verdugo do processo histórico. No dizer de Nora (1993, p. 10) “introduziu-se a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história”, para reafirmar que toda história entrou no seu tempo historiográfico consumindo sua desidentificação com a memória, pelo devir da emergência em aprofundar o estudo da

sociedade em detrimento do Estado Nação: deu-se ênfase em debruçar a memória das particularidades numa possível ressignificação do passado. O que se coloca em pauta é um produtivismo arquivístico do qual se propõe um gigantesco armazenamento de informações que acaba por reproduzir o senso comum e a fadiga de informações desconectadas da realidade vivida e de uma nova concepção do passado como bem descreve o autor:

[...] É essa relação que se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, balizado, projeção do presente, tornou-se invisível, incontrolável; chegamos, simetricamente, da idéia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos com o rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. Não se falará mais de “origem”, mas de “nascimento”. O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade, como na operação que, de um golpe, a suprime. (NORA, 1993, p.19).

Aí se encontra o ponto crucial de sua formulação em relação à nova concepção de história, o que nos faz inferir que suas considerações trazem as reflexões sobre os percalços sofridos pela memória com as transformações do mundo moderno.

Assim, o retorno à memória se faz fundamental para relacionarmos as categorias *trabalho e memória*. No percurso da pesquisa, traçamos, de forma simbiótica, uma relação entre o trabalho concreto (produtor de objetos úteis) e o trabalho abstrato (produtor de elementos culturais) e o trabalho formador de valor. Nesse processo, afirmamos que a memória de Rio de Contas se faz apresentar pelas obras que caracterizam o seu passado através do trabalho materializado. Parece-nos que a questão se define pelo trabalho, criador de valores de uso, e se caracteriza nos “lugares de memória”, porque o trabalho enquanto valor, ou seja, trabalho abstrato, permeado pelo fetiche e pelas “memórias subterrâneas”, não se configura em sua essência como tal, apenas se apresenta em sua característica primária. Buscar desvendar esse enigma é tarefa dessa pesquisa.

Do ponto de vista teórico, pretende-se dissertar acerca da relação memória e história intermediada pela categoria *trabalho*. Nesse sentido, percebemos o caráter mercantilista do trabalho pretérito da região, como portador de valor de mercado, mas, ao mesmo tempo, criador de valores de uso. Trata-se de um trabalho criador de importantes referências da memória, como obras arquitetônicas, escolas, móveis, imóveis, monumentos, cemitérios, casas de fazenda, sobrados, coretos, engenhos, vielas e outros tantos que caracterizam a memória da região. É essa memória do trabalho que nos propomos desvendar em parceria

com a história. A memória do trabalho que se materializou a partir das mãos calejadas de homens que fizeram a história de Rio de Contas e se petrificou através das histórias contadas e dos registros de memória.

2.4 Memória: lembrança e esquecimento, um construto social

Diante do exposto, vale ressaltar que, apesar de reconhecer o extremo valor das discussões acerca da memória trazidas pelos autores que sustentaram o debate até então, é imprescindível destacar a necessidade premente de dialogar com posições divergentes, em busca de contribuições que acrescentem mais elementos para se pensar a memória em sua trajetória histórica.

Por isso, destacamos Pollak (1989), que busca, de forma enfática, ponderar as formulações de Halbwachs no que se refere à memória coletiva. Inicialmente, aponta a memória coletiva na perspectiva institucionalizada e legitimada pelo Estado Nação, o que implica a moldação das lembranças pela lógica impositiva dos anseios daqueles que classificam e hierarquizam as relações no âmbito do grupo dominante na sociedade, limitando-a por linhas fronteiriças. Assim, em Pollak, é possível perceber que a memória foi posta na ordem do dia, numa perspectiva abrangente. A nação, contudo, seria o pano de fundo para legitimar a memória patriótica e efetivá-la numa perspectiva coletiva fortalecendo o caráter “conciliatório do Estado Nacional e obscurecendo sua feição, enquanto produto do antagonismo de classe. Este se fortalece na medida em que estabelece, hierarquicamente, a conciliação entre as memórias individuais e coletivas, buscando selecionar o que será pautado enquanto possibilidade de lembrança. Por conseguinte, busca ilustrar os fatos sociais como coisas e elucida a emergência da potencialização da crítica que se apresentam na sociedade de forma naturalizada. Há que se questionar em que parâmetros históricos os fatos sociais se legitimam e quais atores sociais estão envolvidos nesse processo.

Nas condições materiais impostas, em uma sociedade com caráter de divisão social, recrudescer a memória dos grupos marginalizados que, historicamente, submetem a história dos vencedores. Nisso está o eixo central da discussão que Pollak (1989) trava.

Há urgência em resgatar a história oral para colocar em evidência as “memórias subterrâneas” dos vencidos da história, e, com isso, desmistificar o caráter de subserviência e apatia política em que os sujeitos sociais viveram. O autor aposta no confronto em que grupos sociais estiveram envolvidos e na disposição em evidenciar sua história na esteira das desigualdades em que foram empurrados.

2.5 As memórias subterrâneas e a cisão entre aparência e essência

Pollak (1989) afirma a existir um longo silêncio por parte dos grupos marginalizados diante das atrocidades do passado e da marginalidade a que foram submetidos. Trazer essas memórias subterrâneas à luz do dia, levantando o véu dessas relações, requer disputas históricas, sobretudo no campo da memória. Nesse sentido, Pollak (1989) destaca as vítimas do processo de recrudescimento do nazifacismo, milhões de judeus, padecedores das políticas de execração social. No entanto, os que sobreviveram ao holocausto permaneceram, durante muitos anos, em silêncio. Um silêncio muitas vezes marcado por um sentimento de culpa, ou por medo de constranger seus filhos em relação ao passado mórbido vivido.

O exemplo do holocausto é claro para percebermos que a opressão se dá de forma ideológica e coercitiva não só no âmbito de uma relação fenomênica. Os sujeitos vitimados pelo processo histórico de execração não conseguem, de imediato, examinar sua realidade com todos os elementos de uma análise mais apurada. Assim, vale ressaltar o que descreve Kosik:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém o de um ser que age objetiva e praticamente de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses dentro de um determinado conjunto de relações sociais (1969, p. 9).

A prática fetichizada do homem o coloca frente à realidade em que vive de forma parcial. A essência está encoberta pelos aspectos fenomênicos e pela aparência, assim como o feto está envolto pela placenta, mas dele depende essa relação de sobrevivência. A aparência contém a essência numa relação recíproca de unidades e contrários. Para Kosik (1969), o que constitui o mundo da pseudoconcreticidade é o complexo de fenômenos que povoam o cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, e apresenta um aspecto independente e natural. No dizer de Kosik (1969), aparência e essência fazem parte do conjunto dos elementos filosóficos que compõem a realidade na qual é mediada pela sensação e percepção. Contudo, a cisão entre aparência e essência se dá na medida em que os sujeitos históricos estão submetidos a um mundo da pseudoconcreticidade no qual apresenta um duplo sentido

que oscila entre esferas mecanicistas de verdade e engano ou claro-escuro. Nesse caso, não é possível compreender a dinâmica da relação no âmbito da apreensão da realidade em sua totalidade. Em outras palavras, não existe cisão entre aparência e essência. Existe uma lei própria que dinamiza essa relação e que exige um esforço intelectual e de método para compreendê-la, havendo uma relação de reciprocidade entre a essência e o fenômeno. A “coisa em si” não se manifesta na sua totalidade de imediato.

Na realidade, a *práxis* cotidiana é um elemento significativo, como bem ressalta Kosik (1969). Contudo, é necessário perceber que a prática cotidiana está relacionada às determinações estruturais que aprofundam a cisão e legitimam o senso comum. No entanto, mesmo na superação estruturante ainda será possível o exercício da busca do conhecimento, pois o aprendizado é ontológico ao homem e a ciência é a expressão do movimento filosófico e gnosiológico. A pesquisa faz parte intrínseca da vida humana; todavia, a apropriação do materialismo histórico enquanto método possibilitou uma maior compreensão dos fenômenos que aparecem como “coisa em si”.

Nessa compreensão, pode-se assegurar que as “memórias subterrâneas” de que trata Pollak (1989) foram submergidas no campo fenomênico da realidade, ocultando a história de grupos marginalizados ao longo do tempo histórico. No seu lugar, evidenciou-se uma aparente memória oficial, a única memória possível. Por conseguinte, ressalta o autor, necessita-se resgatar a história oral, no sentido de levantar o véu das “memórias subterrâneas”, fazendo com que a história dos vencidos seja colocada em evidência e emergida da sua obscuridade. Pensar Kosik nessa perspectiva é reafirmar suas posições quando nos lembra que vivemos num mundo da pseudoconcreticidade, pautado numa divisão social do trabalho que embrutece seus sujeitos e os coloca diante de uma *práxis* fetichizada que impede que se enxergue além das aparências.

Estudar a memória por esse prisma é fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Como citado anteriormente, tomamos como referência para a análise da vida cotidiana do município de Rio de Contas dos anos 1950 o livro de Marvin, *Town and Country in Brazil*, obra em que o autor traz à tona seus estudos acerca dos aspectos da cultura popular, da vida em família, dos hábitos e costumes da localidade, da religiosidade, das questões econômicas e todo o enlace do tecido social da época.

Nota-se que Harris, nessa obra, resgata toda uma construção social da memória, até então submersa no esquecimento de seus sujeitos históricos. São “memórias subterrâneas”, que ficaram à margem da sociedade em Rio de Contas nos anos 1950, justamente no período

em que predominava a preocupação de colocar o Brasil no patamar de desenvolvimento nacional-econômico, buscando integrá-lo, internacionalmente, ao mercado mundial.

Nesse sentido, resgatar a memória não significa apenas traçar uma simbiose entre lembrança e esquecimento, ou então legitimar o interesse de cada grupo em específico, mas procurar compreendê-la num aspecto social mais amplo pautado em uma sociedade composta de contradições, cuja estrutura (definida pelo capital) coloca em lados opostos o trabalho e o capital que se desenvolve com a acumulação da mais-valia.

Este trabalho pretende lançar elementos e questões que contribuam para a desmistificação das relações de trabalho e, efetivamente, compreendê-lo como conceito chave imbricado nessas relações.

3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CATEGORIA *TRABALHO*

O conceito de trabalho, desde a origem da humanidade até os nossos dias, vem sofrendo alterações. Segundo Alves (2009), na antiguidade clássica, o trabalho se desenvolve na relação entre escravos e servos e as classes aristocráticas, que detinham o poder da terra e a produção material dela advinda. Até o século XVII, o trabalho foi considerado um símbolo de injúria, desprezo, de inferioridade, criando e legitimando a sua divisão social. Isso nos reporta ao termo *tripalium*², que foi cunhado para conceituar o termo *trabalho* como um instrumento de tortura formado por três paus entrecruzados para ser colocados no pescoço de alguém e nele produzir desconforto. Contudo, essa conceituação do trabalho foi ganhando novos significados, na medida em que o homem foi cada vez mais, desenvolvendo sua forma de se relacionar com a natureza. Segundo Sávtchenko(1987), o homem atingiu o auge da racionalidade, na qual foi possível desenvolver técnicas e criatividade capazes de transformar o trabalho em uma atividade racional em que trouxe uma melhor adaptação dos objetos da natureza. Mas para o autor(1987), acrescenta que o papel do trabalho na vida humana não se limita apenas a satisfazer as suas necessidades, vai muito mais além. O sentido do trabalho enfatiza uma reciprocidade de transformações que permite mudanças de cunho estrutural no homem e na natureza. Assim sendo, assevera que

[...] o papel do trabalho na vida dos homens não se reduz de modo algum, a ser condição indispensável de existência e de desenvolvimento do homem e a fonte de crescimento da sua força e riqueza. Ao atuar sobre a natureza, ao trabalhar, o homem transforma-se, desenvolvendo ao mesmo tempo, a sua cultura material e espiritual e as suas aptidões físicas e espirituais. (1987, p.07)

Quem bem analisa essa relação é o próprio Engels(1986), quando nos aponta sobre o alcance do conhecimento da sociedade humana que através dos processos de trabalho trava uma relação estreita com a natureza, usufruindo dos seus bens e proporcionando os meios de trabalho para a sua produção material.

² O termo vem de *tripalium* (ou *trepalium*), do latim tardio, um instrumento romano de tortura, uma espécie de tripé formado por três estacas cravadas no chão, onde eram supliciados os escravos. Reúne o elemento *tri* (três) e *palius* (pau) – literalmente, “três paus”. Daí derivou-se o verbo *tripaliare* (ou *trepaliare*) que significava, inicialmente, torturar alguém no *tripalium*, o que fazia do “trabalhador” um carrasco, e não a vítima de hoje em dia. Fonte: Cláudio Moreno, professor de língua portuguesa da UFRGS, no site *SUA LÍNGUA*. [HTTP://www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br).

Sávchenko(1987), aponta algumas características do trabalho,entre as quais, encontra-se a fabricação dos meios(instrumentos) para criação dos produtos, adaptando a natureza aos seus objetivos propostos, o que lhe diferencia de maneira abissal dos animais.Outra característica importante é em relação ao caráter social do trabalho, no qual a produção social é o trabalho social.Ou seja,reafirma o autor. “os homens criaram sempre em conjunto os seus meios de existência e não isoladamente. (p.14). Assim o trabalho se completa em duas dimensões mediadas entre a subjetivação intrínseca ao próprio sujeito e a objetivação que é a materialização do trabalho realizado através do produto enquanto resultado da transformação da natureza. Entretanto, a produção social do trabalho não opera na base do caráter naturalizante. Para o autor

No processo de produção, distribuição, troca e consumo dos bens materiais surgem determinadas relações sociais entre os homens independentemente de sua vontade e consciência, denominadas relações de produção. Só no quadro dessas relações sociais é que existe a produção e se realiza o trabalho dos homens. Elas dependem diretamente da forma de propriedade dos meios de produção (SÁVTCHENKO, 1987, p.14)

A formação socioeconômica de uma sociedade que dará o sentido ontológico do trabalho.Nas relações capitalistas, predominam as relações de produção a partir do seu antagonismo de classes,baseado na concepção da propriedade privada e na divisão social do trabalho.Como reassalta o autor(1987), “ A divisão do trabalho dentro da empresa é a repartição das tarefas entre as pessoas em função das suas profissões e especialidades: fundidor de aço, mineiro, carpinteiro, artista, ricksha,etc... Com o desenvolvimento das forças produtivas essas relações aumentam sua complexidade (p.21).

Assim é possível detectar que o debate em torno da categoria *trabalho* tem ocupado um lugar central nas discussões entre os teóricos, sobretudo nas ciências sociais que buscam entender a partir de inúmeras transformações que ocorreram no interior das relações de produção e o que coube à classe trabalhadora nesse processo de transfiguração do trabalho.

Nessa rede de complexidade do avanço das forças produtivas é possível observar que o trabalho foi colocado na mesa de debates dos intelectuais. Sobre essa temática, quem nos deixa a par é o Lessa (2007), que aponta sobre as novas tendências à afirmação de uma possível redução do operariado industrial, sobretudo nas sociedades capitalistas, avançadas.

Por conta disso, muitos intelectuais deram “adeus ao proletariado”³, ou seja, é o “fim da classe operária”, sem, contudo, compreender que o momento atual é de rupturas e transição entre momentos profundamente diferenciados; e que o capitalismo impõe uma nova concepção do trabalho, desfigurando seu sentido ontológico e o subjugando a uma divisão social que hierarquiza e enrijece as relações em todas as esferas da sociedade.

Para entender o sentido ontológico, político e sociológico da categoria *trabalho*, faz-se necessário reportar a autores do materialismo histórico e outros, cujos pressupostos epistemológicos contribuíram para se pensar as relações sociais e como a reprodução das condições materiais de existência da sociedade foram se efetivando na prática e, nesse sentido, procurar interpretar a partir de uma sociedade capitalista como se dá o processo de organização social, o que significa dizer, em última instância, autovalorização do valor ou reprodução ampliada do capital. Para cada modo de produção há, um equivalente modo de organização do espaço, também contextualizado histórica e conjunturalmente. No presente estudo, cingir-nos-emos à discussão da categoria *trabalho* para entendermos sua gênese.

Segundo Frigotto (1998), a categoria *trabalho* é polissêmica, pois seu conceito e significado partem de diferentes perspectivas e concepções que vão desde o pensamento liberal clássico às idéias de Marx e Engels. Segundo o autor, os liberais clássicos aportavam seu significado a uma relação entre os insumos aplicados e o resultado da produção no sentido de justificar a apropriação e a acumulação de capital. Em Marx, o diferencial é estrutural do ponto de vista de sua gnosiologia, permitindo inferir que a categoria *trabalho*, da forma que está posta na sociedade capitalista, possibilita a extração da mais-valia e impõe nas relações de produção a contradição capital/trabalho, ou seja, a expropriação da mão-de-obra pelo capital. Isso conduz os homens à compreensão e apreensão da realidade a partir de uma falsa consciência e de uma linguagem ideológica que lhes impõe um processo de alienação.

Marx (2006), afirma que se deve compreender e tratar às relações de produção e reprodução sociais, a linguagem, a cultura e o pensamento de forma histórico-dialética para entender, efetivamente, o trabalho no campo contraditório da práxis e num determinado tempo e contexto histórico. Enfatiza que Marx e Engels deram rigor científico para entender essa categoria na sua totalidade.

³ Alguns autores trabalharam com essa temática, dos quais podemos citar: GOZZ, André (1982) Adeus ao proletariado, (2003) Metamorfose do trabalho/ MILLETT, Kate (1994) Politics of Cruelty/ OFFE, C. (1984) “Trabalho como categoria sociológica fundamental? In Offe, C. Trabalho e Sociedade- Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Vo I I Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/ PIORE, M e SABEL, C. (1984) The second industrial divide. Nova York, Basic Books. O referido autor faz uma crítica aos trabalhos de ANTUNES, Ricardo, especificamente em seus livros: Adeus ao trabalho? Os sentidos do trabalho, publicados pela Cortez e Boitempo respectivamente.

Os estudos desenvolvidos por Marx, acerca do trabalho, permeiam toda a sua obra desde os escritos filosóficos, econômicos e políticos, até seu estágio de maior maturidade na famosa passagem do capítulo V de *O Capital*:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (MARX, 2006, p. 211 e 212).

Por conseguinte, Marx aponta uma perspectiva teleológica da categoria *trabalho*, portanto consciente, pois se apresenta como categoria fundante do mundo dos homens, colocando-se como resultado de algo pensado e imaginado anteriormente, ou seja, não existe nenhuma possibilidade de igualar o ato humano ao do animal, pois a transformação da natureza pelo homem se dá numa relação socialmente construída e elaborada. Contudo, o resultado, cada vez mais eficaz do ato de trabalho não se dá da noite para o dia. É necessário que se chegue a um estágio de aperfeiçoamento sobre suas variadas fases com o intuito de alcançar uma eficácia crescente nessa operação teleológica. Atribui-se, portanto, ao ser humano o papel central da realização de tal tarefa, pois só ele é capaz de, conscientemente, organizar o ato de trabalho levando-o ao estágio de racionalidade. Com efeito, essa razão só é possível no processo social de trabalho, na medida em que se torna necessária uma reprodução a partir de rupturas. Isso se dá através de longas etapas no processo de apropriação do conhecimento, possibilitando a construção de novas sínteses (CARVALHO, 2008).

A partir do momento em que o homem toma posse da natureza, que a domina e pode transformá-la, é que o trabalho passa a ser fonte direta dos valores de uso. Nesse sentido, é correto afirmar que o trabalho é uma categoria fundante da sociedade humana como também está certo Lukács (2004), quando confere ao trabalho a condição de centralidade ontológica

do ser social em Marx. Assim, o trabalho não é uma categoria solta, desvinculada da realidade social, ou até mesmo a fonte de toda riqueza como querem conceituar os lassalianos⁴ quando elaboraram o Programa de Gotha e estabeleceram essa separação entre trabalho e natureza, omitindo as condições objetivas do trabalho, que nos remete pensar que é uma afirmação de uma sociedade sem classes, sem contradições e resistência, pois, ao afirmar, em seu enunciado, que o trabalho é a fonte de toda riqueza, deduz-se que basta possuir a força de trabalho, que se terá a possibilidade de riqueza. (MARX, 1891). É como se dissesse ao trabalhador: você pode produzir trabalho, isto é, riqueza pra você. Isso certamente produz uma completa falta de dialética, pois na verdade, sociedade e trabalho se realizam mútua e simultaneamente, trazem em seu bojo um desenvolvimento e uma íntima relação, e, nessa mesma sociedade ligada ao trabalho ocorre também o ócio e acumulação para alguns e a exploração de outros. Em *Crítica ao Programa de Gotha*⁵, Marx elabora a concepção contrária ao pensamento lassalliano acerca da categoria *trabalho* e esboça um programa tático estratégico para pensar uma sociedade socialista. Assim, é possível afirmar, a partir dos estudos de Sávtchenko (1987) que o trabalho é uma característica fundamental para a sociedade socialista, pois na medida em que aumenta a produtividade e a capacidade de produzir socialmente, aumenta o bem estar das populações.

O processo de trabalho consiste na articulação entre o objeto de trabalho, o meio de trabalho, a força de trabalho e o produto. E para que haja esse produto – o elemento teleológico, o projeto ou o objetivo consciente – é necessário que se estabeleça, em última instância, a relação do homem com a natureza. Assim, o trabalho produtivo, não é apenas aquele que produz mais trabalho que reproduz a riqueza de alguns. Esse processo chega às vias de fato através da razão como estágio superior do aperfeiçoamento e eficácia da consciência. Nesse sentido, é possível citar Carvalho (2008): “que a razão se internaliza e se

⁴ Partidários e seguidores do socialista pequeno-burguês alemão Ferdinand Lassalle, membros da União Geral Operária Alemã, fundada em 1863 no Congresso das sociedades operárias, em Leipzig. O primeiro presidente da UGOA foi Lassalle, que formulou o programa e os fundamentos da tática da União. A luta pelo sufrágio universal foi proclamada programa político da UGOA, e a criação das associações operárias de produção, subvencionadas pelo Estado, figurou como seu programa econômico. Lassalle e os seus partidários apoiavam, na sua ação prática, a política de grande potência de Bismarck. Marx e Engels criticaram repetidas vezes e severamente a teoria, a tática e os princípios de organização do lassallianismo, que consideravam como uma corrente oportunista no movimento operário alemão. Fonte: Lênin, obras escolhidas em três tomos. Dicionário Político. Marxists Internet Archive.

⁵ Em 1875, quando o Partido de Lassalle concordou em fundir-se com a organização operária liderada por Wilhelm Liebknecht e August Bebel, próximos de Karl Marx, este último ficou indignado ao descobrir que o Programa aprovado em uma reunião em Gotha continha mais ideias lassalianas do que marxistas. Escreveu então uma crítica completa desse programa que foi publicada com o título *Crítica ao Programa de Gotha*, p. 211. Fonte: Dicionário do pensamento marxista. Jorge Zahar Editores – 1988.

desenvolve como uma faculdade na consciência dos homens, tendo sua gênese principal no processo social de trabalho”. Portanto, na consciência dos homens pode-se perceber que o campo da memória funciona enquanto uma mediação que resulta numa continuada e indissolúvel relação entre homem, natureza e sociedade por meio do trabalho.

Assim, Marx (2006) exercita o método, partindo de categorias simples, abstratas, que explicam a materialidade das relações capitalistas até chegar a um processo abstrato nessas relações. A partir do livro III, onde demonstra de forma mais efetiva como o capital entra no processo de produção e circulação da mercadoria em relações mais complexas. Nesse momento, conecta-se o trabalho abstrato e sua dinâmica de extração da mais-valia. Com isso, cumpre salientar que é possível rever o sentido ontológico do trabalho, metamorfoseado em um duplo sentido.

Sendo assim, estabelece uma relação dialética entre homem e natureza, pois, para Marx, na medida em que o homem transforma a natureza, transforma a si próprio quando se apropria de novas experiências e atribui a si mesmo novos conhecimentos. O trabalho é um ato ontológico e teleológico, pois está na essência de sua vida e se coloca na perspectiva da racionalidade, o que lhe permite produzir os valores de uso a partir de suas necessidades. Entretanto, Marx (2006) chama a atenção à forma de apropriação dos meios de trabalho em cada tipo de sociedade, e aponta que o que diferencia, em cada momento histórico, não é o que se faz, mas como e com que meios de trabalho se faz, ou seja, o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam ao longo da história os objetos produzidos a partir dos elementos naturais bem como os meios empregados nessa transformação, mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza. Isso continua sendo válido mesmo para a sociedade capitalista mais avançada no preciso sentido de que sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir. O que a sociedade burguesa tem de novo frente às formações sociais pré-capitalistas não inclui o desaparecimento do trabalho, mas sim sua subsunção ao capital.

Na sociedade capitalista, o trabalho ganha nova dimensão, pois, Marx (2006) explica que a forma simples de apropriação da natureza para produzir valores de uso faz parte intrínseca da vida humana e não se estabelece uma relação de trabalhador a trabalhador e, desse modo, exemplifica que o valor de uso é condição para o trabalho reaparecer em mercadoria na sociedade capitalista. Portanto, “o gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza sob o

látego do feitor dos escravos, ou sob o olhar ansioso do capitalista [...]”. (MARX, 2006, p. 218).

Na nova lógica do capital, valores de uso, intrínsecos à vida humana, caminham em nova direção, na medida em que as relações de produção se tornam mais complexas. Assim, no pensamento de Marx, vão sendo introduzidas categorias mais aprofundadas e dialéticas para se entender essas relações: os conceitos de trabalho abstrato e concreto, trabalho morto e trabalho vivo, fetiche da mercadoria que identifica, no estágio do desenvolvimento das forças produtivas, as relações de exploração do trabalhador, aquele que vende sua força de trabalho num processo de alienação, ou seja, o indivíduo é descolado do processo de produção, participa da produção, mas não do resultado. O autor trabalha com a categoria de mais-valia relativa onde demonstra que o que muda não é a duração da jornada de trabalho, mas seu modo de repartir-se em trabalho necessário e trabalho excedente. Marx (2006) chama de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho e mais-valia relativa, a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e a da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. Para diminuir o valor da força de trabalho, tem um aumento da produtividade para atingir ramos industriais, cujos preços dos produtos são fixados, pertencendo ao conjunto dos meios de subsistência costumeiros ou podendo substituir esses meios. O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de trabalho contida em seus meios de produção ou composição orgânica do capital (MARX, 2006).

Nesse sentido, salienta que o desenvolvimento das forças produtivas possibilitará uma maior produtividade em larga escala, contudo começa a esboçar mesmo que de forma mais sutil a lei da crise no capitalismo. O conceito de *crise* em *O Capital* é um conceito chave para entendermos o processo de desenvolvimento capitalista. Contudo, será tratado de forma mais profunda e realista no livro terceiro, que analisa a distribuição desta mais-valia global já produzida e realizada entre a multiplicidade dos diversos capitais individuais. Nesse estágio de desenvolvimento das forças produtivas, há um processo de acirramento do antagonismo de classe, onde as relações de exploração e alienação do trabalho se tornam mais evidentes. O trabalho não é considerado pelo trabalhador como uma manifestação de sua vida; pelo contrário, sua vida começa e se deteriora no senso comum, fortalecendo e proliferando as relações opressoras de classe e ampliando a concepção pequeno-burguesa. A classe trabalhadora, segundo Marx, é a única capaz de levar a cabo o projeto revolucionário, mas é

marcada, ideologicamente, pela dominação de classe. Assim, a mercadoria se torna o mote nessas relações, evidenciando assim o seu fetiche.

Marx trabalha com a categoria da contradição entre capital e trabalho, quando aponta o desenvolvimento das forças produtivas numa engrenagem global de exigências de maior suporte, do ponto de vista de toda uma infraestrutura nos transportes, nas comunicações, no trabalho qualificado, na substituição de matérias-primas, construção de estradas de ferros para o escoamento das mercadorias. Diferencia produto de mercadoria quando esta é colocada em circulação (MARX, 2006).

O autor traz uma marca distinta dos pensadores de sua época e daqueles que o antecederam e de alguns pensadores atuais, principalmente no tocante à forma e concepção de compreender a realidade social da vida dos homens. Para isso, enfatiza que “concretamente a produção material da vida imediata concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada” (MARX e ENGELS, 1982, p. 48).

Partindo dessa premissa, a categoria *trabalho* se apresenta com uma posição central para a produção da vida material do homem, pois só através do trabalho é possível fazer a mediação entre homem e natureza observando todos os elementos de contradição que são impostos pela sociedade capitalista. Para tanto, Marx se propõe a analisar a sociedade capitalista não na perspectiva de tomar o fenômeno de forma isolada, fragmentada em sua aparência como se coloca na sociedade, mas inseri-lo na sua totalidade para melhor compreender a sociedade. O seu diálogo com Ricardo e Smith⁶ exemplifica bem essa questão quando busca metamorfosear a aparência e a essência para explicar o trabalho na sociedade capitalista e mostra claramente que os dois economistas clássicos aplicam uma visão fenomênica em suas análises do trabalho, da propriedade privada e da mercadoria. A esse respeito, reforça Engels (1986), ao concordar com os economistas clássicos, que toda riqueza provém do trabalho, mas acrescenta que é muito mais do que isso: “é o fundamento da vida humana” (p. 19). Em Engels, é possível observar que a trajetória histórica que transformou os nossos ancestrais ao estágio mais evoluído, o *homo sapiens*, foi permitida fundamentalmente no trabalho e através do trabalho com seus estágios de aperfeiçoamento e ampliação de seus laços societários. Os estágios de aperfeiçoamento do trabalho possibilitaram as novas configurações nas relações sociais na sociedade, trazendo as regras, o domínio, o aparecimento das nações e os estados.

⁶ Clássicos da economia inglesa do século XVIII. Marx considerava David Ricardo como o maior dos economistas clássicos e a teoria de Ricardo como um ponto de partida do seu próprio trabalho teórico, mas sempre se empenhou em distinguir claramente a sua teoria da de Ricardo. Dicionário do pensamento marxista. P.327

Na sequência, vieram a política, a religião, o direito. Engels assegura que

a rapidez com que a civilização progredia foi atribuída exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Daí os homens terem se habituado a explicar seus atos pelos pensamentos, em vez de entendê-los através de suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça que delas vai tomando consciência gradativamente). (ENGELS, 1986, p.30).

Para os autores do materialismo histórico, essa concepção em ver o mundo, enfatizando o pensamento, está no campo do idealismo e busca explicações em todas as manifestações do cérebro em si, sem, contudo, compreender o papel que o trabalho desempenhou e desempenha na sociedade e nas relações sociais. Engles enfatiza que a concepção idealista é dominante, ao ponto de os próprios naturalistas da escola darwiniana, ligados ao materialismo, não conseguirem esclarecer um conceito sobre a origem do homem, por conta da pouca significância que desprendem ao trabalho.

Discutir a partir dessas premissas é importante, pois, pode trazer contribuições e evidenciar a importância que teve o trabalho em Rio de Contas, do qual Harris (1956) deu bastante ênfase para explicar as relações que se estabeleciam no contexto dos anos 1950.

4 O BRASIL E A BAHIA NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA MUNDIAL

O Brasil inicia sua marcha ao desenvolvimento do capitalismo desde o processo de colonização com os ciclos econômicos, no momento em que se processou no nordeste da colônia portuguesa do Novo Mundo uma ampla produção, efetivada pela mão-de-obra escrava, que trouxe grandes dividendos lucrativos para o processo de acumulação internacional. Esse processo lançou as bases para a produção de café no Sul e Sudeste do país.

A partir da década de 1930, observa-se no Brasil uma nova fase econômica, na medida em que se configura sua produção com vistas a priorizar o capital industrial com lócus centralizado no espaço urbano. É obvio que esse processo não se deu de forma homogênea, mas apontou como possibilidade de superação os estágios que ainda visavam impor aspectos tradicionais da produção.

A nova perspectiva de ampliação do capital trouxe consigo a exigência de um novo modelo de relações de trabalho. O trabalho escravo não mais representava uma força propulsora capaz de impulsionar os ditames do mercado. Seria necessário implantar a mão-de-obra assalariada para atender a uma perspectiva nos estágios de avanço das forças produtivas que o Brasil pudesse alcançar.

Nesse sentido, vale destacar o grande contingente de emigrantes que adentrou a região Sul e Sudeste do país para fazer frente à nova ordem industrial, mesmo que ainda de maneira atrasada. Para Carvalho (2001), o país manteve uma relação econômica com o capitalismo mundial voltada para as exportações de matérias-primas e gêneros alimentícios em larga escala e, em contrapartida, importava capital constante (máquinas, meios de produção) e capital variável (força de trabalho), ou seja, o pensamento econômico brasileiro estava ligado ao seu processo endógeno de crescimento, visando seu desenvolvimento calcado no nacionalismo para legitimar e fortalecer uma classe dominante no poder.

A partir da década de 1930, o Estado se fortaleceu, burocratizando todas as esferas institucionais, inclusive no que se refere às leis trabalhistas, visando à incorporação das lutas do operariado.

O pós Segunda Guerra Mundial trouxe novas expectativas geopolíticas e econômicas para o mercado mundial. A divisão bipolar, enquanto resultado das disputas imperialistas, impulsionou a contenda para a ampliação de mercados consumidores e a ampliação do capital.

O Brasil, nesse cenário, estava ávido por lançar as bases para sua integração ao capitalismo internacional. Vale ressaltar que isso não se deu sob as expensas de um pensamento hegemônico. O país vivia um momento interno de efervescência de políticas adversas, tanto no âmbito político quanto intelectual, com predominância da defesa da concepção nacionalista de desenvolvimento.

Celso Furtado, integrante da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em 1949, buscou, nos anos 1950, através do método histórico-cultural, explicar a formação de economias e sociedades no sistema capitalista, para além da dominação colonial. Denunciava a falência do método neoclássico, então soberano na análise econômica, buscando o reconhecimento da necessidade de historicizá-la e descobrir a especificidade da formação das economias e sociedades subdesenvolvidas (OLIVEIRA, 2003). Na sua concepção, a alternativa para o Brasil era entrar em um processo de industrialização para modernizar-se. Nesse sentido, seria necessário um cronograma de políticas concretas com agenda pautada em ações para os vários governos latino-americanos.

Fernandes (2008), analisa a estrutura da formação da burguesia brasileira, levantando questionamentos acerca das especificidades da estrutura econômica do Brasil, apresentando desde seu processo colonial, calcado em bases eminentemente tradicionais sob características muito próprias de seu lugar. Fernandes (2008, p. 24) afirma que

os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos; passaram da antiga Metrópole lusitana para o principal centro de poder do imperialismo econômico nascente.

Nesse sentido, Fernandes (2008) defendeu para o Brasil uma espécie de autonomização como necessidade para a superação do estágio de subdesenvolvimento em que se encontrava o país. Defendia um capitalismo auto-suficiente a ser conquistado através de um processo de revolução burguesa.

Em Prado Junior (1997), encontramos uma visão geral da economia brasileira, mostrando os reais objetivos da dominação do capital no litoral a partir das capitâncias hereditárias aos ciclos econômicos do açúcar, do café e do leite na região Sudeste do país, isso para situar a economia decadente do Nordeste brasileiro e compreender sua perspectiva de atraso e, conseqüentemente, de não integração social. Contudo, defendia que o Brasil precisava de uma revolução para sua transformação social e econômica. A ideia a consolidar

seria a inserção de capitais internacionais no país, buscando novos espaços de realização da acumulação.

Nesse contexto de disputas de paradigmas que pensavam a nova fisionomia geopolítica do país, buscando sua modernização e, conseqüentemente, sua integração ao capital internacional, desde os espaços mais avançados aos mais tradicionais, os anos 1950 foram um divisor de águas diante dessa realidade. Isso foi perceptível basicamente no contexto em que se criou a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento para o Nordeste) bem como a construção de Brasília, que teve como consequência a política da descentralização espacial da economia industrial brasileira que anteriormente estava concentrada no Centro-Sul do país. Segundo Carvalho (2001), não bastava descentralizar a economia industrial brasileira para a ampliação do processo de acumulação, seria necessário verticalizar a economia, reconfigurando a política econômica brasileira aos objetivos internacionais para a articulação de capitais. Nesse aspecto, o plano de metas proposto por Juscelino Kubitschek foi capaz de fazer a combinação de capitais privados e estatais para o processo de potencialização para a acumulação ampliada do capital. Todo o esforço do governo brasileiro foi no sentido de integrar o Brasil à economia internacional e também corrigir as disparidades regionais. A propósito, havia medidas de caráter internacionalista para sanear o cenário de crise econômica a que o capitalismo estava sendo submetido.

A Bahia estava inserida nesse contexto. Segundo Medeiros (2010), o Estado baiano vinha sofrendo com a crise econômica mundial do capitalismo, que acabou por levar a uma crise política, ou seja, o cenário político baiano estava envolto por interesses de grupos e partidos políticos:

Com sua forte coligação, Otávio Mangabeira disputou o pleito eleitoral contra o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, cujo candidato era Medeiros Neto, Presidente do Senado na data em que este fora dissolvido pelo golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Otávio Mangabeira foi eleito governador da Bahia nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Sua vitória eleitoral foi expressiva: obteve 211.121 votos, enquanto Medeiros Neto ficou em distante segundo lugar com 92.629 votos. Também para deputados à Assembléia Legislativa, a coligação de Otávio Mangabeira obteve maioria eleitoral: eram sessenta os componentes da Assembléia Legislativa e desses apenas sete deputados estaduais, eleitos pelo PTB, formavam a oposição. (MEDEIROS, 2010, p.8).

Com todo o jogo político e econômico de interesses posto em evidência, detectou-se um processo de estagnação da economia baiana e a perda no *ranking* econômico brasileiro. Seu atraso – nos padrões de desenvolvimento capitalista – estava caracterizado em todas as

esferas, apresentando elevadas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, doenças, desemprego, surgimento de favelas, problema com segurança pública, municípios isolados do ponto de vista político e econômico.

Assim, ao assumir o governo, em 1947, Otávio Mangabeira comprometeu-se a criar soluções para “o enigma baiano”. Em sua mensagem de despedida do governo declarou:

Intrigava-me, desde muito, o que chamei de “o enigma baiano”: por que razão a Bahia, cujas qualidades e riquezas eram, em geral, tão celebradas, se mantinha, todavia, em condições de progresso indiscutivelmente inferior ao que resultaria em boa lógica, de semelhante conceito, assim tivesse ele a procedência que lhe atribuía. (MANGABEIRA, 1951, p.06).

Mangabeira, em seu governo, fez um mapeamento da situação baiana, no que se refere à educação, saúde, habitação, transporte, segurança pública, energia elétrica, condições de vida no Estado de um modo geral, e detectou um alto grau de deterioração em todas as esferas da sociedade. Assim, após um longo estudo sobre o Estado da Bahia, o governador destacou alguns fatores que efetivavam o “atraso” baiano e demonstrou, através de documentos, metas para uma reforma política na Bahia com vistas a uma “reeducação para a vida pública”, buscando integrar a Bahia ao Estado nacional e, conseqüentemente, ao capitalismo mundial. Nesse clima de euforia por crescimento econômico, emergem perspectivas de realização de projetos elaborados por intelectuais baianos em parceria com estadunidenses. O intuito era mapear e estudar a realidade brasileira e, mais especificamente, a baiana.

Destacamos os estudos de Oliveira (2003) sobre o processo de desenvolvimento industrial no estado da Bahia e no Nordeste, onde o Centro-Sul demonstra sua superioridade produtiva e, ao mesmo tempo, elege o Nordeste como apenas um escoador de mão de obra, substituindo a imigração estrangeira. Entretanto, um dos fatores que traz uma nova configuração à economia baiana será o início de exploração de petróleo na região que segundo Oliveira...

A massa monetária de investimentos e salários, concentrada num espaço reduzido, praticamente no recôncavo e em Salvador, transformará a economia baiana radicalmente. A dinâmica desse radicalidade concentrará a renda em Salvador quase como em nenhuma outra parte do Brasil. (2003, p.43)

O desenvolvimento econômico se faz de forma localizada, priorizando os entornos do lócus da exploração e escoamento do petróleo. Assim, detecta-se uma enorme concentração

de renda, sobretudo em Salvador, mas segundo o autor, o desenvolvimento se dá em caráter ainda insuficiente para significar uma inserção, eminentemente potencializada, no mercado nacional e internacional. Segundo o autor, a partir da década de 1960, se inicia a fase de industrialização do Nordeste e a Bahia se insere nesse cenário, recebendo os incentivos fiscais da Superintendência do Nordeste – Sudene e recebendo capitais do Centro-Sul e os capitais internacionais e beneficiados pela dedução dos impostos de renda. Esse período é marcado pela transferência dos recursos públicos para iniciativa privada como bem ressalta o autor...

A rigor, trata-se de uma transferência de recursos públicos para empresas privadas, que no limite pode chegar a até 75% do investimento total (compreendidos os empréstimos bancários de investimento dos bancos oficiais). Entre 1960 e 1968, o índice das inversões na indústria, segundo os projetos aprovados pela Sudene, passa de 100 a 559, tendo atingido o nível 800, em cruzeiros reais de 1968. A inversão industrial do Nordeste passa de 8,1% em 1959 a 31,5% em 1968, e esse altíssimo coeficiente de inversão somente pode ser explicado pela importação de capitais de fora da região, e portanto por via dos incentivos fiscais. (OLIVEIRA, 2003, p.45)

A discussão de Oliveira(2003) gira em torno do modelo concentracionista de desenvolvimento para estado do Nordeste, onde o capital será alocado nos lugares com maior perspectiva de ampliação de suas taxas de lucro, pois o Nordeste apresentava áreas de exploração petrolíferas que potencializou vários ramos industriais presentes na região como: minerais não metálicos e minerais metálicos, cal e cimento, cerâmica, siderurgia, máquinas, motores, equipamentos industriais, material elétrico, aparelhos domésticos e lâmpadas, veículos automotores, autopeças e carroçarias, tratores e máquinas de terraplanagem, pneus, química e petroquímica, laticínios e produtos alimentícios diversos. Essa potencialidade industrial se fez com a entrada de capital estrangeiro e do Centro-Sul e a Bahia foi o estado bastante beneficiado com essa política o que permite o autor inferir que

[...] a característica do financiamento dessa maciça transferência de capitais transforma a industrialização do Nordeste num “maná do deserto” (Não é o Nordeste uma região semiárida?): um estudo do International Bank for Reconstruction and Development, de 1973, citado por Raimundo Moreira, assinalava à época, que, enquanto as indústrias do Centro-Sul acusavam uma taxa de rentabilidade de 14%, as instaladas no Nordeste sob os auspícios dos incentivos fiscais obtinham uma performance de rentabilidade de 46,8% sobre os recursos próprios[...] (OLIVEIRA, 2003, P.47).

O processo de extração de petróleo, a partir de 1950, no Recôncavo Baiano - Mataripe e, posteriormente Salvador e Camaçari, possibilitou uma nova fisionomia econômica pra essa região, com recursos financeiros, incentivos, fiscais, isenção de impostos, terrenos vendidos a preços simbólicos, infra-estrutura completa com água que segundo o autor, (Salvador carecia de uma forte infra-estrutura para vida da população), e também com rede de esgotos e despejos industriais, farto suprimento de energia elétrica, sistema viários internos e externos, um porto próprio.

Houve um esforço conjunto de empresas nacionais para o aprofundamento da extração e distribuição de petróleo na região que potencializou os setores industriais no Brasil com fornecimento de empregos, concentração de capitais. Nesse sentido, Oliveira(2003), enfatiza que “Todas as potencialidades louvadas pelos autores do “ enigma baiano” são postas a serviço da nova industrialização” (p.47).

No interior do estado baiano estava posta, a contradição do desenvolvimento desigual em que regiões inteiras, padecia de um atraso social e econômico, cujo cenário, despertou atenção dos setores intelectuais e políticos da sociedade, dentre os quais, é possível citar a criação do Projeto Columbia, em que intelectuais baianos e antropólogos dos Estados Unidos realizaram estudos de comunidade em áreas específicas da Bahia. Tais estudos ressaltavam características tradicionais e possibilidades de modernização do Estado e sua efetiva inserção no mercado mundial. Como assevera Medeiros (2010, p. 8), “é no governo Mangabeira que ocorre o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia com a Universidade de Colúmbia, dos Estados Unidos”.

4.1 Rio de Contas: base da pesquisa do Projeto Columbia

O município de Rio de Contas está situado na vertente oriental da Serra das Almas e compreende áreas baixas, recobertas de caatinga e chapadas elevadas com vegetação do tipo “gerais”, onde o clima é ameno. Numa dessas chapadas, à margem esquerda do Rio Brumado, localiza-se a sede municipal. A duas léguas da cidade está o Pico das Almas, com 1.836 metros, ponto mais elevado do Estado.

A origem de Rio de Contas, como outros lugares do interior do Brasil, está ligada, basicamente, à descoberta de ouro. Esse fenômeno acabou por possibilitar a fixação e o desenvolvimento do espaço urbano. Contudo, isso não aconteceu de forma aleatória, por feliz ou estranha coincidência. Desde meados do século XVI, mais precisamente por volta de 1548,

D. João III, através de documento enviado ao Governador Geral, apontava as metas políticas de ocupação portuguesa no Brasil, com o nítido interesse de desenvolvimento das regiões litorâneas. Apontava a possibilidade de avanço para o interior do território a fim de, entre outros fatores, descobrir jazidas de pedras preciosas e um arsenal de mineração a fim de suprir os cofres da realeza (LEAL, 1972).

Como se vê, desde os primórdios da colonização estavam traçados os planos de desbravamento e de ocupação dessas terras. Entretanto, foi a partir de dois séculos de sua chegada ao Brasil, que esse processo se efetivou e possibilitou a criação de várias vilas, povoadas pela região das Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia. Os bandeirantes encontraram ouro nessas regiões e, como consequência, buscaram articular esses espaços diretamente com Salvador, adentrando o sertão nos últimos anos do século XVII.

Seguindo o trajeto dos rios e caminhos trilhados por indígenas, encontraram ouro na região da Chapada Diamantina, o que tornou possível a fundação de um povoado, por volta de 1687, por paulistas e mineiros. Era o Arraial de Crioulos, local de ponto de escala entre Bahia e Goiás. Entre 1715 e 1718, foi criado um povoado por nome de Mato Grosso, futuro distrito sede de Rio de Contas, lugar onde se instalaram portugueses da região de Mafra e que, dali, extraíram-se grandes quantidades de ouro.

Através de documento catalogado pelo Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, foi possível detectar a autorização, pela Carta Régia de 27 de novembro de 1723, para que o povoado fosse elevado à condição de vila, recebendo, em 1724, o nome de Villa de Nossa Senhora do Livramento, e o de Minas do Rio das Contas, pela Provisão Régia de 09 de fevereiro de 1725. Contudo, a escolha do local para sediar a então vila não foi a mais acertada, pois Vila Velha, Livramento do Brumado, estava sempre acometida de grandes enchentes e que causava doenças como febre, na época chamadas de “mau caráter”. Assim, pela Provisão Régia de 02 de outubro de 1745, foi autorizada a mudança da Vila para o Povoado dos Crioulos, no Planalto, onde se encontra Rio de Contas. Com a transferência da sede da Vila, iniciou-se uma série de construções importantes, que teve como marco a construção da Cadeia Pública, da Câmara Municipal, da Casa de Fundição e a instalação do Pelourinho. Só em 1840 o nome foi simplificado para Minas do Rio de Contas e, pela Resolução Provincial número 2.544, de 28 de agosto de 1885, foi elevada à categoria de cidade. Em 1931, por força do Decreto Estadual número 7.479, de 08 de julho, passou a designar-se Rio de Contas (LEAL, 1972).

O tombamento de Rio de Contas, ainda de forma isolada, foi iniciado em 1958, com algumas casas da cidade, a igreja matriz do Santíssimo Sacramento e a Igreja Sant’ana, pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Finalmente, em 1980, o conjunto arquitetônico da cidade foi considerado Patrimônio Nacional. Pelo decreto Lei 16/97 ficou fixada a data de Emancipação do Município de Rio de Contas em 27 de novembro de 1723.

Pelas pesquisas realizadas para o tombamento da cidade, é possível observar que com o processo de decadência da mineração, aos poucos, essa economia foi sendo substituída pela agricultura baseada no café, cana-de-açúcar, cereais e tubérculos e pelo trabalho artesanal. No final do século XVIII, foi introduzida em Rio de Contas a cadeira régia de gramática latina, estudos de química, criação de gabinete mineralógico e aulas de português, francês e filosofia. Essas aulas eram ministradas pelas famílias abastadas do lugar. Pereira (1957, p. 104), fazendo um balanço da situação de Rio de Contas, observava que a mesma, modelo de um grande ciclo econômico no passado, corroborou com o processo de acumulação capitalista nos países desenvolvidos que “influiu na vida da cidade, a ponto de lhe proporcionar uma organização social cujos aspectos não passaram despercebidos à maioria dos viajantes que por lá estiveram a esse tempo”. Segundo o autor, Von Spix e Martius⁷ anotam a população riocontense em aspectos de educação e opulência, distinguido-a de outros habitantes do interior da Bahia. Porém, à medida que as jazidas de ouro foram se escasseando, a partir do fim do século XVIII, Rio de Contas iniciou uma nova configuração no seu processo de produção, que fez emergir novos ramos na economia que, entre outros, destaca-se o do artesanato.

Por ocasião do início das pesquisas do Projeto Columbia, em 1950, Rio de Contas vivenciava a transitoriedade em sua economia, passando por um novo período de readaptação, utilizando a produção domiciliar como um ponto forte para pensar a possibilidade de inserção no mercado. Segundo Pereira (1957, p. 106), “de fato, a indústria doméstica é tão disseminada a ponto de podermos considerar cada casa uma oficina. A habilidade manual dos indivíduos chega a parecer uma tendência hereditária”. Nesse aspecto, o artesanato despontava como um dos ramos que comandariam a maior parte da economia.

Nesse período, podia-se constatar uma enorme quantidade de tendas de artífices. O autor demonstra que os primeiros artífices vieram logo após o estabelecimento do núcleo populacional e, aos poucos, foi se formando um contingente de profissionais como ferreiros, latoeiros, sapateiros, seleiros e ourives apontavam como atividades mais comuns em Rio de Contas. Menciona, também, a existência de costureiras, bordadeiras, confeccionadoras de pequenas artes domésticas, fogueteiros e uns poucos oleiros que se dedicavam à produção de tijolos, telhas e louças de barro. As obras produzidas pelos artesãos eram bastante difundidas

⁷ Segundo Harris, os naturalistas alemães Johann Von Spix e Karl Von Martius visitaram Rio de Contas em 1820 e fizeram um estudo que terminou na publicação do livro *Através da Bahia* (HARRIS, 1956).

pela técnica e qualidade dos produtos apesar de enfrentarem algumas dificuldades na produção, como escassez de matéria-prima e equipamento precário. No entanto, em meio às dificuldades enfrentadas, os artesãos trabalhavam com afinco e muita habilidade, difundindo a economia local e trazendo certo equilíbrio econômico. Segundo Pereira(1957), no cômputo dos artistas na cidade, foram registrados 16 latoeiros, 13 ferreiros e 4 ferreiros-latoeiros; 2 artífices sem especialização profissional; 4 marceneiros; 3 sapateiros, 2 sapateiros-arreieiros e 1 arreieiro; 1 ourives e 1 artesão de obras gerais em ouro e prata; 1 oleiro; e 1 fogueteiro. Um total de 49 mestres, por assim dizer. Pereira (1957) constata 50 oficinas e um número médio de 5 indivíduos (entre oficiais e aprendizes) em cada uma, e que em média, deduz-se, haveria 250 artífices em Rio de Contas, equivalendo a quase 20% da população (que girava em torno de 1.500 habitantes). O autor não considerou alguns ofícios caseiros e as várias artes femininas que poderiam elevar esse índice para 40% da população. O autor, em colaboração com dois bons conhecedores da cidade e sua gente, para completar sua descrição do artesanato em Rio de Contas, fez uma relação dos artífices locais, tomando por base as ruas, praças e outros logradouros da cidade, para catalogar os artífices e a espécie de arte que praticam, os nomes dos mestres ou os donos de oficinas⁸.

No ramo agrícola pode-se detectar uma efervescência na produção do campo, com plantações de café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e cereais de uma maneira geral. A presença marcante da produção agrícola trouxe as mais variadas formas de enfrentamento a decadência da mineração na região. Assim, podemos inferir que o Projeto Columbia, ao nomear Rio de Contas como pólo de tradição para os estudos de comunidade, trouxe à tona a possibilidade de resgatar sua imensurável riqueza criativa artesanal, trazendo para a localidade, alternativas de sobrevivência e inserção econômica.

Nesse sentido, Harris, como um dos integrantes da equipe do Projeto Columbia, encontrou em Rio de Contas um campo fértil de atividades econômicas e diversidade cultural que impulsionou os anos 1950 e fez do trabalho a mola propulsora de desenvolvimento. Assim,

Rio de Contas, enfim, é um núcleo de trabalho intenso e fértil, com um passado que bem lhe credencia a um futuro estável e nos dá a esperança da valorização econômica dessas atividades artesanais, fazendo renascer, em toda sua pujança, nessa aprazível cidade sertaneja, aquele culto da obra,

⁸ Essa pesquisa foi realizada na década de 1950, demonstrando que outros pesquisadores estavam estudando Rio de Contas. Isso só veio reforçar as pesquisas de Harris sobre o trabalho artesanal em Rio de Contas. Mostraremos na sequência, através de tabelas feitas por Harris, com mais detalhes sobre essa temática, no período.

aquele amor ao ofício que os artífices vêm perdendo dia a dia, mas que lá, de certo modo ainda existe, embora incompensado. (PEREIRA, 1957, p.122).

Entretanto, devem-se resguardar as devidas proporções pelo fato de esta cidade está submetida às contradições impostas pela nova configuração do capital, e por pertencer a um passado longo de exploração e conseqüente acumulação.

4.1.1 O Projeto Columbia e os estudos de comunidade

Anteriormente ao Projeto Columbia, é pertinente destacar que a parceria do Brasil com a Universidade de Columbia data da década de 1930, período em que o Brasil estava propenso à realização de uma série de pesquisas em antropologia, a partir de iniciativas de antropólogos brasileiros em conjunto com pesquisadores estadunidenses. Segundo Rosa (1993), antropólogos do Museu Nacional-RJ, mais precisamente na figura da antropóloga Heloísa Alberto Torres, filha do senador Torres, entrou em contato com Franz Boas, escrevendo-lhe uma carta, colocando-lhe a par da escassez de pesquisadores no Brasil, mostrando-lhe a importância de enviar norte-americanos, a fim de estabelecer uma parceria científica para futuros estudos antropológicos. O Brasil recebeu uma leva de pesquisadores que se incumbiram de fazer pesquisas no campo da cultura indígena, buscando mapear o tronco Tupy, com financiamento do Museu Nacional e do Columbia University Council of Social Sciences – Fundação Rockefeller. O desenvolvimento dos estudos de comunidade se aprofundou com a chegada de Alfredo Metraux e Charles Wagley, os quais impetraram uma série de pesquisas sobre a vida de tribos indígenas e sobre a temática da aculturação. A chegada de Wagley significou um marco nos estudos de comunidade para entender a realidade brasileira. Assim, “com Wagley e os outros chegavam os estudos de comunidade e a questão da aculturação. Esta, aliás, atravessaria décadas de discussão sobre a relação entre a Sociedade Nacional e as Sociedades Indígenas” (ROSA, 1993, p.70).

Os referidos estudos foram realizados em algumas regiões do Brasil, com destaque para os estudos da Amazônia, que resultaram em duas edições do livro de Wagley: *Amazon Town: a study of man in the tropics* – (1953 e 1964, respectivamente), onde traça um perfil socioeconômico e sugere políticas públicas para o desenvolvimento do Estado da Amazônia.

Amazon Town não é o primeiro estudo de comunidade feito no Brasil. Antes disso, em 1947, Emilio Willems publicaria *Cunha*, no ano seguinte Lucilia Hermann publicaria *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. Em 1951 seria a vez de Donald Pierson, que

animaria intelectualmente os estudos de Sociologia na escola de Sociologia e Política de São Paulo, publicar *Cruz das Almas: a Brazilian Village*. Em 1952, aparece outro estudo de Emilio Willems, em parceria com Gioconda Mussolini, *Buzios Island, a Caiçara Community in Southern Brazil*. (ROSA, 1993, p.121).

Os estudos de comunidade foram intensamente aplicados no Brasil com o intuito de legitimar um tipo de ciência aplicada, observando os contrastes regionais, seus limites e capacidade de superação para absolver uma perspectiva modernizadora. Com a vinculação científica com os Estados Unidos, a partir da Columbia University, intensifica-se uma onda de estudos e pesquisas no Brasil, principalmente nos anos 1950, quando outros teóricos brasileiros se empenharão em formar equipes para estudos e pesquisas no Brasil.

Rosa (1993), em seu livro sobre a trajetória intelectual de Charles Wagley, demonstra a importância de se colocar em relevo o papel fundamental que tiveram os estudos de comunidade, devido a sua capacidade epistemológica, política e civilizatória. Traz alguns autores para identificar questões sobre os estudos de comunidade. Ao trabalhar com Melatti, revela que o autor encontra, nos estudos de comunidade, uma marca teórica de época que, metodologicamente, interliga as sociedades tribais às complexas. Esses estudos seriam uma boa oportunidade de trazer à tona a realidade cultural socioeconômica do Brasil em diversas regiões.

O autor considera o artigo de Maria Laís Mousinho Guidi, *Elementos de Análise dos Estudos de Comunidade* – publicado entre 1948 e 1960, como outro texto interessante, pois “se trata de um inventário da produção teórica brasileira sob a inspiração metodológica dos estudos de comunidade, onde lista autores, agências de financiamento das pesquisas, projetos e críticas” (ROSA, 1993, p.112). Os estudos de comunidade, para Guidi, seriam a tematização sobre o registro de acumulação de conhecimento, tendo como consequência a expansão do “progresso” para a nação (GUIDI *apud* ROSA, 1993).

Segundo Rosa (1993), apesar das críticas sofridas que os estudos de comunidade, como foi o caso específico de Otavio Ianni e Caio Prado, vários autores defenderam e apostaram nessa proposta. Destaque para Oracy Nogueira, “um verdadeiro entusiasta daqueles estudos” (p.113) que considerou os estudos de comunidade um verdadeiro movimento intelectual na história do país. Assim como Guidi, considerava uma oportunidade de levantamentos de dados para o conhecimento da realidade brasileira. Entretanto, posições se divergem quanto aos estudos de comunidade. Na fase de intermediação, encontra-se a concepção de Florestan Fernandes, que ao mesmo tempo em que abre uma defesa, traz também uma polêmica. Considera que deva ter uma mediação na aplicação desse método.

Para Rosa (1993), as posições divergentes tentavam negligenciar a pesquisa empírica, em detrimento de um investimento maior no processo de produção, como era o caso de Guerreiro Ramos, para quem os estudos de comunidade eram representados como algo ilegítimo. Em Caio Prado Junior encontra-se a crítica mais feroz, pela sua indagação sobre o caráter reformista dos estudos de comunidade e não para uma perspectiva mais radical para a mudança socioeconômica da sociedade brasileira.

Segundo Consorte (1996), uma das maiores referências para fazer um mapeamento dos estudos de comunidade é a pesquisa de Guidi, em que detecta em seu relatório mais de vinte e quatro estudos de comunidade, realizados no Brasil. Para Consorte, tantos foram os estudos de comunidade, maiores foram suas avaliações. Demonstra que foram dois balanços importantes em que se avaliaram os estudos de comunidade, a saber: o primeiro pode-se dividir em dois momentos: 1) Nos anos 1950, quando os estudos de comunidade estavam em processo, através de um relatório do professor antropólogo Oracy Nogueira em uma primeira reunião brasileira de antropologia, em 1953, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, quando e destacou a importante contribuição desses estudos para o Brasil; 2) A avaliação do professor Luiz Aguiar Costa Pinto, que faz uma avaliação crítica dos estudos de comunidade. No segundo balanço, realizado em 1961, com a V Reunião Brasileira de Antropologia, em Belo Horizonte, Otávio Ianni faz uma crítica aos estudos de comunidade, enfatizando seus limites e superações. Consorte destaca seu valor quando assevera que

A importância dos estudos de comunidade pode ser medida pelo número de reflexões que suscitaram, pela quantidade de trabalhos que sobre eles foram apresentados, ao longo de toda a década de 1950 - praticamente todo congresso, todo encontro realizado naquele período pelas Ciências Sociais foi marcado por alguma contribuição a respeito do assunto. (Consorte; 1996, p. 52).

Podemos identificar que gama de intelectuais que viram nos estudos de comunidade um importante momento para conhecer o Brasil e sua realidade e representou um sério empreendimento com largo financiamento. Nesse contexto é pertinente destacar o Trabalho de Wagley (1955), que faz um balanço dos estudos de comunidade feitos no Brasil, relatando os principais estudos e expoentes responsáveis bem como o número de publicações.

A partir dos anos 1950, destacaram-se dois extensos programas de pesquisas que abarcaram vários estudos de comunidade, a saber: O Programa do Vale do São Francisco,

dirigido por Donald Pierson e o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia – Columbia University, dirigido por Thales de Azevedo e pelo próprio Wagley.

Dentre esses estudos realizados no Brasil, nos anos 1950, destacamos o Projeto Columbia, promovido pela Universidade de Columbia dos Estados Unidos em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. Segundo Rosa (1993), entre 1949 – 1950, Thales de Azevedo fez um mapeamento para estudar vários aspectos de uma comunidade baiana e levantou uma rica e extensa bibliografia geográfica, histórica e sociológica para o projeto. Nesse período, Alfredo Metraux propôs adicionar uma pesquisa sobre relações raciais ao Projeto Columbia. Nesse aspecto, à pesquisa realizada por Harris, em Rio de Contas, seriam incluídos estudos sobre raças, com um capítulo do seu livro dedicado a discutir essa temática.

Segundo Castro (2001), Harris pesquisa para o Projeto Columbia, abordando o método do materialismo cultural⁹, quando aborda, de forma comparativa, as diversas culturas e subculturas da região, tendo como categoria chave “o desenvolvimento”. Na valorização à subjetividade, descreve todo o tecido social e econômico que envolve a trama e o cotidiano dos sujeitos, do local e sua relação com outros espaços, tanto no sentido da articulação como no sentido das rivalidades, tanto do ponto de vista dos valores individuais, como no sentimento de pertencimento ao grupo e superioridade aos demais em seu entorno. Para Castro, o tipo de abordagem desse estudo, apesar de fazer uma rica trajetória do contexto histórico da região, não propõe uma questão central a ser analisada, e sim conhecer a totalidade numa perspectiva mais genérica. Pressupõe que, a partir dos referenciais teóricos em que o autor se inspira, a divisão social do trabalho e todo o contexto que envolve a trama social da época apontam na perspectiva do funcionamento, a princípio harmônico, desse organismo, ou seja, uma divisão sistemática da sociedade e do trabalho em que cada aspecto desempenharia e se traduziria em uma melhor compreensão da sociedade e, portanto, uma forma de melhorá-la como um todo.

Os aspectos positivos dos estudos de comunidade, no Brasil, segundo Wagley (1955), estão relacionados à sua característica homogênea, ponto de vista, da língua, religião e outros

⁹ O materialismo cultural é um enfoque de investigação em antropologia e sociologia que postula que as condições materiais costumam ser o principal fator promotor das mudanças sociológicas e culturais observadas, bem como um forte determinante dos padrões culturais e organização de uma determinada cultura e sociedade. O materialismo cultural analisa a evolução e configuração das sociedades a partir de suas condições materiais. Para isso, estabelece-se uma divisão tripartida entre classes de conceitos que atende a sua relação causal. Essas classes chamam-se infraestrutura, estrutura e superestrutura. O criador dessa escola foi Harris, para quem os comportamentos da humanidade podiam ser interpretados com base em razões práticas, e sua proposta compartilha com alguns pontos do materialismo histórico. Fonte: Encyclopædia Encycdia Beta.

costumes locais. Assim, Harris não enfrentaria tantas dificuldades em realizar seus estudos. Para isso, seria necessário que a cultura de cada comunidade fosse encarada como reflexo do meio físico, do processo histórico, do ajustamento ecológico e dos padrões culturais básicos da região em que está localizada e uma das variáveis a ser observadas seria o regionalismo, tendo em vista os aspectos culturais interagidos com a economia e política local.

Assim, Wagley propõe uma sistematização para o estudo de comunidade com o seguinte enfoque:

TABELA 01 – Sistematização para Estudos de Comunidade

REGIONALISMO E SUBCULTURAS	
Regiões culturais brasileiras	Subculturas brasileiras
1. Vale do Amazonas	1. Cabocla
2. Sertão Nordestino	2. Da fazenda
3. Costa Nordeste	3. Da cidade
4. Região M. Central	4. Classe baixa metropolitana
5. Sul	5. Classe alta metropolitana
6. Oeste	

Fonte: Wagley (1955)

Para Wagley (1955), seria interessante fazer a divisão regional em subculturas para uma melhor esquematização do trabalho de campo e melhor compreensão da realidade brasileira. Por isso, delimita seis regiões como indicado na tabela e mostra, em cada uma delas, as limitações gerais de acesso e a importância de sistematização do método. Afirma que seria necessária uma divisão mais completa para o aprofundamento dos estudos de comunidade e sugere um trabalho mais específico de um geógrafo.

Em relação as subculturas, Wagley enfatiza que essa subdivisão é bastante apropriada para os estudos de comunidade no Brasil, uma vez que o país é composto de grupos populacionais com profundas influências regionais, que compartilham traços em comum. “Subcultura seria empregado para designar a variedade de cultura brasileira representada pelos subgrupos nacionais ou segmentos da população brasileira” (WAGLEY, 1955, p. 193). Nesse caso, eleger as subculturas para os estudos de comunidade traria uma metodologia mais eficaz para as pesquisas e seus resultados. Entretanto, o autor propõe que se deve levar em consideração que, geralmente, as comunidades estão imbuídas de várias subculturas locais e devem ser estudadas visando sua totalidade e seus aspectos diversos, buscando não absolutizar os estudos apenas em um aspecto predominante. Aponta como modelo o quadro

de referência, mas deixa claro que deve ser melhorado e enriquecido para melhor compreensão do cenário nacional.

A proposta de Wagley, com ressalvas e aperfeiçoamento, foi bem apreendida para os estudos de comunidade, haja vista que o autor exemplifica com estudos realizados aqui no Brasil por vários grupos de antropólogos. Podemos citar o Projeto Columbia, que realizou seus estudos de comunidade com vistas a entender as especificidades das regiões baianas – brasileiras a partir de suas manifestações subjetivas e interindividuais. Com destaque para os estudos de campo realizados por Harris em Rio de Contas, em que aborda várias temáticas dos subgrupos em sua vida social.

Algumas publicações são feitas como resultado do Projeto Columbia, com ênfase em 1956, quando Harris publica *Town and Country in Brazil*; 1957, William Hutchinson publica *Village and Plantation Life*; 1958, Wagley e Harris publicam juntos *Minorities Groups in the New World: six case studies*; e segundo Rosa (1993), outras publicações anteriores foram resultados do Projeto Columbia. Além de uma série de livros e artigos publicados, o mencionado programa teve alguns desdobramentos, entre os quais podemos citar, sua influência sobre uma geração de antropólogos e profissionais de outras áreas. Nos Estados Unidos, foi possível identificar, através da pesquisa de Rosa (1993), a organização, por parte de Wagley, de um Instituto de Estudos Latino-Americanos de Columbia, com seminários periódicos. Por volta de 1960, o instituto se estabelece com 32 bolsas de estudo de pós-graduação e, mais tarde, a intensificação de centros dirigidos de estudos em países asiáticos, o que provocou um aumento de bolsas de estudos antropológicos. O Brasil foi modelo dessa continuidade de pesquisas empíricas, haja vista o retorno de pesquisadores em 1962 para dar continuidade ao Projeto Columbia. Nesse sentido, Rosa enfatiza “a criação de uma associação entre as universidades de Columbia, Harvard, Cornell, Illinois para um programa de treinamento de campo tendo como objeto a América Latina” (1993, p.148).

Uma das avaliações mais importantes sobre o Projeto Columbia pode ser encontrada no artigo de Wagley, *Serendipity in Bahia* – 1970, onde o mesmo apresenta os seus desdobramentos que apontam no sentido da ampliação de grupos de pesquisadores nas décadas de 1960 e 1970, em que muitas dessas pesquisas se inspiraram no referido projeto. O Projeto Columbia possibilitou a elaboração de políticas públicas para serem implementadas no Brasil a fim de realizar uma integração do país em nível nacional e internacional.

5 A MEMÓRIA DO TRABALHO SEGUNDO MARVIN HARRIS

5.1 Sobre o autor e sua obra

O antropólogo norte-americano Harris nasceu em Nova York em agosto de 1927. Formou-se em Bacharel em Artes no Colégio de Columbia. Foi aluno dos antropólogos Julian Steward, criador da teoria da evolução cultural, e Alfredo Kroeber, que estudou a influência do orgânico na cultura. Nesse período, recebeu lições dos alunos de Skinner (psicólogo), que seriam determinantes em sua metodologia do materialismo cultural. Convém ressaltar que Harris recebe mais diretamente as influências de Leslie White e de Julian Steward, que foram autores que assumiram uma concepção neo-evolucionista materialista inspirada no marxismo, e que desenvolveram abordagens materialistas da cultura, propondo teorias da evolução social marcadas por determinismos de caráter tecnológico e ecológico. Nesse sentido, foram responsáveis pela instalação de redutos imunes à herança boasiana dentro dos departamentos de antropologia da Universidade de Columbia (FIGUEIREDO, 2009).

Pelo projeto Columbia, esteve no Brasil, no município de Rio de Contas, entre 1950 e 1951, retornando em 1992.

Em 1953, obteve o título de Doutor pela Universidade de Columbia com um trabalho de investigação de campo acerca da comunidade de Rio de Contas. Entre 1953 a 1959, foi professor assistente do departamento de antropologia da Universidade de Columbia e, posteriormente, professor associado do mesmo departamento no período de 1959 a 1963. Tornou-se secretário executivo do programa de estudos de verão de Columbia-Cornell-Harvard-Illinois, período de 1965 e 1966. Permaneceu na Universidade de Columbia até o ano de 1980, quando se transferiu para a Universidade de Flórida (Gainesville) como pesquisador e professor emérito.

Segundo Macagno (1999), o jovem pesquisador Harris empreendeu seus trabalhos de campo no Brasil e Moçambique, contudo, é mais conhecido na comunidade antropológica mundial pelos seus livros sobre teoria e história da antropologia do que pelos estudos sobre relações raciais realizado nesses dois países.

Sua trajetória no Brasil esteve marcada pela pesquisa de campo por meio dos estudos de comunidade e de raça realizados em Rio de Contas, entre 1950 a 1951. Após a publicação dos resultados da pesquisa em Rio de Contas, em 1956, viajou para Moçambique a fim de desenvolver estudos de campo acerca das origens raciais brasileiras a partir das relações entre

Portugal e África, apresentando as contradições impostas pelo processo de colonização de Portugal naquele país bem como a letargia dos africanos que ali viviam e eram submetidos a toda lógica de opressão e tolhimento de liberdade. Os resultados desse trabalho o levaram a estabelecer algumas interlocuções com Gilberto Freire, sobretudo no que diz respeito às relações humanizadoras entre senhores e escravos, durante o passado colonial¹⁰.

O período que marca a trajetória de Harris com seus estudos e pesquisas está associado ao processo de descolonização e à agenda antirracista empreendida pela UNESCO, no qual envolveu uma série de cientistas e países, tendo o Brasil como palco de investigação sociológica, no sentido de trazer contribuições sobre o estágio das relações raciais naquele momento. Segundo Macagno (1999), na mentalidade dos estudiosos, havia uma possibilidade de o país oferecer um modelo não conflitivo de relações raciais ao mundo, mas também poderia demonstrar os alcances, os limites e as contradições da chamada democracia racial. Nesse contexto, Harris se soma aos mais renomados pesquisadores e polêmicos estudiosos do Brasil, nesse período, com seus estudos sobre Rio de Contas.

Vale ressaltar que Harris, no período de sua ascensão acadêmica em Nova York, vivenciou o momento histórico do pós II Guerra Mundial, período de expansão das Ciências Sociais, em que, especificamente, a antropologia tornou-se visível no contexto social em que os Estados Unidos queriam potencializar sua influência na América Latina, no Leste Europeu e países asiáticos.

De acordo com Figueiredo (2009), foi esse contexto que possibilitou um momento favorável para a inserção de vários antropólogos nas pesquisas e a intensificação de estudos de comunidades nos referidos lugares. Segundo a autora, a virada dos anos 1950 se dá sob o impacto da Guerra Fria e dos processos de descolonização. No cenário intelectual dos Estados Unidos, a nova década testemunha a emergência de um interesse antropológico por problemas de modernização e mudança social. Isso faz com que surja a multiplicação de projetos de pesquisa que escapam à linha boasiana, isto é, a concepção do relativismo cultural de Franz Boas, para ceder lugar a concepções voltadas para o materialismo cultural. Acrescenta ainda essa autora que Wagley, apesar de ser contestado, refere-se a esse período como um momento de atuação de milhares de antropólogos como pesquisadores em Washington e em diversas partes do mundo, agindo segundo o espírito da “política da boa vizinhança” de duas

¹⁰ Segundo Macagno, Harris fez parte com outros cientistas para uma série de críticas proferidas contra o argumento lusotropicalista de Gilberto Freyre. Harris escreveu um artigo intitulado: Trabalho e Educação em Moçambique- Revista Educação e Ciências Sociais. O artigo contém uma descrição de varias características alarmantes da política colonial portuguesa na África. Fonte: (MACAGNO (1999) e Revista Educação e Ciências Sociais.

organizações, uma do Comitê Interdepartamental de Cooperação Científica e Cultural, do Departamento de Estado, e outra do Escritório do Coordenador de Assuntos Interamericanos.

Essas duas são as instituições que financiavam na América Latina projetos sociais, técnicos e científicos tanto em área de interesse estratégico imediato como programas sanitários, desenvolvimento da produção da borracha e da aviação civil e investigações sobre minérios estratégicos, tanto em áreas que deveriam atender a interesses de longo prazo como em observações magnéticas e sismológicas, operação de estação de rádio, sonda e programas de estação agrícola. As agências também concediam patrocínio a atividades no âmbito das ciências básicas e da cultura como investigações antropológicas, estudos sobre sistemas educacionais, instalação de bibliotecas, treinamento de especialistas e concessão de bolsas de estudo (FIGUEIREDO, 2009, p.28).

A idéia era discutir e pesquisar a partir do viés neoevolucionista, buscando ampliar os horizontes de estudos com maior ênfase no campo econômico em detrimento ao culturalismo. Nessa perspectiva, foram inúmeros os projetos aprovados para desenvolver atividades de ensino e pesquisa, sobretudo na América Latina. Os anos 1950 constituíram um marco na história da antropologia. Segundo Figueiredo (2009), esse momento testemunha a emergência de um interesse antropológico por problemas que vislumbrasse uma busca de mudança e entrelaçamento ideológico e econômico entre as nações, assim como a multiplicação de projetos de pesquisa que escapasse à linha boasiana.

Entretanto, vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que o contexto histórico possibilitou sua expansão, a antropologia enfrentou as contradições e os limites impostos pelo Estado, ou seja, sua atuação se dava num cenário de controle e intervenção política direta. Nesse sentido, demonstra a intervenção do FBI junto aos trabalhos antropológicos das universidades, monitorando as intervenções diretas ou informantes ligados à academia (FIGUEIREDO *apud* PRICE 2009).

É nesse cenário de disputas, do ponto de vista teórico, metodológico e político-econômico, que surge o Projeto Columbia, ao qual Harris se integraria e no qual encontraria um terreno fértil de possibilidades para a pesquisa a ser desenvolvida no Brasil. Como aponta Figueiredo (2009), os conceitos de modernidade e tradição utilizados na época eram centrais para os referenciais teóricos que estavam sendo construídos. A proposta do Projeto Columbia está circunscrita segundo as exigências desse contexto, uma vez que as relações entre a academia e a política externa do Estado aportavam seu financiamento para projetos no exterior com a justificativa de contribuir para a expansão das relações culturais e do

intercâmbio científico entre as nações, enfatizando o engajamento político- econômico- ideológico aos processos desenvolvimentistas em vigência.

Além disso, para os pesquisadores estadunidenses, esse momento surgiu como uma grande oportunidade para trabalhar para o governo e ascender do ponto de vista profissional e social. O Estado realizou investimentos de financiamentos e inúmeros projetos de pesquisa, proporcionando a internacionalização da antropologia.

Cabe salientar que Harris esteve envolvido não apenas em uma simples demanda acadêmica de construção de tese de doutorado para conclusão de Curso, mas efetivamente participou de toda uma construção teórica e engajamento político, no sentido de dar respostas ao momento histórico dos anos 1950, no qual tinha como principal protagonista os Estados Unidos em disputa com a URSS (União Soviética), buscando expandir sua influência imperialista no mundo e consolidar os mercados numa demanda capitalista e ideológica.

No início da década de 1950, Harris chega ao Brasil juntamente com antropólogos, doutores e estudantes, sob a coordenação de Wagley, que compõem a equipe que vai executar o projeto Columbia, sendo designado para realizar a sua pesquisa na Chapada Diamantina, em Rio de Contas, entre julho de 1950 até junho de 1951. Os resultados da pesquisa em Rio de Contas são transformados no livro *Town & Country in Brazil: a socio-anthropological study of a small Brazilian town* (HARRIS, 1956), cujo conteúdo é subdividido em sete capítulos, além dos agradecimentos, introdução e conclusões.

No item *agradecimentos*, o autor faz referências a Wagley, diretor do Projeto, pela orientação dada em todas as etapas do trabalho de campo e por seus conselhos na fase da confecção do texto do estudo; dispensa agradecimentos especiais ao Dr. Anísio Teixeira e a Thales de Azevedo, como também aos estudantes Josildeth Consorte, Maria Guerra e Nilo Garcia. Faz alusão ao Dr. Eduardo Galvão, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e ao povo de Rio de Contas. Agradece os diretores e todo o pessoal da Fundação para o Desenvolvimento da Ciencia na Bahia, cuja bondades individuais eram numerosas.

Na introdução do livro, o autor faz rápidos comentários sobre o Brasil em relação à densidade populacional, explicando que a maioria dos habitantes vive na zona rural; faz alusão aos termos *urbano* e *rural* utilizados na pesquisa para explicar a dificuldade em definir o que significam no contexto cultural brasileiro, por conta do alto grau de ruralismo. No capítulo I, um panorama geral a respeito da localização, ambiente e a historia de Rio de Contas, buscando integrá-la no contexto em que a sociedade brasileira estava inserida. No capítulo II, descreve a economia local, apontando o estágio de desenvolvimento socioeconômico de Rio de Contas nos anos 1950 e enfatizando a produção de mercadorias, a

especialização das ocupações e a distribuição dos produtos industriais. No capítulo III, empreende um estudo intensivo a respeito de classe e raça, mostrando que Rio de Contas é composta por uma população de brancos, negros e os resultados de sua mistura; enfatiza que as representações referidas aos negros estão relacionadas à classe social e ao passado colonial, ao qual foram submetidos, ficando a herança de segregação racial.

No capítulo IV, o autor descreve o modelo de família tradicional presente na localidade, destacando o indivíduo e a subjetividade das relações domésticas e de trabalho no dia-a-dia dos moradores. No capítulo V, cujo tema é o governo e a política, esboça as relações conflituosas entre as classes, pautadas na herança e na hierarquia entre os grupos sociais. No capítulo VI, discute a religiosidade local, abordando os rituais espirituais prementes na vida das pessoas, enfatizando a predominância da religião católica. Por último, o capítulo VII é dedicado às discussões a respeito do folclore.

Cabe salientar que fizemos uma análise do livro de Harris tendo como foco central as categorias *memória* e *trabalho*. Para tanto, observamos em cada capítulo as narrativas descritas pelo autor a respeito dos sujeitos históricos e aplicamos essas categorias segundo o materialismo histórico. Assim, nomeamos os subitens que seguem de acordo com a nossa interpretação a respeito do conjunto da obra e respectivamente a cada capítulo.

5.2 Rio de Contas: primeiras impressões do antropólogo estadunidense

Quando chegou a Rio de Contas, em 1950, Harris vislumbra com sua peculiaridade topográfica as marcas deixadas pelo passado histórico de mineração e a criatividade artística. A pequena sede do município está situada na região montanhosa da Bahia Central, com altitude em torno de mil metros acima do nível do mar, cercada de serras e encostas rochosas por todos os lados, isolada geograficamente, demonstrando o difícil acesso de trânsito de pessoas e transportes. O município é pouco conhecido por pessoas não residentes, principalmente oriundas de Salvador. A ferrovia mais próxima chega apenas até Brumado, o viajante tem que perfazer o resto do caminho, por caminhão ou a cavalo. Em sua análise descritiva, aponta as dificuldades enfrentadas pelas pessoas no percurso que as levam à cidade bem como para transportar as mercadorias, a exemplo de querosene, implementos agrícolas, tecidos e farinha de trigo. A cidade, pela sua performance acidentada, perdurou muitos anos com transporte feito por mulas e cavalos. Essa realidade foi sendo transformada lentamente. A vegetação é predominante do tipo caatinga, muito própria das regiões secas do Nordeste do Brasil. O autor detecta a presença de minérios de ferro e vestígios de platina, bauxita,

estanho; os blocos de cristal são abundantes e as minas de ouro desapareceram há dois séculos.

Basicamente, o que Harris faz nesse primeiro momento de seus estudos é demonstrar o caráter ruralista de Rio de Contas, apontando características do modo de vida de homens e mulheres do campo.

Ao longo da estrada bandos de crianças nuas, de olhos espantados, espiam das portas de seus casebres de teto de palha. Rebanhos de bodes correm desordenadamente a frente do caminhão. Cavalos e mulas, assustados pelo ruído do motor, se empinam, escapam do controle e se metem furiosamente no mato. De vez em quando, aparece uma mulher descalça, de vestidos rasgados, cavando os leitos dos rios secos em busca de água (HARRIS, 1956, p. 9 e 10).

A predominância do modo de vida rural e tradicional do município é constatada por ele por meio da comparação com o município de Vila Nova (Livramento de Brumado), apresentando neste lugar indícios de certo desenvolvimento que comporia alguns fatores de seu crescimento local como a construção de prédios, hospital, escola secundária, bares servindo coca-cola e guaraná gelados e pousadas lotadas.

Essa comparação inicial que Harris faz entre os dois municípios constitui um estudo preliminar a partir de observações e demonstrações de rivalidades entre os moradores da região. A disputa do poder político na região apresenta a velha rivalidade e querelas entre as áreas de influência em torno de Rio de Contas (Vila Velha) e Livramento do Brumado (Vila Nova), que teve uma luta histórica para se tornar sede de um novo município.

Na verdade, as suas preocupações naquele momento eram com o exercício do método de estudos de comunidade, tendo em vista evidenciar os limites e superações entre uma região de caráter rural (tradicional, arcaica) e outra com indícios de urbanismo (traços modernos). Entretanto, essa região, em sua totalidade, apresenta aspecto muito peculiar que poderia a princípio detectar um marco de articulação com outros espaços geográficos.

Segundo Harris, a região estudada é uma faixa pertencente à cadeia de serras chamada Serra do Espinhaço. A sua característica principal foi a riqueza mineral que fez do Brasil, em tempos passados, o maior produtor de ouro e de diamantes. Por isso, podemos considerar Rio de Contas um lugar marcado por um prisma de colonização fortemente urbano. Nesse caso, o autor se contrapõe a Redfield (1949), o qual considerava que, para se detectar o possível grau de desenvolvimento de um lugar seria levada em conta a sua localização geográfica, utilizando o método de estudos de comunidade. Para Consorte (2010), Harris busca relativizar

o estudo de Robert, para melhor entender o estágio de estagnação e/ou desenvolvimento do lugar. Para Harris, não há um único fator predominante que possa medir o grau de desenvolvimento ou estagnação. Tem-se que pensar em várias perspectivas a fim de conhecer a realidade social dos lugares, sem, contudo, cair no relativismo e reduzir os resultados da pesquisa. Assim, assevera:

o estudo de Marvin Harris na Chapada Diamantina, em Rio de Contas, que resultou em seu doutorado, contradiz a tese de Redfield de que quanto mais longe do litoral mais rural, menos urbana é a comunidade. Rio de Contas fica a uns 600 km de Salvador e não podia ser mais urbana. A tese de Marvin Harris, “Town and country in Brazil”, que resultou dos estudos de comunidade realizados na Bahia, foi toda construída em torno desta polêmica (CONSORTE, 2010, p. 3).

A descoberta do ouro no século XVII, no Brasil, foi fundamental para determinar, em certa medida, o rápido crescimento de cidades auríferas e sua articulação com outros espaços, o que só veio confirmar a hipótese de Harris quando exemplifica o crescimento e, em especial de Vila Rica em Minas Gerais, ao dizer que essa cidade foi construída rapidamente, incorporando várias características avançadas, entre as quais, a grande produção artística de Aleijadinho com suas esculturas de madeira e de pedra, consideradas entre as melhores das Américas, mesmo tendo todo o ouro extraído das minas brasileiras contribuído em grande medida para a expansão do capitalismo industrial na Europa. “[...] mesmo um fenômeno aparentemente tão remoto como o crescimento do capitalismo industrial da Inglaterra esteve expressivamente ligado à expansão súbita da quantia de dinheiro correndo no mundo derivado da exploração do ouro brasileiro” (HARRIS, 1956, p. 13).

A esse respeito, Harris reafirma a situação econômica confortável que Portugal apresentava no século XVIII em seus acordos econômicos com a Inglaterra, ancorados nas torrentes de riqueza que lhes propiciava o Brasil. Temos, nesse contexto, a cidade de Rio de Contas como um cenário de propensão dessas riquezas que foram desaguadas na Europa e propiciaram a construção de palácios, monumentos, museus de Lisboa e investimentos nas fábricas. Pressupomos que essas riquezas foram construídas por meio da exploração dos trabalhadores escravos brasileiros que extraíam ouro em Rio de Contas, submetidos à dura jornada de trabalho e péssimas condições de vida para a realização do velho sonho português de encontrar pedras preciosas no Novo Mundo.

Harris reconhece o ciclo do ouro como aspecto principal para o desenvolvimento de Rio de Contas e aponta que a decadência do ouro não significou o seu fim, apesar de sua

natureza inóspita, sua localização geográfica, suas escarpas e serras que durante muito tempo supostamente funcionaram como uma espécie de obstáculo intransponível de mobilidade dos recursos materiais que eram disponibilizados para o mercado exterior. Nesse aspecto, toma Rio de Contas como seu objeto de estudo para entender toda a dinâmica de avanços e retrocessos no decorrer de suas transformações socioculturais e econômicas.

5.3 A economia e as relações de produção

As observações feitas pelo autor em relação à economia do lugar detectaram a presença do artesanato, da pecuária, do cultivo do café e outros produtos agrícolas, fábricas de fogos de artifício, de sandálias de couro, de produtos de ferro, latão, ouro e pequenos estabelecimentos comerciais. Harris aponta o caráter oscilante em relação às probabilidades de crescimento econômico do local, que teve um período de apogeu na época de mineração e períodos de adaptações em busca de novas formas de sobrevivência e inserção econômica da população.

Contudo, há que se acrescentar que Rio de Contas, depois da decadência do ouro em fins do século XVIII e início do XIX, foi submetida a novas formas de sobrevivência e a novas relações de trabalho após a abolição da escravatura. Harris aponta que

Minas Velhas nunca foi uma cidade tão importante como Vila Rica, mas no seu apogeu estava entre os mais importantes centros de mineração do estado. Depois que a exploração das minas do local parou de dar mais lucro, o povo de Minas Velhas passou a fabricar joalheria de ouro e de prata, peças de arreio em metal ou couro, selas, facas, e, mais recentemente, sapatos, botas e sandálias. Em certa época havia mais de vinte ourives na cidade. Hoje há mais de quarentas pequenas fábricas que produzem artigos de latão, níquel, estanho, ouro, prata, ferro e couro (HARRIS, 1956, p. 16).

Durante a época áurea do ouro, a economia de Rio de Contas esteve voltada para a exportação, para o mercado exterior. O que Harris nos aponta é que, a partir da decadência do ouro, estabeleceram-se novas relações de produção material, a economia se volta para o mercado interno, apresentando uma autonomia comercial e as relações de vínculos empregatícios de trabalho no campo e na cidade. Essa nova realidade é marcada pelo apoio da Igreja Católica como força controladora na região e pelo Estado, considerado força paralela da nova implementação das relações de produção, pois o autor demonstra que a estruturas burocráticas subsidiavam considerável parte remunerativa dos trabalhos na cidade. A esse respeito Harris acrescenta:

A razão por que não há cidades abandonadas nas serras da Bahia se deve em grande parte às características resistentes das burocracias civil e eclesiástica. Num certo sentido, a superestrutura burocrática era a verdadeira espinha dorsal dos antigos centros urbanos. Era um tipo de semente indestrutível capaz de dar frutos em solos inférteis e de aguentar longas secas, abatimentos e migrações. (HARRIS, 1956, p. 18).

Rio de Contas, assim como outras regiões mineradoras, recebeu nova configuração para a mudança de seu perfil econômico, pós período de mineração, com o aparato do Estado e da Igreja a fim de oxigenando suas economias. Contudo, essa mudança não se deu de forma abrupta ou linear, houve todo um processo de superação da decadência e adaptação à nova forma de economia.

Segundo Harris, não é possível comparar seu processo de decadência com o seu passado, mas, pelo desenvolvimento de outras cidades circunvizinhas e a escravidão nos tempos coloniais. É pertinente acrescentar que aspectos estruturais estão imbuídos no processo de decadência não só em Rio de Contas, mas há uma escala internacional que esteve marcada pela corrida armamentista e pelas disputas imperialistas das potências em busca de mercado consumidor e instalação de novas indústrias para a ampliação do capital em várias partes do mundo, ou seja, são vários fatores que concorrem para que uma economia passe pelo processo de declínio econômico. Harris relativiza o conceito de decadência. O processo de estagnação que Rio de Contas enfrentou após o período de mineração apenas se encontra entre um dos fatores que desencadearam seu estágio de letargia. O conceito de decadência é relativo e implica estabelecer relações com a dinâmica da economia mundial.

Na realidade, o conceito de decadência está mais voltado para um novo processo de relações de produção, do qual se exige uma forma de conceber a modernidade. As bases materiais do ouro possibilitaram que uma camada da sociedade, em Rio de Contas, pudesse usufruir de algumas benesses do mundo moderno, do ponto de vista tecnológico. A nova forma de produzir possibilitou a criação de um excedente, mas não significou a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas; o consumo ficou mais restrito às famílias abastadas do lugar. Além de uma concepção voltada à herança cultural que privilegia uma elite que se formou no interior da cidade. Harris aponta que os estudos de Von Spix e Von Martius, dois estudiosos alemães que visitaram a cidade por volta de 1820, já demonstravam o aspecto civilizado, sofisticado, daqueles que herdaram as benesses de acumulação de riqueza através da economia local. E, conseqüentemente, obscurecia-se, de certa forma, uma realidade social marcada pela pobreza e estagnação de muitos que lá viviam.

O autor defende que entre os moradores da cidade há uma espécie de pensamento único, explícito no discurso oficial, e na unidade em princípios morais e religiosos trazem uma idealização nas relações. O que se observa é que a origem dessa cidade foi montada através de relações contraditórias no âmbito social e econômico. Toda riqueza extraída e acumulada foi à custa de trabalhadores escravos que eram trazidos de lugares distantes. Não havia, portanto, homogeneidade nas relações em vários aspectos: no trato aos escravos e no uso de sua mão-de-obra, na maioria das vezes eram utilizados em várias atividades para fins de extração e comercialização do ouro, toda essa lógica marcada pela legitimação de uma burocracia estatal para a manutenção da corte. Um ideal urbano calcado em bases sólidas com aparatos artísticos para a construção de igrejas, centro de distribuição e administração com aspectos de cidade capital. Nesse aspecto, Harris demonstra que o urbanismo em Rio de Contas tem uma característica peculiar, com seus traços coloniais e raízes culturais nas relações que se perduram no tempo passado e presente. Isso está presente na marca da miscigenação, na música, na dança, no artesanato, nas construções, no teatro e nas mais variadas formas de manifestações que vigoram na região.

É explícita a ambigüidade nas relações entre cidade e campo, pois, na medida em que se estabelece as relações do movimento da circulação social e econômica, crava no interior dessas relações, competitividade de cunho subjetivo e objetivo. Na objetivação está impregnada a materialidade do “movimento” da cidade, enquanto lócus do saber e da integração espacial, definindo-se enquanto seu papel dominante. Na subjetividade impregnada no imaginário social, o ideal de superioridade do espaço urbano em relação ao rural, mais direcionado às pessoas do campo, como bem ressalta Harris, denominava o homem do campo como “tabaréu” para se referir de forma pejorativa e tom grotesco à pessoa campesina. Nesse contexto, Harris basicamente define que a maior questão da rivalidade cidade-campo não apenas nas barreiras físicas (entre o muro que cerca a cidade para impedir a entrada do gado), ou na subjetividade das relações pessoais, mas nas pretensões urbanísticas da malha urbana uniformizada com projeto definido na perspectiva política administrativa, incorporando enquanto lócus da produção em que o poder público pouco retribui ao homem rural políticas públicas para o campo.

No tocante às rivalidades entre as cidades, estas se davam em caráter de disputa política e territorial. Foi assim com o desmembramento entre Vila Nova (Livramento de Brumado) e nas relações interpessoais do cotidiano, quando as pessoas de cada lugar se referiam à sua região como superior em todos os aspectos característicos locais, ou seja, as

peças de Vila Nova achavam sua terra bem mais avançada e se referiam a Rio de Contas de forma pejorativa.

Harris descreve a uniformidade da construção das casas que traz uma herança cultural de Portugal, tendo predominância na cor azul, o que distancia ainda mais, do ponto de vista social, a contradição entre cidade e campo. O período colonial foi marcado por uma divisão arquitetural em que, enquanto as casas urbanas tinham toda uma tradição de cor, material especializado, plantas, desenhos coloniais, a zona rural tinha suas casas construídas da forma mais rudimentar possível, com pau a pique e taipa, demonstrando o que já foi mencionado acima: a falta de intervenção do poder público no campo. Mas, Harris tem o cuidado de acrescentar que, na cidade, a arquitetura também não tem um sentido uniforme, devido à divisão social de classe. As pessoas de poder aquisitivo baixo vivem em ruas inferiores com uma arquitetura bastante simples, um dos piores exemplos é a rua chamada o “Beco da Lama”, onde habitava a maior parte das prostitutas, que lhes, faltando outra forma de sobrevivência, continuavam com essa prática.

Observa-se que Rio de Contas atravessou os anos 1950, marcados por uma nova readaptação, enfrentando os impasses contraditórios das relações sociais de produção por apresentar peculiaridades em função do seu passado histórico, o que deixou a marca da divisão social de classes.

5.4 As ocupações

As especializações das ocupações em Rio de Contas estão marcadas pela divisão social do trabalho. As condições materiais apresentadas para a divisão cidade/campo aponta diferenças peculiares na forma de produzir. Observamos que o autor descreve a divisão do trabalho tendo em vista o nível de desenvolvimento tecnológico. Entretanto, lembramos que há uma mentalidade na forma de se produzir. As pessoas do campo estão voltadas para uma perspectiva de satisfazer suas necessidades mais imediatas e coletivas, devido ao processo simplificado de produção. A cidade, enquanto *locus* da produção modifica-se à medida que se expande o processo de produção. Os meios de produção se encontram em um estágio mais avançado, o que possibilita um maior aglomerado de especialidades, funções e atividades remunerativas.

O autor descreve a especialização das ocupações encontradas a partir da variedade de atividades remuneradas, classificando-as em seis grupos:

TABELA 02 – Especialização das Ocupações

GRUPO I. MANUFATURA	GRUPO II. INFORMAL	GRUPO III. PROFISSÕES E SERVIÇOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Latoeiro 2. Ferreiro 3. Seleiro 4. Sapateiro 5. Fabricante de arreios 6. Laçador 7. Oleiro 8. Funileiro 9. Fogueteiro 10. Ourives 11. Floricultor 12. Fabricante de bagagem 13. Costureiro 14. Alfaiate 15. Carpinteiro 	<ol style="list-style-type: none"> 16. Prostituta 17. Coveiro 18. Madeireiro 19. Carregador de água 20. Lavadeira 21. Cozinheiro 22. Minerador 23. Mendigo 24. Trabalhador 25. Pedreiro 	<ol style="list-style-type: none"> 26. Açougueiro 27. Sacerdote 28. Padre 29. Dentista 30. Músico 31. Curandeiro 32. Farmacêutico
GRUPO IV. SERVIÇOS PÚBLICOS	GRUPO V. AGRICULTURA	GRUPO VI. COMÉRCIO
<ol style="list-style-type: none"> 33. Professor 34. Inspetor escolar 35. Agente tributário estadual 36. Agente de impostos estadual 37. Agente tributário federal 38. Agente de impostos federal 39. Agente postal 40. Escrivão de feitos civis 41. Tabelião 42. Oficial do registro civil 43. Tesoureiro dos correios 44. Operador de telégrafos 45. Escrivão do júri 46. Contador da prefeitura 47. Tesoureiro da prefeitura 48. Secretário da prefeitura 49. Agente postal assistente 50. Agente arrecadador 51. Agente de telégrafo 52. Soldado 53. Delegado 54. Carcereiro 55. Juiz de paz 56. Agente de estatísticas 57. Varredor de rua 58. Prefeito 59. Fiscal 60. Proprietário de pensão 61. Porteiro 62. Serviço Nacional Contra a Peste 63. Oficial de polícia 	<ol style="list-style-type: none"> 64. Fazendeiros 65. Lavradores 	<ol style="list-style-type: none"> 66. Taverneiro 67. Negociante Ambulante 68. Lojista 69. Cambista e comprador¹¹

Fonte: Harris (1956, p. 45).

¹¹ As classificações são baseadas em uma de pesquisa de casa em casa.

Ao analisarmos as ocupações apresentadas por Harris das atividades remunerativas, destacamos uma maior quantidade de especialidades no setor de serviços públicos mantidos pelo Estado e Prefeitura. Enfatiza ainda para as atividades do grupo de manufatura em que há uma divisão de produtos e uma maior divisão social do trabalho entre os latoeiros, ferreiros e os artesãos de couro, atividades com características predominantemente artesanais.

Destaca também a presença de ocupações sem especificidades realizadas de acordo com as demandas do momento, sem uma profissão determinada, como o grupo de “macaqueiros” que, segundo a população, são pessoas que pulam de um serviço para o outro, o que lhes traziam grande instabilidade em seus modos de vida, gerando falta de oportunidades de trabalho, mendicância ou prostituição. Sobre esse aspecto, há uma inferência de Macagno (1999), que coloca a falta de aprofundamento sobre esse termo, para identificar a probabilidade ou não de certa ligação com o caráter racial. Entretanto, o termo *macaco* foi utilizado para caracterizar e identificar uma posição social no ramo da produção.

TABELA 3 - Distribuição de Ocupações

MANUFATURA		INFORMAL		PROFISSÕES	
Latoeiros e ferreiros	39	Mulheres (carregadoras de água, cozinheiras, prostitutas, cortadores de lenha, lavadeiras, mendigos)	31	Farmacêutico	1
Trabalhadores que lidam com couro	28			Padre	1
Rendeiras	6	Homens (trabalhadores, cortadores de lenha, gangues de estrada, pedreiros, mendigos)	29	Dentista	1
Fabricantes de tijolos	2				
Funileiros	2				
Forjadores	1				
Fabricantes de fogos de artifício	1				
Fabricante de bagagem	9				
Costureiras	2				
Carpinteiros	2				
Alfaiate	1				
Floricultor	1				
Total	95	Total	60	Total	3
COMÉRCIO		SERVIÇOS PÚBLICOS		AGRICULTURA	
Compradores e viajantes comerciais	16	Comunicação	8	Agricultores (incluindo lavradores e contratados)	36
Lojistas	16	Educação	5	Fazendeiros	7
Lojistas	2	Lei, impostos e administração	9		
Operadores de hotel	2	Outros	10		
Total	34	Total	32	Total	43
Total do número de residências: 262					

Fonte: Harris (1956, p. 47).

Pelos dados que Harris apresenta na Tabela 2, o autor mostra a distribuição dos grupos ocupacionais de acordo com a principal fonte de renda por domicílio na zona urbana. A tabela não indica o número completo de pessoas empenhadas em qualquer atividade. Há uma presença predominante do trabalho infantil feminino no interior dos domicílios. O trabalho feminino é uma das primeiras ocupações a serem notadas na cidade. Desde os primeiros raios do sol da manhã, as mulheres e moças acordam para trazer água retirada dos rios e riachos, e somado às atividades das lavadeiras, o trato com os animais. O trabalho feminino é uma das primeiras ocupações a serem notadas na cidade. A igreja, além de sua função religiosa, cumpria também uma relação simbólica com o trabalho. Exatamente nos horários em que os trabalhadores iniciam suas atividades, poderiam ouvir o ressoar dos sinos a fortalecer e lembrar que o labor estava a recomençar e assim os transeuntes desavisados recobravam suas memórias para o retorno ao trabalho.

No período estudado pelo autor, o que mais se destacou foi a indústria de couro devido ao seu caráter de socialização da produção e pelo desenvolvimento de suas forças produtivas. Segundo Harris (1956), foi possível nesse ramo de atividades compreender o seu caráter coletivo de produção e de divisão de tarefas, já evidenciando a transitoriedade da economia.

O autor descreve, com riqueza de detalhes, a arte empregada na indústria de metais, demonstrando que os trabalhadores se dedicam às horas de trabalho como uma espécie de ritual à transformação dos metais. São longas jornadas de trabalho em que crianças na qualidade de aprendizes atuam também nesses espaços, sem receber salários. Entretanto, é lembrada a relação consanguínea desses aprendizes com os donos da oficina. Nesse ramo, a predominância é do trabalho familiar, cujo chefe (o homem) administra os recursos arrecadados. Na divisão de trabalho no interior das oficinas, fazem-se presentes trabalhadores, além dos membros da família. Vale salientar que o trabalho realizado pelas mulheres e crianças é muito enfatizado, delimitando uma divisão social e sexual do trabalho. Por exemplo, no período de baixa produção, muitos homens migram para outros estados como São Paulo e Paraná, em busca de melhores condições de vida e, no desenvolvimento de seus ofícios, são substituídos por mulheres e crianças. Esse conhecimento da arte de metais tem um aspecto geracional, somado à aprendizagem pela experiência, perpetuado na memória do trabalho artesanal.

Nesse contexto, Harris (1956) mostra que existe uma educação por fora da institucionalidade, ou assistemática, que prepara o indivíduo para o trabalho. Isso pode ser observado nas entrevistas descritas no livro, indicando que as crianças eram encaminhadas para o aprendizado nas mais diversas funções artesanais.

Há aproximadamente quarenta trabalhadores atuando em cinco indústrias que, na sua maioria, funcionam em caráter domiciliar. A distribuição de funções é dividida por equipe, idade e sexo, de acordo com a realidade de cada fábrica. Muitos trabalham em suas próprias casas, mantendo com o dono da fábrica, certa relação de independência, demonstrando a presença do trabalho industrial domiciliar.

[...] todos os outros trabalhadores – cerca de quarenta em número – estão conectados com cinco instalações mais amplas. A menor dessas é gerida por Waldemar, o proprietário do bar e conselheiro da cidade. Fica localizado em dois quartos diferentes adjacentes ao bar e possui apenas dois funcionários, dos quais um é a esposa de Waldemar [...]. A mulher corta e estica a ponta do couro enquanto o empregado corta as solas e monta o produto final. Waldemar por si próprio não contribui ao trabalho. Uma loja maior, de propriedade do Sr. Orlando, é dedicada para a produção de sapatos e sandálias. O trabalho é feito em duas salas da casa de Orlando [...] A terceira instalação, de propriedade do Sr. Izidro, também se localiza no domicílio [...] A quarta instalação pertence ao Sr. Otacílio, que é também barbeiro. Novamente, localiza-se no domicílio do proprietário. Otacílio e seu filho fazem selas; outras cinco pessoas fazem sandálias. A esposa de Otacílio, a filha e o filho, um aprendiz, e um empregado [...] A quinta instalação, a mais nova e de longe a maior, é a do Sr. Bráulio [...] Uma casa inteira, construída especialmente para este fim, abriga vinte empregados. Um cômodo é dedicado para sapatos e botas, outro para sandálias, um para estribos e dois para selas [...] Outros três ou quatro trabalhadores continuam trabalhando em suas próprias casas [...]. (HARRIS, 1956, p. 54 e 55).

Nessas indústrias, o salário é pago de acordo com a produtividade de cada trabalhador. Em alguns momentos foram pagos salários regulares. Na indústria de couro, encontra-se uma maior divisão no desenvolvimento das tarefas. Os artesãos trabalham de forma independente em alguma especialização ocupacional como numa produção em série, mas também numa perspectiva de equipe para atender à demanda do mercado. Por exemplo, na oficina do Sr. Otacílio, a fabricação de sapatos se dá de forma bastante peculiar pelo fato de

alguma ideia sobre a extensão na qual a divisão do trabalho ocorria nas oficinas maiores pode ser obtida pela descrição da fabricação de sapatos na loja do Sr. Otacílio. Duas mulheres e três homens estão empenhados nesta atividade. Os dois sexos geralmente trabalham em cômodos separados e a divisão fundamental é entre as operações desempenhadas pelas mulheres na parte superior do couro e as operações desempenhadas pelos homens concentram-se nas solas. Essa parte superior de couro é um produto reluzente importado de uma indústria de Salvador e São Paulo. A sola é um produto regional processado em fazendas no vale da Gruta (HARRIS, 1956, p. 55).

Encontramos, claramente nessa passagem, a divisão social e sexual do trabalho. Neste trecho, Harris especifica de forma detalhada como se dá o processo produtivo. Assim, o autor chama as duas trabalhadoras de A e B e os três homens trabalhadores, de C, D e E:

TABELA 4 – Trabalho na Oficina de Sr. Otacilio

1.	<i>A</i> corta o couro de cima em faixas estreitas em tamanhos e formas diferentes e o leva à sala vizinha;
2.	<i>C</i> , <i>D</i> ou <i>E</i> cola um conjunto das faixas a um pedaço fino da sola. <i>A</i> toma a sola com as faixas coladas de volta a <i>B</i> ;
3.	<i>A</i> costura as faixas à sola com uma máquina de costura;
4.	<i>A</i> e <i>B</i> recortam as faixas que agora são reforçadas por faixas adicionais coladas e costuradas;
5.	As duas mulheres fixam com rebites as duas faixas dedo, fixam uma fivela no lado da faixa calcanhar e fixam a faixa tornozelo ao outro lado;
6.	Eles também furam a faixa tornozelo numa série de aberturas;
7.	No mesmo instante <i>C</i> e <i>D</i> cortam as solas;
8.	Colocam-no numa forma de madeira e pregam-no à sola superior;
9.	Uma peça curta e esparsa de couro é colocada depois para formar o apoio do peito do pé;
10.	A sola de baixo é pregada sobre esta;
11.	<i>B</i> apara a sola com uma faca;
12.	<i>E</i> faz o salto que consiste em três camadas de sola colocadas num conjunto;
13.	<i>C</i> , <i>D</i> ou <i>E</i> completa o sapato para fixar o salto.

Fonte: Harris (1956, p. 55 e 56).

Tem-se, nessa divisão, uma flexibilidade e uma cooperação mútua. A produção ainda varia no que diz respeito ao desenho, cor, tamanho, qualidade, produto, variedade e origem da matéria-prima, a exigência do mercado e as especificidades de cada sapato.

Harris reconhece, basicamente, que as indústrias de metais e de couro são os maiores exemplos de possibilidade de uma maior articulação econômica com outras regiões, pois as mesmas, especialmente as de couro, apontam características de produção capitalista, mesmo que ainda incipientes, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas, a produção em Rio de Contas enfrentou um período de transição, buscando uma mediação entre o tradicional e o novo. Nesse aspecto, o autor acrescenta que,

em Minas Velhas, a indústria de couro está para entrar na época de maquinaria movida a motor. Mas todos os estágios de transição que conduziram à etapa crítica de desenvolvimento industrial sobrevivem: a oficina domiciliar de um trabalhador, a oficina domiciliar ampliada, incorporando uma função empresarial em associação com atividades de outros trabalhadores externos, e a mudança da oficina do domicílio para um prédio, construção especializada que une todos os trabalhadores sob o mesmo teto (HARRIS, 1956, p. 57).

As diferentes formas de trabalho tramitam no âmbito da subjetividade, ou seja, há uma mentalidade e um desejo das pessoas de Rio de Contas naquele momento em serem empregadas. Segundo Harris, os trabalhadores anseiam melancolicamente por um “patrão” que possibilite condições básicas para o desenvolvimento do trabalho no lugar. A consciência coletiva – utópica – desenvolve-se no sentido de buscar novas formas de sobrevivência, sem, contudo, conhecer quais são as condições impostas nas relações empregatícias de trabalho com a inserção do modo de produção capitalista.

Os trabalhadores, independentemente das relações de trabalho estabelecidas na região, queriam alguma ocupação e não se davam conta de que o seu trabalho trazia acumulação para uma minoria. Havia um respeito ímpar em relação à figura do “patrão” que pudesse lhes fornecer empréstimos, matéria-prima e ainda lhes comprar um produto final. Esta pseudo-independência nas relações de trabalho muito contribuiu para aprofundar uma espécie de subserviência entre os sujeitos trabalhadores em relação ao “patrão”.

Em muitos aspectos, o Sr. Bráulio, proprietário de um dos amplos estabelecimentos industriais e conhecido através da comunidade como “O Senhor”, desempenhava este papel para os trabalhadores. “Ele tem ajudado muitas pessoas” [...] ele tem dado trabalho para tantos de nós [...] ele é o homem que civilizou a indústria de Minas Velhas” são exemplos das exaltações que seus camaradas se referem a ele (HARRIS, 1956, p.58).

Esses eram donos de fábrica de couro que conseguiram se afortunar e viver bem na capital pelo favorável período que possibilitou acumulação e renda ao longo de anos. Embora predominasse no imaginário social uma mentalidade de gratidão pela civilidade trazida por esses senhores, segundo o autor, não significou de fato uma mudança social e econômica para a comunidade em questão.

Na verdade, o caráter transitório das formas de produção não significou para o conjunto dos trabalhadores, uma melhoria da qualidade de vida e uma possível ascensão social, raríssimas vezes foram pagos salários regulares, pois predominava a forma de pagamento de acordo com a produtividade.

Apesar das fábricas não terem uma divisão técnica do trabalho mais fragmentada e rígida, não se tratava de uma produção isolada, mas vinculada à amplitude das relações de produção, pode-se observar que não existe capital isolado; um e/ou todos os capitais existem na concretude da sociabilidade, isto é, em seu movimento na teia de leis e relações da totalidade dos capitais. Nesse sentido, o conceito de capital estará completo. Em Rio de Contas vê-se desenhada a perspectiva de vinculação do capital à circulação do mercado em

caráter mais global. Há uma acumulação por parte de alguns capitalistas que vão ampliar os resultados em outros espaços de articulação, como Harris exemplifica:

Na década de vinte, dois patrões surgiram para os latoeiros e para os ferreiros. Estes capitalistas forneciam matéria-prima e compravam os produtos finais exatamente de acordo com o contrato de quase todas as oficinas da cidade. Porém, eles nunca chegaram a construir suas próprias fábricas, porque logo depois de ter acumulado certa riqueza, ambos se mudaram para Salvador onde se tornaram comerciantes (Harris, 1956, p. 57).

As relações aparentemente simples de produção trazem seu caráter peculiar de completude na medida em que se realiza a mais-valia, quando posta a mercadoria em circulação para ampliação de capitais. Segundo Marx (2006), as mercadorias escondem sua essência de mais-valia, trabalho, valor, assumindo um caráter de coisa, objeto dissociado de determinações para sua completude e é colocada em movimento para a realização do lucro. Em Rio de Contas, o movimento se dá a partir das intervenções diretas dos mascates que, segundo Harris, são os que se encarregam de longas viagens pelo interior, a pé e conduzindo uma mula e com o desenvolvimento das estradas, foi-se alcançando lugares longínquos.

Havia uma irregularidade na produção uma vez que estava relacionada com a produção agrícola, demonstrando a articulação entre a cidade e o campo. O período de maior atividade industrial está relacionado ao período de safra, e o período de menor atividade, ao descanso da terra. Pode-se verificar esses dados nos resultados da comercialização das mercadorias por meio das anotações do escritório de arrecadação de impostos estaduais da cidade. A importância que ele atribui à relação cidade e campo é bastante surpreendente. Além do capítulo consagrado a esse fenômeno, no decorrer do livro sempre se recorre a essa temática, tentando demonstrar suas contradições e reciprocidades. O autor aponta a regularidade na produção do mês de junho por conta da romaria realizada no município de Bom Jesus da Lapa bem como uma queda vertiginosa das vendas e circulação de mercadorias em dezembro.

Apesar de os fatores econômicos serem predominantes na determinação da oscilação do período na produção, contava-se com fatores ligados à cultura, clima e relações que extrapolam o econômico. E ainda com uma articulação econômica que envolvia outros centros urbanos desenvolvidos para a busca de matérias-primas como couro em quantidade, estojo para selas, e as várias madeiras necessitadas para os cabos de chicotes, couro fino,

anéis revestidos, fivelas, rebites, pregos e parafusos; e todo esse material era comprado nas grandes cidades.

No desenvolvimento do trabalho das especializações ocorre a chamada “interdependência entre as artes”, em que Harris enfatiza, por exemplo, que

[...] os ferreiros fabricam lâminas de faca, os latoeiros pintam os cabos; fabricam bocados de ferro que se encaixam nas rédeas de níquel feitas pelos latoeiros, e fabricam armações de ferro para estribos e selas que são indispensáveis para os artesãos que fabricam estribos e selas. Os artesãos do couro fabricam, por sua vez, correias para as esporas produzidas pelos latoeiros e ferreiros e também fabricam bainhas para as facas dos latoeiros e chicotes para os cabos [...] (HARRIS, 1956, p. 50).

Nesse contexto, podemos acrescentar que se trata de uma cooperação simples entre as diferentes oficinas, conforme Marx (2006). Os trabalhadores se completam mutuamente, fazendo a mesma tarefa, ou tarefa da mesma espécie, e outras que complementam a produção. Nessas relações, o trabalho individual é diluído numa conexão de atividades que se completam a partir do trabalho social até chegar ao produto global. É óbvio que ainda não temos em Rio de Contas a experiência de uma produção capitalista na sua totalidade, mas do ponto de vista de sua operação, observa-se que há o “artesanato das corporações”, proporcionando um estágio de desenvoltura que possibilite registrar ensaios de uma força produtiva nova, isto é, uma força produtiva coletiva. Segundo Marx (2006), para o capital é importante agregar o maior número de trabalhadores em um mesmo espaço para que a divisão social do trabalho aprofunde o ritmo de produção. Essa cooperação em Rio de Contas funciona em determinado aspecto num plano da ideação, pois, na medida em que se busca aperfeiçoar a produção, provocando a concentração de quantidades de meios de produção em mãos de um capitalista individual, conseqüentemente imputará um comando maior sobre a produção e enfrentará as dificuldades das especificidades da forma de produzir no lugar. Harris aprofunda essa questão descrevendo um dos aspectos principais que obstaculizam o desenvolvimento do capital na região. Observa que o padrão dominante é mesmo o espírito de concorrência de numerosas instalações independentes, isso em todos os ramos das atividades industriais em Rio de Contas, ou seja, o chamado indivíduo capitalista, do qual tratamos a pouco, cumpre o papel da busca de concentração e acumulação de capitais. Assim, acrescenta Marx:

[...] a concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de cada capitalista é, portanto, condição material para a cooperação dos assalariados, e a extensão da cooperação ou a escala da produção dependem da amplitude dessa concentração. [...] Vemos agora que certo montante mínimo é condição necessária para conversão de muitos processos isolados e independentes num processo de trabalho social, combinado (MARX, 2006, p.383).

Uma questão premente a ser instigada é que a cooperação nas relações no processo de produção se trata especificamente de pensar uma lógica no âmbito da acumulação e desenvolvimento dessas forças produtivas. Harris percebe que em Rio de Contas a chamada interdependência entre as artes promove certo estágio desse desenvolvimento, mas permeado pelas contradições intrínsecas que envolvem essas relações, ou seja, o capital opera no âmbito da concorrência e na promoção de crescimento dos grandes aglomerados. Nessa perspectiva, o autor demonstra bem o individualismo enquanto critério motivador responsável para o processo de acumulação. Esse processo aconteceu no período da mineração e se repete na chamada economia emergente da cidade dos anos 1950. Há uma resistência do empresário, imbuído de condições materiais para organizar sua produção com o critério de cooperação, o que o deixa em condições econômicas mais vantajosas e lhe permite maior mobilidade no mercado. No tocante às relações de trabalho nas fábricas, devido ao grau de intimidade e relação de parentesco, pelas formas de pagamento de acordo com a produtividade e a falta de um controle mais rígido em relação a horários, há uma mentalidade fetichizada dos trabalhadores que criam uma singela ilusão de que são trabalhadores autônomos e donos dos meios de produção. Harris aponta que

[...] do ponto de vista dos trabalhadores, o patrão não é quem compra sua mão-de-obra, mas sim quem compra os produtos do seu trabalho. Daí os dois padrões: a vontade de trabalhar independente, e a vontade de trabalhar por um patrão são complementares em vez de contrários (HARRIS, 1956, p.66).

O individualismo que predomina sobre as relações de produção traz a característica das contradições que se estabelecem na relação capital/trabalho, ou seja, o processo de produção não se dá de forma linearizada e determinada. Ocorrem oscilações econômicas que provocam o efeito dominó de crise que envolve os sujeitos na busca pela sobrevivência bem como aqueles que buscam a acumulação do capital. Daí Harris apontar, em seus estudos o processo de migração e emigração de muitos trabalhadores para outros lugares em busca de

melhores condições de vida e os próprios empresários que buscam a metrópole para a ampliação de seus capitais em função das especulações financeiras.

Harris sai do âmbito da subjetividade e esclarece que o capital é a mola propulsora que estabelece o processo de desenvolvimento econômico da região quando demonstra a frustração das pessoas em Rio de Contas, através da sua subjetividade, no nítido desejo de abandonar seu lugar, a exemplo da resposta dada por um dos moradores (Miguel) entrevistado pelo autor, que diz: “Somos todos fracos. Não há ninguém para fazer. Não temos um leão aqui entre nós.” (HARRIS, 1956, p.86). Com recursos financeiros e políticas públicas favoráveis à ação coletiva, seria possível organizar iniciativas para o desenvolvimento da economia local a partir do empreendimento da organização do trabalho, por meio da formação e contratação de trabalhadores, perspectiva de trabalho cooperado e fortalecimento da burocracia estatal. Entretanto, há que se pensar as contradições que envolvem o processo de desenvolvimento econômico, na medida em que as modalidades da economia vão se firmando de acordo com as nuances e exigências do momento histórico que envolve o contexto em que está inserida a realidade da economia. No caso de Rio de Contas, não bastavam a boa vontade e o desejo de alguns, mas um conjunto de fatores subjetivos e objetivos para se concretizar a transformação.

No âmbito dos serviços públicos, prevalecia a mentalidade individualista. Harris exemplifica os trabalhos realizados nas praças e jardins em que as pessoas trabalhavam lado a lado, mas não dispunham de uma meta que objetivasse um plano comum, o que resultava em um trabalho aleatório, desordenado, com um arranjo fisionômico desigual. Contudo, faltava maior empenho e investimento do setor público para se aplicar na melhoria da malha urbana que contava com uma parte do trabalho voluntário dos cidadãos em suas horas vagas. O trabalho do funcionalismo público pode ser considerado uma extensão das relações de produção, na medida em que aportam atividades para a manutenção do *status quo* e da ordem estabelecida pelos ditames do Estado.

5.4.1 A produção artesanal

Harris reconhece que o desenvolvimento das forças produtivas em Rio de Contas requer um conjunto de fatores que possibilite sua inserção em nível mais global. O lugar não é um espaço em si, mas uma articulação econômica, cujas raízes do passado contribuíram para a inserção do capital de modo mais amplo. Seu lento processo de desenvolvimento econômico foi devido, em parte, ao alto índice de produtividade e melhoria das rodovias em outros lugares. Ainda assim, foi possível encarar a concorrência, mas na possibilidade de realizar

uma produção em série em detrimento dos produtos feitos de maneira mais artesanal. A esse respeito ele destaca:

[...] Hoje, o objetivo da maioria dos artesãos é quantidade em vez de qualidade. Uma “obra limpa” é produzida hoje só por pedido especial. Há ainda muitos indivíduos que tem habilidade necessária para produzir uma obra de arte, mas poucas oportunidades acontecem para que esta habilidade pudesse ser manifestada plenamente. Ao contrário do que se espera de uma indústria ainda essencialmente na fase domiciliar, os artesãos de Minas Velhas são freqüentemente envergonhados pelos artigos que produzem em vez de serem orgulhosos. A luta para produzir em quantidade faz com que um dia de trabalho é preenchido com tanta rotina e automatismo como um trabalhador de uma fábrica moderna (HARRIS, 1956, p.70).

Apesar do caráter transitório e peculiar de produzir, já se percebem os indícios de automação na produção. Havia uma corrida frenética para desovar seus produtos e concorrer com certo nível de igualdade com outros lugares que estavam mais desenvolvidos. O processo de produzir com arte vai, aos poucos, sendo substituído pela demanda do mercado. Rio de Contas, para inserir-se em perspectiva equilibrada no mercado, necessitava melhorar a composição orgânica do capital, como bem explicita Marx (2006) ao afirmar que as forças produtivas serão desenvolvidas a partir de sua composição orgânica com a inserção de máquinas, matéria-prima, insumos e automação (capital constante) bem como o capital variável, que seria a força de trabalho. Como bem afirma,

a parte do capital, portanto que se converte em meios de produção, isto é, em matéria prima, materiais acessórios e meios de trabalho, não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o valor equivalente e, além disso, proporciona o excedente, a mais valia que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável (MARX, 2006, p. 244).

Esses fatores são primordiais para se pensar a possibilidade de concorrer no mercado, do contrário, como salienta Harris o grau de concorrência provoca a diminuição dos preços em detrimento da qualidade dos produtos. Essas oscilações produziram uma instabilidade econômica, trazendo, como conseqüência, o rebaixamento de salário, desemprego, a migração, a prostituição, a favelização e a queda das taxas de lucro em Rio de Contas.

5.5 Lojas, vendas e armazéns: as portas do comércio

Segundo Harris (1956), o espaço urbano foi acometido pela proliferação de estabelecimentos comerciais e se tornou o lócus do exercício do individualismo, sobretudo no tocante ao destino econômico das pessoas. Na pesquisa, ele aponta vinte e dois estabelecimentos divididos em três categorias, reconhecidos pela população: quatro lojas, dezesseis vendas e dois botequins. As lojas eram armazéns que comercializavam secos e molhados e funcionavam com uma diversidade de compra e venda de produtos, pois vendiam gêneros de primeira necessidade e compravam produtos do extrativismo e do artesanato. Além disso, apresentam um patamar superior de negócios em relação às outras categorias, pois têm uma articulação com outros espaços mais desenvolvidos, a exemplo de Salvador. O comércio de Rio de Contas é marcado pela diversidade de produtos que são vendidos para moradores da localidade e região circunvizinha.

As vendas eram pequenos estabelecimentos funcionando, em sua maioria, agregadas às residências dos proprietários. Quase sempre não tinham crédito comercial e seus estoques eram pequenos e o comércio era voltado à alimentação e outros produtos de uso doméstico. Já os botequins em número de 2 (dois) funcionavam como vendas menores. Eram muitos os produtos comercializados, sendo o principal os alimentos com ênfase para toicinho, fumo, açúcar, cebola, café, rapadura, milho, queijo, bananas e cachaça. São vários estabelecimentos que, de certa forma, concorrem entre si, mas mantêm uma determinada taxa de lucro, devido às estratégias que cada comerciante individualmente utiliza para escoar suas mercadorias. O ponto nevrálgico de vendas se dá, principalmente, aos sábados, pelas feiras do lugar que mobilizam pessoas de várias localidades, mas se contrabalança com as vendas que transcorrem durante a semana, pois poderia ocorrer uma espécie de estoque de mercadorias, caso não houvesse o equilíbrio nas vendas, observa-se que muitas pessoas vendiam hegemonicamente, os mesmos produtos.

Os lucros não eram altos, e não se percebia a probabilidade de fusão entre as unidades comerciais, mas muitos que haviam acumulado certa quantia em dinheiro estavam dispostos a investir no comércio, em virtude de encontrar mais viabilidade em ganhar a vida sem exigir muito esforço físico e mental, além da socialização e prestígio na comunidade. Na verdade, essa mentalidade provinha de um passado histórico que, segundo Harris, expressa bem a dicotomia daqueles que detinham os privilégios em detrimento dos que viviam do trabalho manual forçado para sobreviver a cada dia. Nessa perspectiva, o comerciante cumpre o papel de tornar viável a circulação social das coisas, na medida em que percebe que o dinheiro

enquanto um meio de troca, é também uma mercadoria e possui valor (trabalho socialmente gasto).

Nessa perspectiva, Marx (2006, p.137) nos aponta que “o dinheiro é a mercadoria que se apresenta absolutamente alienável, por ser a forma a que se convertem todas as outras mercadorias ou o produto da alienação geral delas”. Mesmo que em Rio de Contas a circulação das mercadorias se dê de forma simples, não há que descartar a lei geral do duplo sentido que estas se apresentam na sociedade, ou seja, com o valor de uso e valor de troca imbuído de trabalho útil e trabalho abstrato, onde o resultado de suas riquezas se desembocará nas relações comerciais que,

[...] como representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é donde sai e pra onde volta o dinheiro. O conteúdo objetivo da circulação em causa – a expansão do valor – é uma finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência [...]. (MARX, 2006, p.183).

Em Harris, esse movimento é reforçado pela concepção de trabalho que têm os comerciantes e pela tradição urbana, que enquanto lócus da produção, o espaço urbano apresenta suas características de desenvolver a desova da circulação de mercadorias e mobilidade social. Assim, Harris enfatiza o espírito individualista dos comerciantes, como ocorre na indústria. Na loja, tenda ou armazém, não se processa a mais-valia, mas é a mediação para a ampliação e perpetuação do valor. Essa mentalidade de conceber o trabalho domiciliar como prioridade dificulta a possibilidade de um maior crescimento e escoamento das mercadorias, enfocando um crescimento endógeno da região. Harris esclarece que

nenhum dos donos considera que expansão é a condição indispensável para o sucesso. A idéia de crescer e de fazer falhar uma meia dúzia de concorrentes quase não entra na cabeça do dono. Cada homem quer um lugar para sua venda dentro de sua casa, quer sua clientela regular, e seu lazer; se tornar dono de uma venda é visto como o fim de uma luta e não o começo (HARRIS, 1956, p.73 e 74).

Num dado momento, é possível tomar medidas individuais para ver seu negócio crescer à luz de estratégias isoladas, mas, na circulação ampla do capital, as estratégias tomadas individualmente entram na engrenagem ampla da lei geral do comércio e perde a dimensão e o controle e, conseqüentemente, sua autonomia e seu isolamento. A anarquia da produção corre à revelia da vontade e dos devaneios de um só indivíduo, ou seja, ao mesmo

tempo em que o comércio media, controla e organiza a circulação, submete-se aos que gerem essa lógica.

5.6 As expectativas em torno do ouro

Harris, em sua pesquisa de campo, trouxe discussões sobre as diversas especializações. Contudo, busca enfatizar em caráter especial e com maiores detalhes a especialização ocupacional – a mineração do ouro, não necessariamente pela sua importância histórica na economia da região, mas, sobretudo, pelo que esta significou e continuou significando na vida das pessoas. O autor sempre buscou entender os sonhos, as expectativas e a luta dos moradores em manter suas raízes culturais e econômicas. Nesse sentido, sua pesquisa perpassa a lógica de simplesmente suprir os questionamentos, mas de essencialmente ver as entranhas das relações humanas que estavam postas na década de 1950. Assim, detecta que, na década de 1950, a tecnologia da mineração de ouro não trouxe mudanças significativas durante séculos. Descreve as tentativas feitas para melhorar esse tipo de atividade, a exemplo de desvios dos rios dos seus leitos, retirada de água de poços profundos dos rios, bombas movidas à gasolina e outras medidas que exigiam dos trabalhadores um esforço físico imensurável.

Os pontos estratégicos em busca do ouro eram mais próximos de rios e riachos pela necessidade que havia de lavar o ouro. Os trabalhadores se empenhavam na busca do ouro em rios e nas rochas para logo após fazerem todo um ritual com os materiais adequados para a filtração. Tudo isso dependia de um tremendo esforço físico com grande tempo despendido de trabalho.

Harris (1956) salienta que no período da pesquisa havia apenas cinco ou seis pessoas envolvidas em atividades de mineração e outras envolvidas na mineração de ardósia e cristal. Contudo, na década de 1930 houve um surto de garimpo de ouro, envolvendo um contingente maior de pessoas trabalhando na cidade ou perto dela. Rio de Contas enfrentou nesse período seca, e crise econômica, provocando a desvalorização de produtos industriais. E o ouro, com toda dificuldade de ser encontrado, foi, de certa forma, uma válvula de escape para muitos artesãos, na época. Harris explica que apesar do período de decadência do ouro, havia no imaginário social a crença de que ainda era possível encontrar jazidas de minério na região, mas era necessário o investimento em políticas públicas para a exploração em larga escala e levantamento mineralógico da área.

Nesse sentido, convém ressaltar que estava impregnada no ideário popular a busca de um “patrão” que, enquanto “Messias”, pudesse resolver a questão. Havia uma idealização do ouro na perspectiva de promover riqueza no futuro, pois as pessoas julgavam existir imensas jazidas nas serras da cidade. Harris aponta essa crença folclórica, sobretudo propagada pelas famílias ricas que se apropriam do processo de descoberta e desfrute do ouro.

Havia constantes tentativas da exploração do ouro, exemplifica o autor. As expectativas eram tantas que quando o pesquisador e sua equipe chegaram à cidade foram confundidos com exploradores de ouro e abordados por cidadãos para identificar rochas de aparência estranha. Dessa experiência, Harris concluiu que alguns grupos herdavam uma concepção inclinada a manter a mesma forma de pensamento dos aventureiros e espírito de empreendedorismo, e fizeram grandes descobertas e expandiram um acúmulo de riqueza, além de formar grupos de famílias ricas que herdaram as benesses do passado. Nesse aspecto, convém ressaltar que as famílias ricas eram donas das pousadas do comércio, do latifúndio, da produção e exerciam os cargos públicos encontrados na cidade.

Embora os moradores das cidades apresentassem um pessimismo em relação ao lugar, eles fantasiavam um espírito eternamente otimista quanto à riqueza já criada sob a terra. Harris salienta que o subsolo é o *deus ex machina*¹² da tragédia econômica da comunidade.

5.7 A memória do trabalho no campo

Sobre o trabalho na agricultura, Harris trouxe um panorama geral das relações de produção no campo, demonstrando que esta atividade se apresenta de forma secundária, mas não desprezível. Pelos seus dados, observamos que, no período, havia quarenta e duas famílias nas quais o rendimento, em dinheiro ou comida, dependia da agricultura, sendo que, deste grupo, sete eram fazendeiros proprietários de terras relativamente grandes. Outro grupo era formado por famílias e incluído nas modalidades de roceiros, meeiros, pequenos agricultores e trabalhadores assalariados. Entre as famílias moradoras no campo, um grupo (vinte famílias) possuía propriedades na área rural e contratava meeiros, roceiros e assalariados para trabalhar em suas terras relativamente pequenas e apresentavam dificuldades de serem medidas no seu tamanho ideal, devido às condições de água e do solo. Esses donos

¹² Em algum antigo teatro grego, uma crise aparentemente insolúvel foi resolvida pela intervenção de um deus, muitas vezes levada ao palco por uma peça elaborada de equipamentos. Este "deus da máquina" era literalmente um *deus ex machina*. Também pode descrever uma pessoa ou uma coisa que de repente aparece e resolve uma dificuldade aparentemente insolúvel. Fonte: Guia de Termos Literário por Jack Lynch Professor do Departamento de Inglês da Universidade de Rutgers – Nova York.

de terras eram funcionários públicos que viviam na cidade. Harris cita o escrivão de imposto estadual como um dos proprietários de terras, cuja safra dividia com o meeiro. Harris destaca que os sete maiores proprietários de terras em Rio de Contas viviam na cidade, não realizavam um efetivo trabalho agrário e viviam de renda. Essas propriedades foram adquiridas por meio de herança ou compra. A lógica do latifúndio se dá também nos arredores da cidade, como em Livramento do Brumado (Vila Nova) e nos vales da gruta (Arapiranga).

Um grupo de trabalhadores do campo que merece destaque são os roceiros que atuam em seu próprio pedaço de terra. Em alguns momentos eles recebem ajuda dos meeiros e assalariados, mas sempre precisam trabalhar para sobreviver. Geralmente, as famílias deste grupo não residem nas terras onde produzem, muitos vivem nos arredores dos povoados.

Os meeiros destacam-se como o tipo de trabalhador mais comum da atividade agrária, alguns possuem parcelas de terras, mas a grande maioria não as possui, eles estão sempre submetidos a parceria com os donos de terras. Nessa modalidade de atividade concentra-se a maior força de trabalho das fazendas. O meeiro pagava pelo uso da terra após ceder uma parte da safra para o proprietário.

Em relação ao assalariado, Harris descreve que é representado pela presença de poucos trabalhadores. É um trabalho mais necessitado em período crítico de safra, do plantio e para moer a cana-de-açúcar. Estão incluídos nessa modalidade de trabalho meeiros urbanos ou rurais, roceiros e os “macaqueiros” que moram na cidade como nos povoados. O que se observa é que esses trabalhadores, excetuando o fazendeiro, estão submetidos a uma lógica de trabalho extensiva, na qual o pagamento se dava sob a forma de gêneros alimentícios ou por meio de salários. Havia um contingente de pessoas em Rio de Contas que se mobilizavam para trabalhar na terra durante todo o ano, boias-frias, aguardando a oscilação do clima para o bom resultado das safras: (milho, feijão, arroz, mandioca e cana-de-açúcar), plantados por todos os meeiros da fazenda. O fazendeiro dividia a terra para cada meeiro e definia com qual tipo de agricultura devia ser trabalhada. As casas que são designadas para os meeiros morarem, muitas vezes não apresentavam boas condições.

A divisão de trabalho no campo pode ser observada nos produtos agrícolas extraídos nas fazendas, pela divisão das pessoas em cada tipo de gênero alimentício, a fragmentação das moradias e modalidades de trabalho presentes na agricultura através da distribuição dos resultados das colheitas, por meio dos pagamentos, cuja maior parte ficava nas mãos dos fazendeiros e dos pequenos proprietários de terras, pelas suas condições materiais em fornecer os meios de produção necessários, enquanto que os trabalhadores se apresentavam somente como força de trabalho.

Harris demonstra, claramente, a relação paternalista dos donos da terra com os meeiros quando mostra as atitudes de solidariedade dos patrões com a compra de remédios, fornecimento de dinheiro para enterros de parentes ou a participação em cerimônia de casamentos, batizados, crismas como padrinhos ou convidados. Mostra a “boa vontade” do fazendeiro em fornecer empréstimos para os trabalhadores nos períodos de maiores dificuldades, isto é, no período da entressafra. Essa relação de cunho paternalista entre patrão e empregado causa certo “conforto” e provoca um processo de endividamento revestido de favoritismo e não instiga possíveis conflitos entre as partes envolvidas. Evidentemente, o proprietário das terras, acumula capital por deter os meios de produção e pelas estratégias utilizadas no processo de relação da produção. Mesmo antes de terminar o processo de produção, o trabalhador já comprometeu boa parte de seus resultados.

5.7.1 Sobre as fazendas

O perfil de um dos proprietários de maior extensão de terras e ao mesmo tempo representante político do município, destacado pelo autor, ajuda-nos a compreender como funcionavam as relações de trabalho e o conjunto da produção. A fazenda Uricuri, pertencente ao prefeito e tipógrafo de Rio de Contas, é uma terra valorizada: possui um bom córrego de água doce e se localiza próximo à cidade, facilitando a mobilidade. É expressa simbolicamente as relações de trabalho que se efetivam no campo. Como descreve Harris (1956), é um latifúndio, apresentando em torno da sede da fazenda instalações para as moradias dos meeiros, a casa para o conforto do proprietário e a sua família que visitam a propriedade esporadicamente para organizar os negócios e para o passeio no campo com o intuito de arejar a cabeça.

A parceria na produção se destaca pela distribuição dos produtos que se dá no âmbito da realidade que perpassa a agricultura local. Obtém-se uma subdivisão da produção: produtos para as vendas diretas, produtos secundários para o consumo na fazenda e ainda uma pequena criação de gado.

Sobre o trabalho na área rural, contém os mesmos padrões individualistas da zona urbana. Quanto à questão das divisões de terras entre os pequenos proprietários, a lei estabelece que a repartição das terras herdadas seja realizada por meios legais e formais. E devido a custos altos e forte burocracia, torne-se difícil a posse legal das terras de herança. Segundo o autor, a posse de terra se dá em caráter comum, o que provoca crises e conflitos entre as famílias.

O desenvolvimento tecnológico das fazendas ainda é muito incipiente. Harris nos mostra que tem certa semelhança com as instalações industriais da cidade. Por exemplo, a instalação do engenho de mandioca consiste numa grande roda horizontal, cujo eixo se acha enterrado com um mecanismo de funcionamento para melhorar a produtividade; é movido por meio da tração animal e uso de outros apetrechos como o couro, madeira, roda d'água e ferro, para a conclusão da produção da moagem da mandioca. É um processo de trabalho que requer racionalidade e força física dos trabalhadores envolvidos, pois importa vencer várias etapas até o produto final.

Os trabalhadores processam as outras etapas da produção da farinha até seu estágio final que seria a purificação da polpa, a separação de sua parte grotesca, que é fornecida aos animais, e, conseqüentemente, o tratamento final da farinha. Harris retrata com bastante propriedade as etapas do trabalho, mostrando que a produção no campo utiliza baixo nível tecnológico, mas exige uma divisão técnica de trabalho, a qual exige todos os mecanismos que envolvem um sistema de produção. Só para tirar o veneno que escorre da mandioca, gastam-se, em média, quatro horas ininterruptas, o que traz um bom dispêndio de energia, além de possíveis impurezas que os trabalhadores inalam no decorrer da extração, causando certo mal-estar e riscos à saúde.

Outro exemplo de produção no campo que requer certo grau de complexidade é a produção de açúcar que, no dizer de Harris, é também bastante engenhosa e exige um maior nível de esforço, controle e racionalidade dos trabalhadores na medida em que sua produção tem um maior número de etapas, exigindo maior tempo e maior produtividade. Isso nos faz inferir que as etapas do trabalho efetivam uma diversidade de produtos. Entretanto, cabe salientar que implicam conseqüências para a saúde dos trabalhadores envolvidos, pois além das condições de trabalho e extensas jornadas, enfrentam certo grau de insalubridade através da manipulação de resíduos tóxicos e ainda têm o contato direto com os fornos grandes de lareiras abertas com alto grau de temperatura, cinzas de madeiras queimadas, além da infraestrutura do lugar em que as paredes eram feitas de adobe e o assoalho do forno de ardósia que mantém temperatura elevadíssima.

O estudo nos aponta ainda as articulações dos espaços entre a cidade e o campo a partir da produção, desde a compra dos insumos, transporte, matéria-prima, máquinas, implementos agrícolas, mão-de-obra e certo nível tecnológico, o que permite uma rede de compra e venda para maior circulação do capital. Nota-se que o campo traz indícios de produção que apesar de não apresentar uma produtividade avançada, já aponta na perspectiva de romper com os obstáculos que alguns viam em relação à produção agrícola nessa região,

por conta do seu passado histórico da exploração de minérios, que perdurou durante muitos anos na região e trouxe para o imaginário social a ideia da permanência desse viés econômico.

É possível pensar que, geralmente, aqueles que detinham o poder econômico local gozavam de prestígios políticos, como o caso do prefeito, possuidor de latifúndio com produção em duas frentes agrícolas: mandioca e cana-de-açúcar. É pertinente também ressaltar que o meio ambiente sofre as consequências do processo de produção tendo em vista que toda a produção exigia uma razoável quantidade de madeiras extraídas da natureza para fazer lenha e suprir os fornos. Esse material era todo extraído da região circunvizinha pelos trabalhadores, o que provocava certa depredação ao meio ambiente. A Fazenda Uricuri é fonte segura de como era feita a repartição final de toda a produção entre o proprietário e os trabalhadores meeiros. Segundo Harris, a repartição ficava, em sua maior parte, com o proprietário da fazenda e a produção restante, que cabia aos meeiros, era restituída novamente ao proprietário como forma de pagamento de dívidas adquiridas durante o processo da produção. Sobre a circulação das mercadorias produzidas, fica evidenciado que estas eram escoadas para Rio de Contas e para outras cidades que possuíam feiras livres. Não há registros no trabalho de Harris sobre a probabilidade da saída dessas mercadorias para outros lugares.

A dificuldade de adaptação dos trabalhadores em lidar com a terra era em relação à introdução de máquinas. Eles preferiam continuar usando a enxada, ferramenta universal de trabalho, para arar e plantar a terra. Uma das explicações descritas por Harris estava relacionada à topografia do terreno, que era muito acidentado e com uma composição do solo de caráter pedregoso. A forma organizacional da divisão do trabalho, do ponto de vista do contrato dessas relações, dá-se a partir de parcerias entre proprietários e trabalhadores e promove uma fragmentação na espacialidade da produção e na concepção de pensar o trabalho em uma perspectiva de totalidade. O trabalhador busca individualmente realizar sua parte no contrato em busca da sobrevivência de sua família e o proprietário visa melhorar sua renda com o processo de realização do valor. Os interesses aqui se expressam de forma antagônica.

5.7.2 A produção agrícola nos povoados

Os povoados nos arredores de Rio de Contas apresentam uma característica peculiar no tocante à sua produção agrícola. Há certa homogeneidade na perspectiva do trabalho, pois a maioria dos moradores é pequeno agricultor e não há a presença marcante do fazendeiro nessas áreas rurais. A forma organizacional do trabalho está ligada à cultura de “semi-

subsistência”, onde as famílias produzem de acordo com suas necessidades básicas, tendo a relação com a terra e com o trabalho uma perspectiva de valor de uso. Nesse sentido, Harris nos aponta que “a participação dos povoados na economia-de-dinheiro da região é necessariamente menor do que a dos moradores da cidade, pois os seus habitantes dependem da renda em dinheiro para comprar as necessidades básicas” (1956, p. 83). Entretanto, os povoados não estão isentos de participarem da economia local, visto que toda a sua produção necessita de aparatos de ferramentas, insumos para a realização da produção, além de precisar completar sua sobrevivência com outros gêneros alimentícios que em suas terras não se podem produzir.

A produção do plantio na região se dá em três épocas diferentes: outubro e novembro (águas); janeiro e fevereiro (quaresma); e junho e julho (seca). Harris apresenta um panorama geral da capacidade de manuseio da terra para plantio, demonstrando o período das águas, o período intermediário e as secas prolongadas. Mostra, ainda, alguns produtos como o feijão, que é plantado em mais de uma safra por ano, devido a sua adaptação ao tipo de solo e clima. Não havia, nesses povoados, uma possível modernização na agricultura local com programas de irrigação e a produção agrícola estava à mercê das benesses da natureza. Harris apresenta, ainda as dificuldades enfrentadas por outros trabalhadores no campo, em Serra do Ouro/Mato Grosso, mostrando suas terras de características íngremes rodeadas de lugares impenetráveis, que prejudicavam determinados plantios. Aponta que, nessas terras, a presença de um pequeno pássaro chupa-chupa e a falta de maquinários necessários, obstaculizam a produção. Com o visível atraso tecnológico e ausência de aplicação de programas de modernização, financiamentos e uma formação para o conjunto dos trabalhadores agrícolas manusearem a agricultura, observa-se que os mesmos enfrentam uma série de dificuldades na realização do trabalho no campo.

Outra dificuldade que compensa ressaltar na agricultura dos povoados são os replantios, devido ao pequeno espaço de terras, que acabam estragando o solo. Mas, como bem ressalta Harris, sua realidade material não lhes deixa alternativa, a não ser plantar novamente. Reforça a concepção individualista que é visível no campo, tanto quanto o é na cidade. Aqui, Harris basicamente ressalta a falta de padrão de trabalho e atividades corporativas quando ilustra, através dos exemplos do conflito de terras na família de Sr. Cândido, sobre a questão da herança, e o outro exemplo baseado na prática de irrigação em Baixa do Gambá (Barra), em que a existência de um córrego da época da mineração banha mais de vinte roças; contudo, a falta de organização em se servir do córrego gerou sérios conflitos pelo uso desigual e irregular entre os proprietários das terras.

Harris enfatiza que o sistema de herança e a forma irregular de apropriação e divisão das terras na região causaram dispersão na produção e concentração nas mãos de poucos, promovendo a proliferação de latifúndios, avolumando as configurações de trabalho existentes; os assalariados, meeiros, “macaqueiros” e boias-frias. Nesse período, constata-se o aprofundamento do êxodo rural com a existência de trabalhadores sem terra e trabalhadores migrantes e emigrantes, trabalhando em várias fazendas e em outras regiões, precisamente em São Paulo e Paraná, em busca de outra forma de sobrevivência.

5.7.3 A memória dos trabalhadores migrantes

Do início do século XX até os anos 1950, momento da pesquisa realizada pelo autor, intensificou-se o êxodo rural entre homens jovens de Rio de Contas para regiões distantes, sobretudo São Paulo e Paraná. Esse aumento de contingente de migrantes se deu em virtude de muitos terem perdido suas terras e, conseqüentemente, o aumento do latifúndio na região. Os trabalhadores optaram pelas regiões Sul e Sudeste devido ao estágio de desenvolvimento agrícola e produtividade que detinham esses lugares. Harris faz uma comparação do perfil econômico de trabalhadores de Rio de Contas com o de outras regiões para demonstrar que, em regiões mais desenvolvidas, do ponto de vista econômico, a média salarial é consideravelmente mais alta. A busca por melhores condições de vida e trabalho impulsionava o contingente de trabalhadores para as referidas regiões, ou seja, promessa de emprego fixo, melhores condições de moradia e trabalho, assistência médica.

Harris enfatiza que, nesse período, em torno de trinta por cento de trabalhadores da região trabalham ou já trabalharam no Sul e Sudeste, o que fez com que emergissem e aprofundassem as relações de trabalho de Rio de Contas, utilizando a mão-de-obra feminina e infantil que trabalhariam por custos menores em relação à masculina. Nesse aspecto, o autor argumenta que o fluxo de escoamento de mercadorias era insuficiente e não alcançava patamares mais elevados para o aumento do fluxo de capital, e conseqüentemente, para melhor remunerar seus trabalhadores. Há que acrescentar que a realização do valor na região se deu em patamares elevados que trouxeram um aumento substancial no processo de acumulação de capital para as elites dominantes, não só na perspectiva da extração de mineração, mas no tocante à indústria e ao setor agrícola. Conforme afirma Harris, a maioria dos que detinham o poder político gozavam de prestígio econômico. Um exemplo elucidativo é o Sr. Waldemar, funcionário público, que possuía uma considerável quantidade de terras, um negócio de couros e o único bar da cidade, cuja lógica das relações de trabalho estava

alicerçada segundo uma perspectiva da divisão social do trabalho e das contradições de classe. Os setores economicamente mais desenvolvidos onde alojavam o capital industrial e financeiro vendiam consigo a ideologia da aquisição de melhor poder aquisitivo para os trabalhadores, com promessas de vida melhor com carros, casas, boa alimentação e assistência médica. Harris ilustra bem essa questão quando demonstra a incorporação ideológica daqueles trabalhadores que, tendo passado algum tempo em regiões distantes, retornam aos seus lares para usufruir com seus familiares as “benesses” que o centro urbano lhes oferece:

[...] depois de trabalhar fora durante um ano ou dois, o jovem dos povoados volta como uma figura heróica. Poucos, de fato, conseguem poupar muito dinheiro, mas a experiência e maneiras exóticas são consideradas grandes vantagens. Eles trazem para casa toca-discos, isqueiros e tecido de seda. Para eles, um grande relógio de pulso, um lenço de seda e uma boca cheia de dentes coroados com ouro, são considerados compensações justas pela aventura [...] (HARRIS, 1956, p. 91).

Desse modo, os trabalhadores incorporaram não só uma concepção de trabalho que demanda toda uma rigidez hierárquica e uma dinâmica fetichizada dessas relações, mas também um modo de vida em que buscam externar, culturalmente, os significados do conjunto de valores construídos socialmente no lugar, durante séculos. Assim, na medida em que o tempo passa e desenvolve a articulação dos espaços, aumenta o fluxo migratório e a mobilidade das pessoas. Harris (1956) faz referência a esse fenômeno quando aponta a melhoria das condições de ir e vir, quando se refere à melhoria das estradas e transportes. Como disse uma mulher entrevistada pelo pesquisador, a respeito da transitoriedade dos seus netos, “Hoje chegaram dois. A semana que vem, saem dois. Sempre chegando e saindo. Como formigas” (p. 120).

Há também forte tendência das pessoas em fixarem residência nos centros urbanos mais desenvolvidos. A esse fenômeno Harris chamou de trabalho estacional.

O fluxo migratório, a mobilidade e o trabalho estacional podem ser apreendidos pelos trabalhadores de diversas maneiras, pois Harris, ao se referir a essas questões, enfatiza as condições materiais dos trabalhadores e a carga cultural que herdaram dos espaços urbano e rural em que viveram anteriormente, ou seja, fatores como costumes, relação com a terra, ocupações, experiências vivenciadas e valores culturais. De uma maneira geral, podemos apontar o fluxo migratório como definidor de tomadas de decisões acerca de suas escolhas para enfrentar a realidade e fixar morada, ou não, em determinados lugares. Pode-se detectar, neste período, que os trabalhadores que se destinavam aos centros urbanos paulistas se

deparavam com um tipo de trabalho industrial, metalurgia, bares, construção civil, e acabavam fixando residência e formando novas famílias. Em relação à migração para o Paraná, o trabalho estava ligado à abertura de fronteira agrícola na região Norte para a integração desse espaço ao capital internacional. Alguns impactos são evidenciados com o processo de migração da região apresentado pelo pesquisador sobre o trabalho no balanço dos sexos. Há uma forte evidência da diminuição da mão-de-obra masculina e um considerável aumento do número de mulheres no trabalho. O autor evidencia essa questão quando comenta que

[...] na faixa de idade entre vinte e cinquenta anos, o grupo etário que a maior parte da atividade econômica depende, há apenas 162 homens, mais há 319 mulheres – duas mulheres para cada homem. Esse fato explica porque há tantas mulheres que são chefes de família [...] (HARRIS, 1956, p. 94).

As mulheres se tornam arrimos de famílias e assumem uma dupla jornada de trabalho, pois além do desenvolvimento do trabalho doméstico, buscam a remuneração no trabalho produtivo, visto que os seus maridos migram e passam um tempo considerável fora da cidade. Harris exemplifica:

aquelas oficinas que possuem trabalhadores em adição ao proprietário usualmente exibem uma divisão de trabalho. Um homem irá preparar os moldes, uma criança irá trabalhar nos aparelhos, alguma esposa e filho irão registrar e polir. Alguma oficina de latoeiros onde todos os homens da família têm de deixar para procurar ofertas de emprego em São Paulo está sendo realizado o trabalho pelas mulheres. A líder da loja é Lígia, uma viúva de meia idade que aprendeu os moldes para fazer freios e arreios. Uma filha e afilhada atende enquanto derrete e coloca o metal. Muitos netos estão sempre à disposição quando o tempo vem de trabalhar as formas. Todos os outros processos são desempenhados intercambiavelmente (HARRIS, 1956, p. 53).

Muitos homens acabam se casando nos lugares para onde viajam e formam outra família. Harris salienta, nesse processo das relações de trabalho, outro enfoque que denota uma repercussão na concepção de apreender os aspectos sociais que envolvem a sistemática da produção e a luta pela sobrevivência, lembrando mais uma vez os aspectos dicotômicos dos espaços urbano e rural. O autor observa os significados da produção e os impactos socioeconômicos e culturais sobre a sociedade entre uma instância e outra.

Cada vez mais, o modo de vida rural tem trazido desestímulos para as pessoas continuarem no campo. Além das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais, ainda

são acometidos pelo discurso ideológico que confunde tradição com atraso e ausência de inovação e criatividade. Harris chama a atenção para os obstáculos que enfrentam os trabalhadores rurais, o que faz com que haja pouca expectativa para a inserção no mundo “civilizado”.

O espaço urbano é permeado por uma capacidade de trazer aos cidadãos uma maior mobilidade e acesso a uma possível modernidade. No imaginário social está impregnada de idéia dessa ruptura social entre os indivíduos rurais e urbanos, enfatizando uma maior divisão social do trabalho, alegando atributos de criatividade ao homem urbano e pouca habilidade ao homem rural por usar a força física e músculo para produzir. A concepção de modernidade no viés do pensamento do desenvolvimento urbano, fixou a idéia de romper com o ideário rural. Assim, no campo, não há mais possibilidade de desenvolvimento sem abarcar uma nova concepção de modernidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de comunidade realizados por Marvin Harris em Rio de Contas no período entre julho de 1950 a junho de 1951 significaram uma consistente contribuição ao Projeto Columbia, pois trouxeram informações detalhadas, mostrando a realidade socioeconômica da região. Os resultados de sua pesquisa foram publicados em seu livro *Town & Country in Brazil*, em duas edições, a saber: 1956 e 1971, ambos publicados pela Norton Library. Neste trabalho de campo, as técnicas utilizadas para investigações dos estudos de comunidade foram: observação participante durante um ano, entrevistas, conversa informal e coletas de dados. Sua participação efetiva em todas as etapas da pesquisa possibilitou um arsenal de informações que resgatou a memória do trabalho e outras temáticas que envolvem a população local e os arredores da cidade, deixando um legado histórico para aqueles que querem conhecer a realidade dessa região e se debruçar em futuras pesquisas. Temas como 1) localização, ambiente e história; 2) economia; 3) classe e raça; 4) família e indivíduo; 5) governo e política; e 6) religião e folclore foram trabalhados à luz do materialismo cultural para dar conta da realidade das condições materiais da vida das pessoas e das relações de produção.

Harris demonstra, nos seus estudos, que Rio de Contas se insere na perspectiva dicotômica histórica entre cidade e campo, apontando suas respectivas características ao mesmo tempo em que se articulam, apontam contradições no modo de produzir sua sobrevivência e seus costumes locais e suas relações. O autor ressalta, ainda, que a cidade se apresenta com caráter extremamente heterogêneo: no aspecto econômico predomina o trabalho domiciliar em que aparece uma infinidade de especializações ocupacionais com forte divisão social do trabalho com caráter fortemente individualizado, concorrencial para a valorização do capital. Em aspectos religiosos, apesar de a religião católica ter predominância, Harris enfatiza que há certo descontrole religioso quando se parte para a prática. Secularmente as pessoas seguem certos preceitos em determinados costumes espirituais: muitos estão intimamente ligados entre o mágico e o religioso ou lançam mão de modos naturais para a cura de determinadas doenças.

Reforça sua divergência com Robert Redfield, ao afirmar que Rio de Contas, enquanto subcultura compartilha mais valores em comum com Salvador do que aconteceria com subculturas de vilarejos rurais próximos à capital baiana. Demonstra, enfaticamente, que o aspecto urbanístico da cidade tende a contagiar todos os espaços que abrangem a região, pois

não se trata apenas de características voltadas para um contingente populacional ou um processo de ocupação promovida pelo êxodo rural. A urbanização está ligada há uma mudança de concepção que envolve as condições materiais dos indivíduos, apontando que a cidade, enquanto novo lócus da produção poderá propiciar novas formas de sobrevivência para os sujeitos históricos, ou seja, lócus surge com as esperanças de incorporação de novos produtos com nível tecnológico para a melhoria da vida com valores e costumes citadinos. O registro do processo de emigração dos trabalhadores elucida bem esse desejo a ser realizado, o que nos faz inferir que a cidade está marcada por uma profunda estratificação de raça e classe. A esse respeito, Harris faz um profundo estudo, mostrando, em vários aspectos, a divisão social de classe e os mais variados comportamentos de discriminação racial em Rio de Contas. Vale ressaltar que o autor realiza seus estudos sobre raça em dois períodos: nos estudos de comunidade em 1950/51 e em 1992 quando retorna a Rio de Contas com o professor Waldir Freitas Oliveira, a Prof.^a Josildeth Consorte e mais três auxiliares, estudantes de Ciências Sociais que tiveram como resultado a elaboração do artigo *Who are the Whites? Imposed Census categories and the racial demography of Brazil*, publicado em dezembro de 1993 (OLIVEIRA, 2003).

6.1 Os trabalhadores e os resquícios da memória

Retomando o trabalho enquanto categoria central para a construção da memória em Rio de Contas, compreende-se que os trabalhadores tiveram uma importância primordial na construção daquele espaço e no resgate das memórias subterrâneas, visto que o trabalho estava em todas as instâncias do fazer cotidiano e em todas as suas práticas sociais.

Ao pensar a origem do lugar por meio da extração de ouro a partir da estrutura das sesmarias e dos movimentos de desbravadores que marcaram os fins do século XVII e as primeiras décadas do século XVIII, podemos detectar que o trabalho era uma constante na região. Apesar de não ser o objeto do nosso estudo convém destacar este período para entendermos que as relações de produção já datam desta época com a presença de atividades compulsórias dos escravos e todo o processo de mineração, como bem ressalta Sanches (2008) que a descoberta do processo de mineração na região atraiu grande contingente de trabalhadores em busca de riqueza, atividade que trouxe para a região uma importância econômica histórica inigualável. Nessa realidade estava posta toda modalidade de trabalhadores, pois se encontravam ali escravos e outros trabalhadores aventureiros que vinham de regiões distantes para desbravar essas terras. Segundo Sanches (2008) “o trabalho

da mineração era árduo e exigia muita mão de obra” principalmente do sexo masculino. Havia um aviltamento no pagamento da mão-de-obra remunerada.

Os trabalhadores enfrentavam, na época, péssimas condições de trabalho, desemprego alarmante em função da decadência da extração aurífera, que construiu socialmente um contingente de delinquência no período que fez abrir espaço para a violência e o aumento da criminalidade com roubos, furtos e assassinatos. Pensar o perfil do trabalhador do período da extração e decadência do ouro, mesmo que de forma sucinta, é fundamental para entender as relações de trabalho dos anos 1950. É na esteira dessa realidade que Harris traça o perfil do trabalhador dos anos 1950 ao percebê-lo enquanto peça fundamental ao resgate de uma memória subterrânea que a história oficial muitas vezes não abordou. Harris (1956) ressalta que os trabalhadores dos anos 1950 sofrem a herança dos processos aviltados de trabalho do passado, quando, em sua vida cotidiana, buscam na luta a sobrevivência, quer no campo ou na cidade. No campo acentua-se a noção da propriedade privada e o aumento da concentração do latifúndio através do processo jurídico de posse pelas famílias da apropriação indevida das terras, que, como consequência, provocou um profundo êxodo rural para a cidade e para lugares longínquos.

Os trabalhadores que permaneciam na área rural ficavam submetidos a relações de trabalho que eram insuficientes para manter sua sobrevivência, submetendo-se às relações de cunho paternalista. Nesse sentido, plantavam, colhiam, aravam, produziam os produtos e os encaminhavam para sua realização final de venda. Na cidade, Harris trata das mais diversas ocupações no artesanato, nas fábricas, nas lojas e armazéns. Coloca mais em evidência o trabalho do funcionalismo público, trazendo a sua importância em cuidar das devidas funções públicas que beneficiavam os moradores locais. Detalha o trabalho do vigia, acendendo as cinco lâmpadas a gás; as conversas paralelas nas lojas após o anoitecer; a reunião das pessoas para escutar o Repórter Esso da Rádio Nacional; o jazz com a banda filarmônica intitulada A Lira dos Artistas, as divertiam como uma banda de música local. A esse respeito, podemos destacar a pesquisa de Luz (2000) em que relata a trajetória da formação das filarmônicas em Rio de Contas desde a década de 1920, apontando em seus status objetivos, finanças, realizações, direitos e deveres dos sócios e ainda os altos e baixos, suas rivalidades, seus maestros até a consolidação da filarmônica atual, a Lira dos Artistas. O que nos importa nesse momento é registrar desse estudo é que, historicamente, a composição das bandas filarmônicas estava marcada por uma divisão social de classe, em que os integrantes eram pessoas de alto poder aquisitivo e também trabalhadores da região, ou seja, artesãos que trabalhavam com variedades de especializações de ocupações também se dedicavam à

música, apresentando-se em vários acontecimentos na cidade, de caráter religioso, fúnebre, festivos e homenagens às celebridades locais e de fora.

O teatro também foi uma atividade muito importante na região em que se apresentavam peças a respeito do cotidiano rio-contense com a participação de pessoas renomadas na cidade. Isso, para dizer, que por detrás dessa vida aparentemente calma, serena, estava colocada uma vida histórica de trabalho, de idas e vindas e fundamentalmente marcada pela herança de um passado histórico, intenso, que fez o lugar. A memória estava presente nas práticas sociais daquele povo, na medida em que colaborou para aberturas das estradas, construção das casas, lojas, produção dos produtos, extração do ouro, fundição, curtição do couro, venda e troca de mercadorias, nas idas e vindas acentuando o processo de migração e emigração e na preservação de sua história.

O processo migratório, tão constante nessa época, era parte da industrialização do Sudeste, principalmente de São Paulo, cabendo ao Nordeste o papel de fornecedor de mão-de-obra do exército industrial de reserva.

Harris enfatiza que a nova mentalidade urbanística das subculturas cidadinas do Brasil deve ser levada em consideração pelos que estão à frente das políticas públicas com o intuito de promover melhores condições de vida e desenvolvimento para as cidades brasileiras. Assim, afirma, categoricamente, que as pessoas em Rio de Contas ávidas por mudanças estruturais com vistas para o progresso, a fim de chegar às benfeitorias para o local. A cidade é a nova utopia do mundo moderno.

Basicamente, observa-se que o propósito que os estudos de comunidade se empenharam em realizar, teve um alcance efetivo do ponto de vista do levantamento de informações, mapeamento e detalhamento do lugar e das proposições levantadas pelo autor. Contudo, há que se refletir que a materialidade das proposições dependem de uma série de fatores que envolvem outros segmentos da sociedade que são os sujeitos históricos em disputa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; CALVANTI, Manoel Nunes Jr. (Orgs.). **Interfaces entre história, trabalho e educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

AZEVEDO, Thales. Prefácio. In: **A revolução brasileira**. Coleção de Estudos Sociais Três. Livraria Progresso Editora, s/d. p. 3-7.

_____. Um Estudo de urbanismo no interior da Bahia. paginas 162 a 166 ano I Vol.1 n 3 12/1996. Educação e Ciências Sociais.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.

_____. **A trajetória sócio-espacial da reprodução do capital no Brasil**. (COM DESTAQUE PARA O Nordeste brasileiro) – Universidade Católica – Salvador-UCSAL – Escola de Serviço Social, 2001.

CASTRO, Elisa G. de. “**Estudos de comunidade**”: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. In: Revista universidade rural. Rio de Janeiro, 2001. v. 23, n.2, p. 195- 210 jul/dez.

CONSORTE, J. **Itinerário de uma pesquisadora: sucesso e percalços**. In: MAGALHÃES, Livia D. R; CASIMIRO, Ana Palmira S. Memória e trajetória de pesquisa. Campo Grande, MS: UNIDERP, 2005. p. 57-78.

_____. **Estudos de Comunidade: Um encontro** / Revista Ponto Urbe – Entrevista: profª Josildeth Gomes Consorte (PUC/SP) e João Baptista Borges Pereira (FFLCH/SP). Ano 4, Agosto de 2010. Disponível em <http://www.pontourbe.net/>. Acesso em 01/10/2010.

_____. Lembrando Costa Pinto: memória das ciências sociais no Brasil. In: MAIO, Marcos C; BÔAS, Gláucia V. **Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1999.

DURHAM, Eunice R. A Pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.p. 17-37.

ENGELS,F. O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem – 3 edição Editora Global- Universidade Popular- São Paulo- 1986

FIGUEIREDO, Regina Erika Domingos de. **História de uma antropologia da "boa vizinhança"**: um estudo sobre o papel dos antropólogos nos programas interamericanos de

assistência técnica e saúde no Brasil e no México (1942-1960). Campinas: T/UNICAMP, 2009. F469h. SP

FRIGOTTO Gaudêncio. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009. v. 14 n. 40.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social: Novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

FURTADO, Celso. [1920]. **Formação econômica do Brasil**. 22 ed. São Paulo: Nacional, 1987.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HARRIS, M. **Town & country in Brazil: a social-anthropological study of a small Brazilian town**. New York, EUA: The Norton Library, 1956.

IANNI, Otavio. org. Maria Izabel Leme Faleiros, Regina Aída. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. **Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Otavio Ianni (Seminários e debates)**

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Petrópolis, RJ: Paz e Terra. 1969.

LE GOFF, Jaques. Memória. In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Machado Fernando: **Tombamento da cidade de Rio de Contas -1972 -Arquiteto**. Salvador- Ba- Documento Arquivo Publico Municipal de Rio de Contas.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LINHARES, M^a Yeda; SILVA, Francisco Carlos. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUKÁCS, György, **L'estraniacione, ontologia dell'essere sociale**. II, IV, a cura de Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1976.

LUZ, Trindade Luiz Marcos. **História da Lira dos Artistas de Rio de Contas - Monografia de final de curso p/ graduação em História - Universidade do estado da Bahia- UNEB/Campus IV, Jacobina -2004**.

MACAGNO, Lorenzo. **Um antropolo norte-americano no “mundo que o português criou”** Relações raciais no Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris - Lusotopie,1999 pp. 143 a 161. Universidade Federal RJ.

MANGABEIRA, Octavio. **Um período governamental na Bahia.** Mensagem de despedida do governo. Imprensa Oficial da Bahia- 1951.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da Economia Política. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 2006.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Volume I. Brasil: Livraria Martins Fontes, 1982.

MEDEIROS, Ruy. **O Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia** – Universidade de Colúmbia: o seu contexto. Artigo – 2010- UESB.

MEHRING, Franz. **O materialismo histórico.** s/l: Antidoto,1977.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, Francisco. **A navegação venturosa:** ensaios sobre Celso Furtado - Editora Boitempo - 2003 SP

_____ **O Elo Perdido:** Classe e identidade de classe na Bahia –Editora Fundação Perseu Abramo.São Paulo. 2003-Coleção História do povo Brasileiro

OLIVEIRA, Freitas Waldir. **Grata Lembrança de Marvin Harris:** Projeto UNESCO NO Brasil: textos críticos/ Claudio Luiz pereira e Lívio Sansone, organização,-Salvador: EDUFBA, 2007.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Cadernos de desenvolvimento econômico artesanato e arte popular.** Bahia. Salvador, 1957. Série III. Caderno I.

PEREIRA, Gonçalo Athayde. **Minas do Rio das Contas.** s/l: s/n, 1940.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2 nº 3 – 1989 p. 3.15. Tradução de Dora Rocha Flauman.

PRADO, Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

REDFIELD, Robert. **Civilização e cultura de folk.** São Paulo Livraria Martins Editora, 1949. Tradução de Asdrúbal Mendes Gonçalves.

ROSA, Santos Ribas Tadeu Francisco. **A aliança e a diferença**: uma leitura do Itinerário intelectual de Charles Wagley. Campinas: UNICAMP, 1993.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth (org). **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 39-67.

SANCHES, Lima Patrícia Nanci. **Os livres pobres sem patrão nas Minas do Rio das Contas/BA - século XIX(1830-1870)**. Salvador – BA -2008.UFBA

SÁVTCHENKO,P, O que é o Trabalho? Edições Progresso Moscovo- 1987- abc- dos Conhecimentos Sociais e Políticos

THOMPSON, PAUL, 1935 - **A Voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira.

THOMSON, Alistair FRISCHIE, Michael e HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**. Usos & abusos da história oral org-Janaína Amado e Marieta de Moraes 5ª Ed. – Rio de Janeiro, Editora FGV. 2002.

WAGLEY, Charles. **A Revolução brasileira**. Coleção de Estudos Sociais. s/l: Livraria Progresso Editora, s/d.

_____. **Estudos de Comunidades no Brasil sob Perspectiva Nacional**.- Revista Brasileira dos Municípios - Nº 31 – Ano VIII - Julho/ Setembro – 1955 -

_____. AZEVEDO, Thales de e COSTA PINTO, Luiz A. **Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia**. Salvador: Publicações do Museu do Estado. Secretaria de Educação e Saúde – Bahia. Brasil, 1950.